



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE**

**MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES:**  
**ANÁLISE E PROPOSIÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NOS**  
**ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS**

**PALMAS (TO)**

**2019**

**MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES:  
ANÁLISE E PROPOSIÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NOS  
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS**

Dissertação e Programa de Formação Específica de Professores apresentadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Wilson Rodrigues de Melo

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Patrícia Medina

**PALMAS (TO)**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

P436f PEREIRA, MARIA LEDA MELO LUSTOSA.  
FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES: ANÁLISE E  
PROPOSIÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NOS  
ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS . /  
MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA. – Palmas, TO, 2019.  
155 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em  
Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2019.

Orientador: José Wilson Rodrigues de Melo

Coorientadora : Patrícia Medina

1. Formação Específica de Professores. 2. EJA Prisional. 3. Escolas em  
Prisões. 4. Proposta de Formação. I. Título

**CDD 342**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

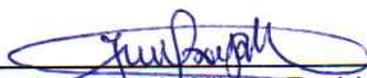
MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA

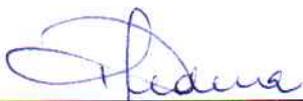
**“FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES: Análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais do Estado do Tocantins”**

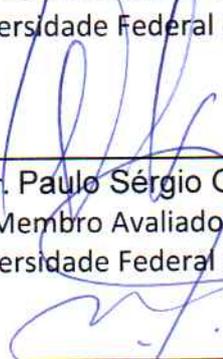
Dissertação e Programa de Formação Específica de Professores apresentadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre.

Data da aprovação: 09 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Wilson Rodrigues De Melo  
Orientador e Presidente da Banca  
Universidade Federal do Tocantins

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Patricia Medina  
Co-orientadora da Banca  
Universidade Federal do Tocantins

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Sérgio Gomes Soares  
Membro Avaliador Interno  
Universidade Federal do Tocantins

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior  
Membro Avaliador Externo  
Universidade Federal do Tocantins

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial na minha vida, ao meu esposo Marcos, as minhas filhas Ana Letícia e Maria Paula, pelo apoio incansável nesta caminhada.*

*Dedico ao meu orientador, Professor Dr. José Wilson Rodrigues de Melo pela orientação em todo percurso da pesquisa.*

*Dedico também a minha coorientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Patrícia Medina, por acreditar em minhas potencialidades acadêmicas.*

*“Com armas, você mata  
terroristas.  
Com educação você mata  
o terrorismo.”  
Malala Yousafzai.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, significa entre muitos sinônimos “retribuir um gesto”, “uma atitude”, “reconhecer”, “gratificar”, [...]. Neste trabalho quero expor minha gratidão pela oportunidade de cursar o Mestrado em tão renomada instituição. Começo os agradecimentos pela servidora Rosete de Farias Meireles, a primeira pessoa que me recebeu com um sorriso largo e me orientou quanto aos procedimentos relativos a inscrição, meu muito obrigada.

Agradeço a Deus, por ter me dado a oportunidade de realizar uma entre tantas metas almeçadas em minha vida, essa é de grandiosa importância. Agradeço pela minha saúde e de minha família durante todo esse período, essenciais à minha permanência no mestrado.

Agradeço a minha família, Marcos Roberto, Ana Letícia e Maria Paula que muito me ajudaram nessa etapa de estudos, cuidaram de tudo que estava ao meu redor para que eu tivesse um ambiente favorável à aprendizagem.

Agradeço ao meu Orientador, professor doutor José Wilson Rodrigues de Melo e a minha Coorientadora, professora doutora Patrícia Medina, pela paciência e perseverança durante toda a construção do trabalho até a sua conclusão, que me torna “Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”.

Agradeço aos professores doutores Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior e Valcelir Borges da Silva fundamentais para o meu crescimento, com os caminhos indicados na banca de qualificação. Agradeço também, ao professor doutor Paulo Sérgio Gomes Soares por ter aceito o convite para contribuir nesta etapa final da pesquisa.

Agradeço o apoio da Secretaria de Educação, Juventude e Esporte – SEDUC/TO, em nome da gerente prisional, Simone Ferreira e Souza Pacini. Agradeço às Supervisoras e Técnicas Educacionais das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) de Palmas, Mônica de Cassia Ribeiro Cardoso Brito; de Tocantinópolis, Josicléia de Oliveira Sousa; de Gurupi, Claudia Assis Pereira Amorim e de Porto Nacional.

Agradeço o apoio técnico recebido da Secretaria de Cidadania e Justiça – SECIJU/TO na pessoa do Secretário Executivo Geraldo Divino Cabral.

Agradeço ao Comitê Estadual de Educação em Prisões do Tocantins (COMEP/TO), na pessoa do presidente, Valcelir Borges da Silva e da secretária executiva, Claudenice Passos Palaci pelo apoio dado na pesquisa em sua fase inicial, de grande importância para a conclusão desta.

Agradeço as colegas de mestrado Edilia Ayres Neta Costa e Franciana Di Fátima Cardoso Costa e da professora Aline Campos da Universidade Federal do Tocantins (UFT),

Câmpus de Tocantinópolis pelo apoio dado, por ocasião do primeiro contato com os professores. Agradeço também, a professora Iolanda Felipe de Oliveira pela disponibilidade dos dados necessários à pesquisa.

Agradeço particularmente cada um dos 33 professores que participaram da pesquisa de forma voluntária e que foram os responsáveis direto por toda a sua fundamentação e desenvolvimento.

Agradeço à minha filha Ana Letícia Melo Pereira, que me auxiliou com a inserção do formulário no Google Formulários, para alcançar professores de municípios distantes, que não tinham acesso à internet no computador e assim puderam fazer sua contribuição na pesquisa.

Por último, quero agradecer ao corpo docente, servidores e colegas de mestrado e principalmente à Escola Superior da Magistratura Tocantinense, na pessoa do diretor geral da Instituição, desembargador Marco Villas Boas.

## RESUMO

O presente estudo tratou sobre a Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais do estado do Tocantins. O objetivo principal do trabalho foi analisar a relevância de uma formação específica para os professores em atuação no contexto da educação em prisões no estado do Tocantins a partir da percepção dos próprios professores. Neste sentido, a pesquisa realizada se propôs apresentar uma proposta de formação específica com o intuito de ser analisada e implantada pelo estado do Tocantins para ser desenvolvida com esta categoria de professores. A pesquisa foi realizada a partir da abordagem qualiquantitativa, desenvolvida com um grupo de 33 professores, lotados em 10 escolas em prisões da rede estadual, localizadas em 9 municípios do estado do Tocantins, a qual corresponde a 59% do corpo docente das escolas em prisões existentes neste território. Quanto ao procedimento metodológico da pesquisa, foi aplicado um questionário com 20 questões relativas ao objeto de estudo. Para a análise dos dados, foram utilizadas as contribuições de Bardin (2011), a respeito da análise de conteúdo. A investigação constatou que nos últimos 2 anos (2017-2018), 54,5% dos professores pesquisados disseram não ter participado de nenhuma atividade de desenvolvimento profissional relacionadas à educação de EJA em prisões. E 73% destes, disseram não ter participado de formação específica e/ou outra formação antes do início ano letivo de 2019, com o objetivo de realizar o planejamento de aula, conforme as diretrizes nacionais e estaduais de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para alunos em situação de privação de liberdade. A pesquisa empírica se preocupou em buscar respostas dos professores sobre as suas necessidades de desenvolvimento profissional que lhes habilite e qualifique para atuar em escolas em prisões. A partir de um questionário estruturado, com questões relacionadas às áreas/conteúdos relacionados a educação em prisões, foi possível realizar um diagnóstico das necessidades profissionais apontadas pelos professores, com observância a ordem de maior necessidade. Diante dos dados levantados e analisados apresentou-se a proposta de formação específica dentro das expectativas dos professores pesquisados, a qual será protocolizada junto à SEDUC/TO.

**Palavras-chave:** Formação Específica de Professores. EJA Prisional. Escolas em Prisões. Proposta de Formação.

## ABSTRACT

The present study dealt with the specific teacher training: analysis and propositions on the teaching activities in the prison establishments of the state of Tocantins. The main objective of this study was to analyze the relevance of a specific training for teachers working in the context of education in prisons in the state of Tocantins from the perception of the teachers themselves. In this sense, the research carried out was proposed to present a specific training proposal in order to be analyzed and implemented by the state of Tocantins to be developed To be developed with this category of teachers. The research was carried out from the qualitative approach, developed with a group of 33 teachers, crowded in 10 schools in prisons of the state network located in 9 municipalities in the state of Tocantins, corresponding to 59% of the faculty of schools in existing prisons existing in this territory. Regarding the methodological procedure of the research, a questionnaire was applied with 20 questions regarding the object of study. For data analysis, Bardin contributions (2011) were used, regarding the content analysis. The investigation found that in the last 2 years (2017-2018), 54.5% of the teachers surveyed said they did not participate in any activity professional development related to EJA education in prisons. And 73% of these, said they did not participate in specific training and/or other training before the beginning of the school year of 2019, with the objective of carrying out the class planning, according to the national and state guidelines of youth and Adult Education (EJA) for students in a situation of deprivation of liberty. The empirical research was concerned with seeking answers from teachers about their professional development needs that enable and qualify them to act in schools in prisons. Based on a structured questionnaire, with questions related to areas/contents related to education in prisons, it was possible to make a diagnosis of Needs pointed out by the teachers, with observance of the order of greatest need. In view of the data collected and analyzed presented the proposal of specific training within the expectations of the teachers surveyed, which will be protocolized by the SEDUC/TO.

**Keywords:** Specific teacher training. EJA Prison. Schools in prisons. Training proposal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil .....	44
Figura 2 - Cidades do estado do Tocantins que possuem escolas em prisões.....	57
Figura 3 - Vista externa da Escola Estadual Nova Geração (Casa de Prisão Provisória de Palmas).....	58
Figura 4 - Sala de aula da Escola Estadual Setor Sul (Extensão localizada na Unidade Prisional Feminina, em Palmas/TO).....	59
Figura 5 - Vista externa do prédio da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional/TO (Extensão da Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires).....	60
Figura 6 - Vista interna (pátio aberto) do Centro de Reeducação Luz do Amanhã (Extensão da Escola Estadual Tarso Dutra).....	61
Figura 7 - Vista externa do prédio da Unidade Prisional Feminina de Talismã (Extensão da Escola Estadual Talismã).....	62
Figura 8 - Vista externa da Cadeia Pública de Miracema do Tocantins.....	63
Figura 9 - Espaço educativo da Cadeia Pública de Tocantinópolis.....	64
Figura 10 - Infográfico das cidades do Tocantins onde a pesquisa seria desenvolvida inicialmente .....	68
Figura 11 - Infográfico das cidades do Tocantins onde a pesquisa desenvolveu-se .....	70
Figura 12 - Séries que os professores lecionam aos privados de liberdade no sistema prisional do Tocantins .....	73
Figura 13 - Estrutura teórica e metodológica no exercício da docência.....	83
Figura 14 - Unidade de sentido das percepções dos professores em uma escola em prisões...	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Etapas do método aplicado na pesquisa - Análise de conteúdo .....	22
Tabela 2 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação .....	43
Tabela 3 - Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação .....	45
Tabela 4 - Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do estado do Tocantins .....	46
Tabela 5 - Número de professores lotados e alunos matriculados no ano letivo de 2019/1 nas escolas em prisões do Tocantins.....	46
Tabela 6 - Tempo de trabalho como professor .....	71
Tabela 7 - Tempo de trabalho como professor em uma escola em prisões .....	71
Tabela 8 - Vínculo empregatício como professor no exercício da função .....	72
Tabela 9 - Aprimoramento profissional dos professores, nos últimos 2 anos (2017-2018).....	74
Tabela 10 - Carga horária das atividades de formação nos últimos 2 anos dos professores ....	77
Tabela 11 - Atividade de formação antes do ano letivo de 2019 .....	77
Tabela 12 - Organização e realização do trabalho em sala de aula .....	78
Tabela 13 - Tempo de aula (carga horária).....	79
Tabela 14 - Espaço e equipamentos .....	80
Tabela 15 - Relação interpessoal dentro da unidade escolar .....	80
Tabela 16 - Autoavaliação do professor .....	81
Tabela 17 - Participação e tomada de decisão .....	84
Tabela 18 - Disciplinas - Modulação do professor.....	85
Tabela 19 - Temas associados a Educação de Jovens e Adultos em prisões.....	87
Tabela 20 - Temas associados a Educação em Prisões .....	87
Tabela 21 - Temas associados as Ciências Humanas (grandes áreas).....	88
Tabela 22 - Temas associados a Legislação Nacional e Estadual .....	88
Tabela 23 - Grau de necessidade de desenvolvimento profissional do professor. ....	89

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNMP 2.0	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões
CEB	Câmara de Educação Básica
CPP	Casa de Prisão Provisória
CESEG	Centro de Estudos de Seguridade
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMEP -TO	Comitê Estadual de Educação em Prisões do Tocantins
CONFINTEA V	V Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONFINTEA VI	VI Conferência Internacional de Educação de Adultos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DEB	Diretoria de Professores da Educação Básica
DRE	Diretoria Regional de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESMAT	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
ENEM PPL	Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade
ENCCEJA PPL	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos Privados de Liberdade
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INFOPEN/2016	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2016
LDBEN/1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
LEP/1984	Lei de Execução Penal de 1984
ME	Ministério da Educação
OAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
OEI	Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Plano de Ações Articuladas

PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PEEP/TO	Plano Estadual de Educação nas Prisões do Tocantins
PEE/TO	Plano Estadual de Educação do Tocantins
PEESP	Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional
PIA	Plano Ibero-americano de Alfabetização de Educação Básica de Jovens e Adultos
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE/2014	Plano Nacional de Educação de 2014
PNE/2011	Plano Nacional de Educação de 2011
PPP	Projeto Político Pedagógico
SECIJU/TO	Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins
SEDUC/TO	Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins
TO	Tocantins
UMinho	Escola de Direito da Universidade de Minho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UPF	Unidade Prisional Feminina
USC	Universidade de Santiago de Compostela
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UTPBG	Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa .....</b>	<b>17</b>
1.1.1 Hipóteses .....	17
1.1.2 Delimitação de Escopo .....	18
1.1.3 Contexto justificador do estudo .....	19
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>21</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	21
1.2.2 objetivos específicos.....	21
<b>1.3 Metodologia.....</b>	<b>21</b>
1.3.1 Metodologia da Pesquisa .....	21
1.3.2 Procedimentos Metodológicos .....	22
<b>1.4 Interdisciplinaridade.....</b>	<b>25</b>
<b>1.5 Estrutura da Dissertação .....</b>	<b>25</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 Prisões: a escola no cárcere.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 EJA: modalidade de ensino para alunos privados de liberdade.....</b>	<b>35</b>
<b>3 ESTADO DA ARTE: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Sistema Prisional brasileiro (junho, 2016) .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 O Estado do Tocantins .....</b>	<b>44</b>
<b>3.3 Bases legais que asseguram a Educação de Jovens e Adultos para os privados de liberdade no Brasil .....</b>	<b>47</b>
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE.....</b>	<b>65</b>
<b>4.1 Amostra proposta no Projeto de Pesquisa (inicial) .....</b>	<b>65</b>
<b>4.2 Amostra aplicada e analisada.....</b>	<b>68</b>
<b>4.3 Caracterização: perfil dos professores pesquisados .....</b>	<b>70</b>
<b>4.4 Desenvolvimento Profissional nos últimos 2 anos (2017 - 2018).....</b>	<b>73</b>
<b>4.5 Práticas de Ensino, Tempo Pedagógico e Atitudes.....</b>	<b>78</b>
4.5.1 Temas avaliados pelos professores que apontam as necessidades profissionais para propositura de uma formação específica que supra as lacunas deixadas na formação inicial para atuarem na docência em escola em prisões .....	86
<b>4.6 Aspectos positivos e negativos da atuação docente em uma escola em prisões na concepção dos professores .....</b>	<b>89</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>

<b>5.1 Contribuições da Dissertação .....</b>	<b>95</b>
<b>5.2 Trabalhos Futuros .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tratou sobre a formação específica de professores atuantes nas escolas em prisões do estado do Tocantins; realizou análise e apresentou proposições mediante amplo referencial bibliográfico e pesquisa empírica que estudou como a formação específica desses professores se dá no Tocantins. A partir destas duas dimensões: os dados primários e os secundários foram analisados para apresentar a necessidade de uma formação específica na visão dos professores participantes, de modo a atender às demandas profissionais dos docentes em escolas em prisões.

Esta seção apresentará o problema da pesquisa, as hipóteses, a delimitação de escopo, a justificativa, o objetivo geral e os específicos, os procedimentos metodológicos, a interdisciplinaridade e a estrutura da dissertação.

### 1.1 Problema de pesquisa

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão problema: Qual a formação específica que os professores do estado do Tocantins entendem ser necessária como complemento da formação inicial à docência nas escolas em prisões?

#### 1.1.1 Hipóteses

Para responder ao problema foram usadas três hipóteses:

1) A Diretoria de Desenvolvimento Científico e Profissional, por meio da Gerência de Formação e Apoio a Pesquisa da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins (SEDUC/TO)<sup>1</sup>, oferta cursos para a capacitação dos professores lotados nas escolas em prisões no estado do Tocantins.

A partir do pressuposto de que a SEDUC/TO possui em seu quadro administrativo uma Gerência de Formação e Apoio à Pesquisa, acreditou-se que, em tese, os professores das escolas em prisões possuíssem formação específica para atuar nessas escolas, desenvolvida por essa diretoria. Durante a pesquisa de campo constatou-se a não veracidade do pressuposto.

Pretendeu-se com isso, fazer um levantamento das atividades de formação profissional em serviço destinadas aos professores lotados nas escolas em prisões do estado do Tocantins, nos últimos dois anos (2017-2018).

---

<sup>1</sup> Conforme Quadro da Estrutura Administrativa constante no Anexo II à Medida Provisória nº 1, de 1º de fevereiro de 2019 (TOCANTINS, 2019a).

2) A formação específica, ofertada pela SEDUC/TO, aos professores das escolas em prisões contribui com o desenvolvimento profissional? Para avaliar a referida hipótese, pretendeu-se analisar o impacto dessa formação no aprimoramento profissional, nos já indicados últimos dois anos de atuação dos professores.

3) Os professores estão satisfeitos com o suporte técnico e pedagógico que possuem na escola para desenvolverem seu trabalho em sala de aula de uma escola em prisões?

Com base na análise dos dados relacionados às práticas de ensino, tempo pedagógico e as atitudes demonstradas pelos professores, desejou-se compreender a realidade da escola em prisões do Tocantins, bem como o perfil profissional dos professores, e, a partir dessa realidade, quais áreas/conteúdos os professores consideraram necessárias para o seu desenvolvimento profissional. E, assim, delimitar o formato de uma formação específica capaz de atender às reais necessidades profissionais dos professores.

### 1.1.2 Delimitação de Escopo

A pesquisa foi realizada com 33 professores, no percentual de 59% da população dos professores lotados nas escolas em prisões do Tocantins. As características em relação à idade, sexo e estado civil foram utilizadas somente para fins de apresentação do perfil dos participantes da pesquisa.

Considerou-se como relevante na pesquisa, o fato do (a) professor (a) ser da escola em prisões, da localidade-escola delimitada, quais sejam: 1. Palmas: Escola Estadual Nova Geração, na Casa de Prisão Provisória (CPP)<sup>2</sup>; 2. Palmas: Escola Estadual Setor Sul – Extensão na Unidade Prisional Feminina (UPF); 3. Miracema: Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão na Cadeia Pública<sup>3</sup>; 4. Porto Nacional: Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires – Extensão na CPP; 5. Talismã: Escola Estadual Talismã – Extensão na UPF; 6. Cariri do Tocantins - Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã<sup>4</sup>; 7. Tocantinópolis: Escola Estadual Giulio Moretti/Ensino Fundamental e, Escola Estadual José Carneiro de Brito/ Ensino Médio – ambas Extensão na Cadeia Pública; 8. Arraias: Escola Estadual Silva Dourado – Extensão na Cadeia Pública; 9. Babaçulândia: Escola Estadual Rui Barbosa – Extensão na UPF; e 10. Lajeado: Escola Estadual Nossa Senhora da Providência – Extensão na UPF.

---

<sup>2</sup> Nessa unidade escolar as aulas foram suspensas em 27 de março 2019/1.

<sup>3</sup> Nessa unidade escolar as aulas não reiniciaram no ano de 2019/1, SEDUC/TO, alega falta de espaço físico na cadeia pública.

<sup>4</sup> Nessa unidade escolar as aulas não reiniciaram no ano letivo de 2019/1.

### 1.1.3 Contexto justificador do estudo

O Tocantins é um estado de criação recente<sup>5</sup> e, conforme os dados disponibilizados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN/2016)<sup>6</sup>, tem a terceira menor população carcerária do Brasil (BRASIL, 2018b).

No entanto, está entre os estados brasileiros que possuem o maior número de presos provisórios, que aguardam julgamento. Nesse sentido, a oferta de educação formal de qualidade há de colaborar com a ressocialização de grande parte dessas pessoas, ainda sem julgamentos, bem como, os demais privados de liberdade. Teoricamente, isso só acontecerá se o processo educativo for realizado por professores capacitados para atuarem nesses espaços.

A motivação para investigar a temática surgiu a partir do convívio da pesquisadora com os demais professores, pois, estes, ao serem indagados sobre a atuação na escola em prisões, respondiam com o “silêncio”. A pesquisadora, por ser professora efetiva da educação básica há mais de 15 anos na cidade de Palmas/TO, sentiu-se incomodada com a falta de informação referente a temática e pelo desconhecimento das ações desenvolvidas pelo estado do Tocantins a respeito da formação específica dos professores das escolas em prisões.

Após a conclusão da pesquisa, através dos “ditos e dos não ditos”, o significado do “silêncio” dos professores revelou-se sob duas perspectivas de análise, a do ponto de vista do docente que atuava na escola em prisões e a outra do ponto de vista da pesquisadora que atuava na escola regular de ensino.

A primeira perspectiva na visão do professor da escola em prisões se apresentou como “oportunidade” em vários sentidos como: oportunidade de trabalho, de ensinar e aprender, de contribuir com o aluno privado de liberdade em seu processo de ressocialização e reinserção na sociedade e ainda era vista como uma nova oportunidade para os que não concluíram os estudos quando estavam livres e com isto a responsabilidade do professor ainda era muito maior.

Enquanto que a segunda perspectiva na visão da pesquisadora em relação aos processos de ensino e aprendizagem relacionados a reprovação, evasão e abandono era visto com sendo “culpa da família”. Ou seja, embora fossem professores da educação básica, as

---

<sup>5</sup> Foi criado no ano de 1988, juntamente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) (BRASIL, 2018a).

<sup>6</sup> Após a conclusão dessa pesquisa foi publicado o INFOPEN/2017, ressalta-se que as informações contidas na pesquisa retiradas do INFOPEN/2016 sofreram alterações mínimas em relação ao documento atualizado em julho/2017, acessível em <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>.

expectativas em relação ao ensino eram diferentes, enquanto um grupo de professores compreende o ensino como responsabilidade da escola, do professor, o outro grupo atribui o fracasso escolar como a reprovação, evasão e o abandono a família.

Com isto, observou-se que é necessário fazer a distinção entre o processo de educar e de ensinar, o que leva a crer que é necessário entender a palavra “oportunidade” para que todos os alunos independentes do local que a escola esteja inserida possa aprender e se tornar pessoas qualificadas e livres socialmente.

Pesquisas na área do sistema prisional, de forma geral, têm se expandido, entretanto, apesar da legislação nacional prever formação específica para os professores lotados nas escolas do sistema penitenciário, essas, ainda são restritas, portanto, reside aí a relevância quanto à dimensão acadêmica.

Já na dimensão social, dados indicam que existem mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil. Tais fatos colocam o País como a terceira maior população carcerária do mundo, perde apenas para os Estados Unidos, com mais de 2 milhões de presos, e China, com mais de 1 milhão e 600 mil pessoas encarceradas (BRASIL, 2018b).

Neste cenário, há de se considerar a necessidade de ampliar a oferta de educação formal nas prisões em todos os estados brasileiros. Isso porque, os dados apresentados revelam que no Brasil, as pessoas presas que frequentam as atividades de ensino escolar correspondem tão somente a 10% dessa população e em relação as atividades educacionais complementares, só 2% usufruem dessas (BRASIL, 2018b).

Dessa maneira, por ser a educação uma garantia de direito humano universal, deverá existir um programa continuado de formação específica de professores, atuantes nas escolas em prisões, e assim, abarcar essa população com o objetivo de proporcionar um ensino de qualidade, em tese, capaz de reduzir as mazelas do sistema carcerário e colaborar com o processo de integração social.

Tem-se que, a educação é um direito humano universal, ratificado pelo governo brasileiro por via de convenções e tratados internacionais.<sup>7</sup> Assim, entende-se que a educação formal é direito de todos, por conseguinte, dos que se encontram encarcerados, conforme determina a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988) (BRASIL, 2018a) (art. 205) e a Lei de Execução Penal (LEP/1984), Lei nº 7.210, de 11 de

---

<sup>7</sup> Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (BRASIL, 2019a), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2018), Conferência Internacional de Jovens e Adultos, como também o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (OEI, 2018).

julho de 1984 (BRASIL, 2019b), estabelece que a ressocialização possa se dar por meio da educação formal às pessoas que se encontram presas.

Portanto, conhecer a realidade tocantinense quanto ao desenvolvimento da formação específica de professores lotados em escolas que atendem presos, foi a principal intenção da pesquisa e, mediante os seus resultados, apresentar ao órgão responsável, uma proposta de formação específica para os professores das escolas em prisões, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar a relevância de uma formação específica para os professores em atuação no contexto da educação em prisões no estado do Tocantins, a partir da percepção dos próprios professores.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Caracterizar o programa de formação específica para os professores das escolas em prisões e seus reflexos na educação prisional do estado do Tocantins.
- Avaliar a importância do processo de formação específica dos professores atuantes nas escolas em prisões do estado do Tocantins.
- Interpretar o sentido que os professores estabelecem entre a importância da formação específica e o processo de aprendizagem.

## **1.3 Metodologia**

### **1.3.1 Metodologia da Pesquisa**

Os dados coletados na pesquisa foram analisados a partir de abordagem quali-quantitativa considerado adequado para esta investigação a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Utilizou-se as diferentes fases da análise, quais sejam: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Tabela 1 - Etapas do método aplicado na pesquisa - Análise de conteúdo

<b>PRÉ-ANÁLISE</b>		
1	PRÉ-ANÁLISE: exploração do material  (DOCUMENTOS CONSTANTES DOS APÊNDICES: B, C e D)	Seleção e elaboração da amostra (questionário), testagem, versão final.
		Codificação da amostra (questionário) U - I – 01 a U - IX - 33.
		Selecionados a unidade de análise (palavras, frases).
		Sistematização os dados: elaboração de grelhas de sistematização do questionário/conteúdo, definido as unidades de análise.
<b>TRATAMENTO DOS RESULTADOS</b>		
2	CATEGORIZAÇÃO	Observados os critérios da abordagem quantitativa e qualitativa foi realizado uma análise exaustiva e inclusiva de todo conteúdo significativo definido de acordo com os objetivos da análise.
3	DESCRIÇÃO	Abordagem quantitativa: foram elaboradas tabelas, quadros e planilhas, foram computados a frequência e percentuais referentes as mesmas.
		Abordagem qualitativa: foram produzidos textos sínteses para cada uma das categorias (citações diretas dos dados originais).
4	INTERPRETAÇÃO E INFERÊNCIA	Foram feitas a partir dos dados quantitativos por meio da inferência dos dados sistematizados; E qualitativos buscando através do esforço interpretativo dos conteúdos expressados pelos pesquisados sejam eles manifestos ou ocultados conscientes ou inconscientemente. A partir dessa análise foi elaborada a proposta de formação específica (Apêndice A).

Fonte: Pereira (2019)

**a) Sob o ponto de vista de sua natureza**

A pesquisa realizada foi de natureza aplicada, pois gerou um produto e aperfeiçoamento em processos educacionais.

**b) Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema**

A pesquisa foi desenvolvida dentro de uma abordagem quali-quantitativa.

**c) Sob o ponto de vista de seus objetivos**

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classificou como descritiva, pois visou conhecer como se dava o processo de formação específica a contar da percepção dos participantes, para posteriormente, aplicar, em situação controlada, uma proposta de formação específica, considerando os resultados alcançados na pesquisa.

### 1.3.2 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, foi aplicado um questionário semiestruturado para 33 professores com 20 questões. O questionário passou por um pré-teste, com uma amostra de 10% dos professores, com o intuito de verificar a relevância das

hipóteses em função dos resultados pretendidos, o que deu origem a uma versão aperfeiçoada aplicada posteriormente aos 33 professores.

O questionário, não exigiu do respondente nenhuma forma de identificação, pois visava apenas identificar ações relacionadas a formação específica e em serviço. Para a aplicação do questionário foram selecionadas duas formas de encaminhamentos: via endereço eletrônico, nesse caso, o participante teria a liberdade de responder no momento e local que considerasse mais apropriado. Demandando em média entre 40 e 50 minutos para respondê-lo e prazo de 30 dias para devolvê-lo.

Outra forma de participação se deu via resposta pessoalmente à pesquisadora, entretanto, essa modalidade foi aplicada após o prazo estipulado de devolução via e-mail, exceto para as duas escolas localizadas em Palmas, onde os professores demonstraram interesse de realizar a pesquisa pessoalmente.

A coleta de dados presencial foi realizada nas escolas extensões localizadas nos municípios de Palmas (Escola Extensão Setor Sul – UPF), Lajeado (Escola Extensão Nossa Senhora da Providência – UPF) e Porto Nacional (Escola Extensão Prof.<sup>a</sup> Alcides Rodrigues Aires – CPP), para tanto, a pesquisadora contou com a cooperação técnica das supervisoras de ensino das Diretorias Regionais de Ensino (DREs), às quais, as escolas estavam jurisdicionadas.

O agendamento ocorreu com antecedência, bem como a solicitação de autorização para o uso da sala. A aplicação do questionário foi feita pela pesquisadora, em sala reservada e com as observâncias dos procedimentos éticos exigidos.

Observados os critérios de inclusão, responderam ao questionário, os professores das escolas em prisões das cidades de: Palmas<sup>8</sup>, Miracema, Porto Nacional, Cariri do Tocantins, Talismã e Tocantinópolis, foram incluídas posteriormente na amostra; as escolas localizadas em Lajeado, Babaçulândia e Arraias, em um total de 59% do número de professores lotados nas escolas prisionais dos referidos municípios, até abril 2019; Araguaína<sup>9</sup>, em função das suspensões das aulas, foi excluída da amostra.

Quantos aos critérios de exclusão, os professores com menos de 1 ano de atividade na escola em prisões e os professores com saúde debilitada não responderam ao questionário. Também foram excluídos 6 questionários da amostra, em razão de terem sido preenchidos por

---

<sup>8</sup> Escola Estadual Nova Geração, a pesquisa foi desenvolvida de forma parcial, não sendo possível a pesquisadora ir pessoalmente, devido a suspensão das aulas em março de 2019.

<sup>9</sup> Escola Estadual Sonho de Liberdade, escola interna no Presídio Barra da Grota, foi excluída da amostra, devido a suspensão das aulas em outubro de 2018 e a pesquisadora, embora tenha feito contato por e-mail e via WhatsApp não obteve retorno dos professores.

servidores do quadro da gestão da unidade escolar (diretores, coordenadores pedagógicos, secretário geral) e por não comprovarem o requisito mínimo exigido na docência em uma escola em prisões.

Em termos de procedimentos técnicos foi realizada pesquisa bibliográfica que priorizou livros, teses, artigos, revistas e periódicos, os quais forneceram o embasamento teórico da pesquisa. Além, da análise de 7 Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e dos dados técnicos fornecidos pela SEDUC/TO e Secretaria da Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins (SECIJU/TO) relacionados aos dados quantitativos de escolas, alunos e professores existentes no primeiro semestre de 2019.

Os dados coletados através do questionário foram distribuídos em planilhas, com a utilização das ferramentas estatísticas do Excel 2010, para gerar tabelas que possibilitaram o entendimento de forma clara e objetiva dos resultados. Posteriormente, foram sistematizados por ordem decrescente, com destaque nos resultados de maior para menor frequência das respostas aferidas pelos pesquisados.

Registra-se que em relação ao questionário, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), fez algumas recomendações, no sentido de facilitar a tabulação e análise dos dados, assim especificado, que o questionário fosse organizado em partes ou seções e que fosse dada maior ênfase às seções sobre formação (existente) e em perspectiva (aquilo que os participantes esperam de um projeto de formação), sendo prontamente analisada a recomendação do CEP e, ao final, o questionário foi organizado em três seções: Caracterização; Desenvolvimento Profissional; e Práticas de Ensino, Tempo Pedagógico e Atitudes. Assim passou a ter 20 questões, das quais, 19 são objetivas e 1 subjetiva.

Ao final da pesquisa será enviado no endereço eletrônico (e-mail) de cada participante o relatório sobre os resultados com vistas à socialização, mas, com manutenção de sigilo.

Ainda, com vistas à socialização dos dados e retorno, será protocolizada uma cópia da Dissertação, que contenha o Apêndice A, da Proposta de Formação Específica junto à SEDUC/TO, aos cuidados do (a) Secretário (a) do referido órgão. Assim como a proposição de uma reunião técnica com vistas a ampliar a socialização da pesquisa para iniciar a sensibilização à adoção da prática da formação específica.

#### **1.4 Interdisciplinaridade**

A formação específica de professores atuantes nas escolas em prisões é da alçada da Educação Básica, normatizado na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2018c), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996).

Porém, por si só, o enfoque educacional não consegue investigar o contexto em que se encontram as escolas em prisões, portanto, necessário se faz um “tratamento interdisciplinar ocasionada pela impotência de estabelecerem-se limites nítidos entre as disciplinas” (BICUDO, 2008, p. 141).

Nesta senda, é possível integrar além da educação, questões ligadas diretamente ao ramo do Direito (Constitucional e Penal), como também Direitos Humanos, relacionados ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 2018), além de outras normas legais que têm em vista a garantia dos direitos sociais do homem. Pois, como bem explicita Bicudo (2008, p. 145) para “trabalhar de forma interdisciplinar é necessário que se tenha um tema amplo, abrangente e que não caiba nos limites da disciplina”.

O tema formação de professores se amolda perfeitamente no campo da educação, porém, quando se trata de formação específica para professores da escola em prisões é necessário estudar as normativas do sistema prisional, conforme sua legislação de Execução Penal, instituída na LEP/1984 (BRASIL, 2019b) e no campo de Direitos Humanos que garantem a integralização e extensão de todos os direitos fundamentais e sociais às pessoas encarceradas. Além de outros documentos normativos específicos da política educacional de pessoas privadas de liberdade, adiante explicitados.

Para se desenvolver a pesquisa de forma interdisciplinar foi necessário realizar um estudo acurado sobre a oferta da educação nas vertentes da CF/1988 (BRASIL, 2018a), LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c), LEP/1984 (BRASIL, 2019b) e dos Direitos Humanos, cuja referência são especialistas da área em educação, em EJA prisional, além de artigos, teses, dissertações de pesquisadores relacionados à temática de educação em prisões.

#### **1.5 Estrutura da Dissertação**

O trabalho está organizado em 5 seções correlacionadas. A Seção 1, Introdução, apresentou por meio de contextualização o tema proposto. Da mesma forma foram estabelecidos os resultados esperados por meio da definição de seus objetivos e apresentadas as limitações do trabalho, de modo a permitir uma visão clara do escopo proposto e em termos

gerais explicitou-se os procedimentos metodológicos, o tratamento interdisciplinar da temática e a estrutura da dissertação.

A Seção 2 apresentou a Fundamentação Teórica, com ênfase aos autores que apontam para a necessidade de um perfil diferenciado do professor atuante na escola em prisões, dentre os quais, se destacam, Andriola, (2018); Freire, (2018a), (2018b), (1996); Goffman, (2018), Ireland, (2018), Porto Júnior; Sousa (2008), entre outros.

A Seção 3 apresentou o Estado da Arte: caracterização da população prisional no Brasil e seus subtítulos: sistema prisional brasileiro; o estado do Tocantins; e as bases legais que asseguram a educação de jovens e adultos para os privados de liberdade no Brasil.

A Seção 4 tratou sobre Resultados e Análise; com seus subtítulos: amostra proposta no projeto de pesquisa inicial, apresentou de forma sucinta as intercorrências ocorridas no processo de coleta; amostra aplicada e analisada; caracterização: perfil dos professores; desenvolvimento profissional nos últimos dois anos (2017-2018); práticas de ensino, tempo pedagógico e atitudes; temas avaliados pelos professores que apontam as necessidades profissionais e os aspectos positivos e negativos da atuação docente em uma escola em prisões na concepção dos professores.

Nesta seção, os dados coletados foram analisados com base nas diferentes fases da análise de conteúdo: pré-análise, a exploração do material; tratamento dos resultados: a inferência (quantitativa ou não) e a interpretação. A partir disso, foram construídas tabelas sistematizadoras das informações em ordem decrescente, do maior para o menor resultado, e as mensagens qualitativas foram analisadas dentro do contexto em que foram apresentadas.

A seção 5 exibiu a conclusão a respeito dos resultados da pesquisa, considerados os objetivos propostos inicialmente. Nesta seção, foram apresentados os resultados alcançados embasados nos dados qualiquantitativos. Foram apresentados ainda, as contribuições da dissertação e propostas de possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida, a partir das experiências adquiridas com a execução do trabalho.

Por último, os Apêndices, trazem: A) Proposta de Formação Específica (*lato sensu*) nas prisões, para professores atuantes nas escolas do Sistema Prisional do estado do Tocantins; B) Questionário; C) Grelha de Sistematização do Questionário; D) Grelha de Categorização do Conteúdo da Questão Subjetiva, e, E) Grelha de Sistematização das Produções Acadêmicas. E os Anexos, que comportam os documentos relativos aos requerimentos institucionais, ambos de suma importância na complementação da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem por objetivo apresentar uma abordagem teórica com vistas a subsidiar a análise da relevância de uma formação específica para os professores em atuação no contexto da educação em prisões no estado do Tocantins.

A formação específica que se pretendeu estudar difere da formação continuada dos professores das escolas da rede regular de ensino, aqui se tratará de uma formação específica dos professores que trabalham em ambientes totalmente diversos da escola regular, qual seja, a escola em prisões.

O termo formação específica dos professores e das professoras que atuam com alunos privados de liberdade nos estabelecimentos penais, está contemplado no Plano Nacional de Educação de 2014-2024 (PNE/2014), Anexo à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2018d), Meta 9, Estratégia 9.8, Meta 10, Estratégia 10.10, assim especificados:

[...] Meta 9 [...], 9.8. assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, **às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais**, assegurando-se **formação específica dos professores e das professoras** e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. [...] Meta 10 [...], 10.10. orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, **assegurando-se formação específica dos professores e das professoras** e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. (BRASIL, 2018d, *online*, grifo nosso).

A formação específica nesse contexto, destina-se ao grupo de professores e professoras das escolas em prisões e leva em consideração o currículo de EJA em prisões, as especificidades da escola, do local onde está inserida, dos recursos didáticos pedagógicos que poderão ser utilizados na sala de aula, entre outras especificidades advindas da prisão.

A proposta curricular da formação específica, segundo Andriola (2018, p. 187) deve ser capaz de “articular a atitude reflexiva, tanto na prática pedagógica do professor quanto na formação do educando”.

Andriola (2018) ainda acrescenta:

[...] ao professor cabe conceber os problemas e as situações do local onde se pretende lecionar, determinar características observáveis, interpor a ordem que tentará impor e as linhas que serão efetivadas para a superação do paradigma vigente, para além da educação formal. (SHON, 2000 apud ANDRIOLA, 2018, p. 187).

Dessa forma, o currículo de EJA para alunos privados de liberdade não poderá ser o mesmo destinado aos alunos “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos

fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 2018e, *online*). A metodologia de ensino consiste em uma didática metodológica diferenciada para os alunos, de acordo com o contexto social que estão inseridos.

A escola em prisões segue normas administrativas restritivas quanto aos materiais didáticos pedagógicos utilizados no espaço da sala de aula, sendo necessário, inclusive, a produção de material didático compatível com as regras exigidas pela administração da unidade prisional, sendo esta, uma das ações que carece de formação específica para produção e feitura dos materiais didáticos pedagógicos ilustradores na contextualização entre teoria e prática na sala de aula de uma escola no ambiente prisional.

## **2.1 Prisões: a escola no cárcere**

Para se compreender a dimensão da importância da formação específica para professores das escolas em prisões, faz-se necessário conhecer os sujeitos partícipes do contexto educacional nas prisões, quais sejam: agentes de segurança e os presos. Estes serão identificados na pesquisa, segundo os termos utilizados por Goffman (2018) assim especificados: “equipe dirigente” e “internados” apenas quando se referir as contribuições do autor.

Goffman (2018) caracteriza a prisão como uma instituição total:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2018, p. 11).

O autor classifica as instituições totais em cinco grupos, neste estudo priorizar-se-á o grupo organizado para “proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias” (GOFFMAN, 2018, p. 17). Nesse sentido, os professores atuam dentro de uma instituição total, onde todos os “aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade” (GOFFMAN, 2018, p. 15).

Dessa forma, a formação específica, deve qualificá-los para trabalhar dentro das normas administrativas da instituição total, o sistema prisional, seja em uma sala de aula localizada dentro da cadeia, nos presídios ou nas casas de prisões provisórias, ambos possuem uma rotina administrativa própria da instituição, a qual deve ser seguida, independentemente da atividade desenvolvida.

O contexto educacional vivenciado pelos professores nas escolas em prisões, remete à um espaço de pressão psicológica constante. Os sujeitos pertencentes à equipe dirigente estão limitados a manter uma rotina administrativa rigorosa para a preservação da própria vida e daqueles sob suas vigilâncias e proteção do Estado.

Nesse sentido, Goffman (2018) pontua a rotina administrativa do grupo de internados

Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição. (GOFFMAN, 2018, p. 18).

Para compreender a escola prisional, dentro de uma instituição total, é importante conhecer a distinção feita pelo autor entre os internados e a equipe dirigente. Por sua vez, o grupo de internados, segundo esse, “é sempre muito grande”. Enquanto a equipe dirigente, é “uma equipe pequena”. Os internados, possuem “contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente [...] está integrada no mundo externo” (GOFFMAN, 2018, p. 18-19), ou seja, existe toda uma preocupação de retornarem ao fim do expediente para suas famílias.

A escola no ambiente prisional é um espaço no qual a equipe dirigente, considerada “pequena”, ainda precisa dispor de pessoal para manter a segurança dos professores e dos alunos em relação ao desempenho natural das atividades escolares. Isto nem sempre é possível, fugas são passíveis de acontecer, com a utilização do próprio espaço da escola, como por exemplo, o ocorrido no próprio estado do Tocantins em 2018<sup>10</sup>. Essas intercorrências, de certo, atrapalham o andamento das atividades letivas, culturais, religiosas entre outros projetos desenvolvidos na unidade prisional. Dentre as consequências imediatas, tem-se a suspensão das aulas por medida de segurança.

A este respeito Goffman (2018) pontua:

[...], em termos de ação, a administração da prisão em grande parte se ocupa do problema de “segurança”, isto é, procura impedir a desordem e a fuga. Um aspecto importante da definição que a administração da prisão dá do

---

<sup>10</sup> Na rebelião, seguida de fuga no presídio Barra da Grota, em Araguaína/TO, ao todo 28 homens saíram pela porta da frente levando a professora e o agente como escudo humano (G1 TOCANTINS, 2018).

caráter dos internados é que, se tiverem a menor oportunidade, tentarão fugir à sua pena legal. (GOFFMAN, 2018, p. 157).

Pelo entendimento do autor, em relação aos sujeitos integrantes da instituição total, pode-se deduzir que os professores, de certa forma, não são considerados integrantes desse sistema, pelo fato de não manterem uma relação de comando direto com os internados. No entanto, estão sob a vigilância e proteção da instituição, e assim seguem rigorosamente as instruções recebidas da equipe dirigente.

No entanto, uma formação específica precisa subsidiar a prática teórico-metodológico, além de garantir conhecimentos técnicos relacionados a legislação pertinente ao sistema prisional. Além de metodologias diferenciadas, conhecimento e apropriação das regras de funcionamento do sistema em comento, para não incorrer em ações desarticuladas da missão da instituição, de forma a colocá-la em risco social, por falta de conhecimento e formação apropriada.

A formação específica precisará capacitar o professor para o desenvolvimento da ação docente em espaços totalmente diferentes da escola regular, a partir do conhecimento técnico das normas legais que envolvem o contexto da escola no sistema prisional.

Segundo Goffman (2018),

[...] nas instituições totais ao contrário, a participação automaticamente perturba a sequência de papéis, pois a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel. Em muitas instituições totais inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel. (GOFFMAN, 2018, p. 24).

O autor relata ainda, sobre “a barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu” (GOFFMAN, 2018, p. 24). Isso implica nas palavras do autor, a perda temporária de muitos direitos, entre eles, o direito ao voto, dispor de dinheiro, se opor em processos de divórcios, entre outros direitos garantidos universalmente, independentes da situação de preso, como o direito universal à educação formal.

No espaço em prisões, conforme pontuado pelo autor, a participação do internado não é automática nas atividades diárias. O preso não escolhe se ele quer estudar, a opção lhe é dada, caso se enquadre nas normas da instituição. No entanto, as condições de estar na aula, independentem de sua vontade, caberá à equipe dirigente analisar quem poderá participar das aulas dia após dia e essa rotina precisa ser compreendida pelo professor de forma a não se

envolver emocionalmente afim de não influenciar a relação dos internados com a equipe dirigente.

Goffman (2018), descreve como cada equipe, tanto dos internados, como de dirigentes se enxergam mutuamente:

[...] cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis – a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados muitas vezes veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. (GOFFMAN, 2018, p. 19).

Compreender o contexto da escola em prisões é se colocar dentro das “regras da casa” (GOFFMAN, 2018, p. 50), ou seja, há um conjunto de determinações e proibições quanto a conduta do internado. Para exemplificar as afirmações de Goffman (2018) foram utilizados os relatos fictícios, de membros da equipe Dirigente, nominados A e B e de Professores, 1 e 2, registrados durante o I Simpósio Regional de Educação em Contexto de Privação de Liberdade, na cidade de Araguaína/TO (2018)<sup>11</sup> pela pesquisadora que participou do evento como ouvinte.

Para o membro Dirigente A, a respeito da escola na unidade prisional onde presta serviço narrou:

“[...], a sociedade tem uma visão equivocada por falta de conhecimento, tomar de conta de 500 reeducandos não é fácil. [...], nessa unidade prisional que atuo, tem vários projetos para serem desenvolvidos, mas, não tem mão de obra para desenvolver. **A escola dentro da unidade para ser desenvolvida precisa do apoio do agente e isso não é fácil**, [...], às vezes o agente penitenciário é comparado tanto quanto o criminoso. [...], que são esquecidos, que são vistos pela sociedade como opressor, somos pais de famílias e que estamos lá desenvolvendo nosso papel e **também temos o mesmo sonho dos professores, queremos ver a ressocialização do interno**. [...], a teoria está muito aquém da realidade que se vive” (Dirigente A, grifo nosso).

Conforme pontuado pelo membro Dirigente A, confirma-se o entendimento de Goffman (2018), em relação a equipe dirigente ser “pequena”. Disto, denota-se o empecilho para o funcionamento integral da escola prisional, conforme assegurado pela CF/1988

---

<sup>11</sup> I Simpósio Regional de Educação em Contexto de Privação de Liberdade, realizado na cidade de Araguaína/TO, nos dias 21 e 22 de setembro de 2018. Org. Colégio Estadual Sonho de Liberdade, Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPBG) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte; Secretaria de Cidadania e Justiça; Governo do Estado do Tocantins.

(BRASIL, 2018a). Nesse liame, deduz-se, que o funcionamento integral da escola, depende, sobretudo do trabalho conjunto entre todos os sujeitos envolvidos com a escola e a instituição prisional.

Assim, é pertinente o apontamento de Ireland (2018):

Trabalhar na prisão, educar na prisão, é por vezes encontrar o pior do ser humano e dele não definir o homem. Trabalhar como educador na prisão é recolocar a aprendizagem na educação e a educação no âmago da sociedade. A educação ao longo da vida implica não apenas os professores, mas também todos os demais atores; **só se fará educação na prisão se administradores, guardas, pessoal de apoio estiverem engajados no movimento de tentar transformar progressivamente a prisão em um ambiente educativo.** Dissemos acima que qualquer atividade (de higiene, saúde, alimentação, visitas, lazer...) poderia ser uma oportunidade de trocas, de aprendizagem positiva, conhecimento e reconhecimento dos outros, de implicação valorizadora. A esse título, a educação na prisão poderá tornar-se uma educação permanente. (IRELAND, 2018, p. 54, grifo nosso).

Para o Ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, “o sistema penitenciário brasileiro é o principal nó da segurança no país”. Com isto, percebe-se a ineficiência da segurança no sistema penitenciário, este não supre as atividades relacionadas a manutenção da rotina disciplinar necessária a pacificação da ordem, da segurança. Segundo esse, “o sistema penitenciário hoje é um sistema que recruta soldados para o crime organizado” (DAMÉ, 2018, *online*).

Corroborando com o entendimento do Ministro Raul Jungmann (DAMÉ, 2018), o relato fictício do membro Dirigente B, também palestrante no I Simpósio Regional de Educação em Contexto de Privação de Liberdade (2018):

“A falta de efetivo humano, reflete no trabalho dos demais. Às vezes não tem como atender a escola, eu como agente, quero um preso ressocializado e fico triste por não poder atender a demanda” (Dirigente B).

Além do especificado em relação à demanda de funcionamento da escola em prisões, por falta de efetivo na equipe dirigente, ainda existem outros fatores relacionados, conforme explicitado no relato do membro Dirigente A, quando este se refere sobre: “eu também ‘sonho’, assim como os ‘professores’, na reintegração do preso” (Dirigente A). Muito embora, a educação não esteja relacionada ao sonho de ressocialização, é importante ter claro, que o direito à educação lhes é assegurado universalmente, como prevê a DUDH (ONU, 2018), disposto no art. XXVI:

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será

obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 2018, p. 14).

Nesse sentido, a formação específica do professor da escola em prisões é determinante para sua formação integral em relação ao contexto onde a escola se insere, bem como o conhecimento técnico das normas institucionais e principalmente o conhecimento teórico relacionado à cultura do internado.

A respeito da cultura do internado, é de grande relevância o posicionamento de Goffman (2018):

Em primeiro lugar, em muitas instituições totais, se desenvolvem um tipo característico e um nível também característico de preocupação consigo mesmo. A baixa posição dos internados, quando comparada à que tinham no mundo externo, [...], cria um meio de fracasso pessoal em que a desgraça pessoal se faz sentir constantemente. Como resposta a isso, o internado tende a criar uma “história”, uma tática, um conto triste – um tipo de lamentação e defesa – e que conta constantemente a seus companheiros, como uma forma de explicar a sua baixa posição presente. [...], o que leva um excesso de piedade por si mesmo. Embora a equipe diretora constantemente desmintas tais histórias. (GOFFMAN, 2018, p. 64).

Sobre este assunto, o relato fictício do Professor 1, durante o I Simpósio Regional de Educação em Contexto de Privação de Liberdade (2018) já mencionado, “inspira preocupação,” no sentido de atribuir outros papéis ao professor, diversos da docência. Com isto, reforça-se a necessidade da formação específica dentro de um contexto amplo capaz de qualificar o professor para trabalhar nessa modalidade de escola, como se verifica no texto a seguir:

“Alguns vão voltar para a sociedade recuperados, embora a sociedade não queira isso. **Nós, o professor faz o papel de psicólogo, advogado, carteiro.** Não cabe a mim investigar a vida dos alunos, [...] quando o aluno chega na sala de aula, até a respiração é diferente. A culpa não é exclusiva do condenado, tem a parcela social. Faço minha parte, acredito que um pai não deve desistir do filho e eu também não vou desistir do ser humano. Tem muitos exemplos de superação, entre eles, um aluno que matou a esposa e pegou 23 anos de prisão, ele é o nosso melhor reeducando. [...], eu me identifico muito com a escola em prisões e não desejo sair da escola” (Professor 1, grifo nosso).

Assim, é pertinente a propositura de uma formação específica, ampla e contínua, com conhecimentos pedagógicos nas diversas disciplinas como: psicologia, sociologia, entre outras ciências relacionadas ao desenvolvimento do ser humano no âmbito da educação em prisões. De maneira, que essa seja capaz de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, dentro de uma visão dialógica, libertadora, para não incorrer no que Freire (2018b, p. 46), se refere ao “sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência ‘hospedeira’ da consciência opressora”.

A formação específica deverá ser capaz de instrumentalizar o professor para trabalhar dentro de uma compreensão pedagógica, à qual, Freire (2018a) atribui:

[...], em sua dimensão prática, política ou social requer, portanto, clareza quanto ao aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com luta concreta dos homens por libertar-se. Isso significa que os milhões de oprimidos do Brasil – semelhantes, em muitos aspectos, a todos os dominados do Terceiro Mundo – poderão encontrar nesta concepção educacional um substancial ajuda ou talvez mesmo um ponto de partida. (FREIRE, 2018a, p. 15).

Freire (2018a), também expressa no seu livro educação como prática da liberdade, a premissa sobre a “educação, que por ser educação, precisa proporcionar uma reflexão sobre seu próprio poder de refletir, que seja capaz de transformar e potencializar o poder sobre a pessoa, para que tenha a capacidade de opção” (FREIRE, 2018a, p. 80).

Diverge do entendimento do Professor 2, ao caracterizar a escola em prisão, como sendo a escola do “pode” e do “não pode,” segundo esse, o lema é segurança e muitas vezes tem atrito, pois:

“A segurança é prioridade, tudo que vai fazer na sala de aula, é perguntado se pode usar, como: lápis vermelho, cola, tesoura. Usar caneta vermelha, vão usar para fazer baralho e causar briga de jogo; caneta preta é da cor do uniforme do agente; cola e tesoura jamais; revistas poderá ter alguma entrevista que vai colocar a vida do agente em risco. Nem os responsáveis pelos professores dentro do sistema prisional tem formação para formar os professores. Nós queremos saber deles e eles querendo saber de nós. Pode gerar uma angustia, mas, em mim não, sou freireano, quem é responsável por minha formação sou eu mesmo” (Professor 2).

Quanto à educação freireana, pode-se atribuir ao educador Paulo Freire (1921-1997), o grande legado em relação à Educação de Jovens e Adultos, fundamentada no livro Pedagogia do Oprimido. Segundo o autor, “é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação” (FREIRE, 2018b, p. 55).

Dessa forma, entende-se que a formação específica dos professores das escolas em prisões, deve, sobretudo, qualificá-los para promover uma educação integrada à formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, que possa, em tese, contribuir com a reinserção social dos presos em uma situação de privação de liberdade, todos tem um período determinado para cumprimento da pena e retornarão para a sociedade.

## **2.2 EJA: modalidade de ensino para alunos privados de liberdade**

A EJA é uma modalidade de ensino legalmente constituída para atender os alunos/educandos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, na forma integrada à educação profissional, conforme Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 (BRASIL, 2019c).

Além do previsto na LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c), veja-se: art. 37. “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 2018c, *online*).

A EJA não tem garantido condição de ressocialização básica através da educação e do trabalho aos privados de liberdade. Na mesma medida estão os sujeitos livres, porém, marginalizados pelo mercado de trabalho. Os alunos/educandos, cujo perfil se caracteriza nos moldes da EJA são jovens e adultos com baixa escolaridade e precária qualificação profissional. A respeito disso, Ireland (2018) esclarece:

A política de educação em prisões, assim como a EJA, tem concentrado os seus investimentos na escolarização, relegando as atividades não formais para um pobre segundo lugar. Ambas, para serem efetivadas, enfrentam o desafio da articulação em nível federal entre ministérios e em nível estadual e municipal entre secretarias. Na EJA, as interfaces postas entre educação e trabalho, saúde, agricultura, habitação, meio ambiente, cultura, etc., exigem políticas e planejamento articulados. Às vezes, essas interligações precisam acontecer inicialmente dentro do próprio ministério, antes de abarcar outros ministérios e órgãos da máquina federal. No caso da educação em prisões, não há como avançar sem uma articulação e um forte diálogo entre os Ministérios da Educação e da Justiça. Nos Estados, exige diálogo permanente entre Secretarias de Educação e de Justiça ou Administração Penitenciária. (IRELAND, 2018, p. 31).

A formação dos professores para trabalhar com alunos em situação de privacidade nos estabelecimentos prisionais foi ressaltado por Ireland (2018), o qual se posiciona a respeito da formação específica nos termos:

Destacar a especificidade da EJA prisional é, portanto, determinante para a adequada formação de professores, para a especialização da carreira, para a produção de material didático-pedagógico e para a elaboração de indicadores de avaliação que deem conta de apreender a multiplicidade de fatores presentes na relação de ensino e aprendizagem dentro da prisão. (IRELAND, 2018, p. 97).

Para o autor, as especificidades da EJA prisional precisam ser consideradas. Neste sentido, Freire (2018b), ao falar sobre educação popular de adultos, considera o método fundamental, no sentido de orientar-se por uma educação “conscientizadora e politizadora”, na concepção do “educador e do educando”, como um processo contínuo e sistematizado que também poderá ser desenvolvido em espaços como o da escola em prisões.

Nessa direção, Freire (2018b) pontua:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência *intencionada* ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 2018b, p. 94).

A partir das leituras de Freire (2018b), com base nos princípios norteadores da prática pedagógica capaz de alcançar todos os espaços como educativos, compreende-se, portanto, a prisão como espaço educativo e a pessoa privada de liberdade detentora de direitos e entre eles, o direito à educação formal.

Neste sentido, Goffman (2018) ressalta a condição dos internados, dizendo que “geralmente têm *status* e relações com o mundo externo, e isso precisa ser considerado,” e ainda, que a instituição através da equipe dirigente “precisa respeitar alguns dos direitos dos internados enquanto pessoas” (GOFFMAN, 2018, p. 71).

Assim, a educação formal, como direito humano universal, precisa ser garantida dentro do contexto da prisão, independentemente das condições relacionadas ao processo disciplinar e de segurança. Nesta seara, a escola deverá ser parte integrante desse binômio relacionado à segurança e à disciplina impostas pelo sistema prisional.

A educação formal destinada aos alunos/reeducandos privados de liberdade, como garantia de direito fundamental, requer: professor qualificado; currículo adequado; materiais didáticos-pedagógicos apropriados ao contexto da prisão, além, das condições e valorização do trabalho do professor. Por outro norte, Andriola (2018, p. 186), aponta que “o ensino no

sistema penitenciário tem sido oferecido como se fosse uma escola regular, com o único intuito de alfabetizar e diplomar os alunos presos”.

Nesse viés, Ireland (2018) corrobora com o entendimento de Andriola (2018), quando se refere a formação do professor, a saber:

A formação de professores para a educação em prisões, com regime próprio de trabalho, ainda que dentro da categoria única do magistério constitui caso à parte, pois os cursos de formação de professores, mesmo das universidades públicas, ainda não estão sensibilizados para a necessidade de formar quadro docente para atuação em espaços outros que não sejam a escola e a sala de aula. Lecionar nas prisões tem sido a última opção para professores que não encontram lugar na rede regular de ensino, em início de carreira, provisórios ou readaptados. (IRELAND, 2018, p. 96).

Por outro lado, Freire (2018b) aponta caminhos para a promoção de uma educação capaz de promover no indivíduo a consciência política de cidadão. Segundo o autor, é possível, se for trabalhada dentro de um contexto metodológico de “temas geradores”, conforme descreve:

Os homens tendem a perceber que sua compreensão e que a “razão” da realidade não estão fora dela, como, por sua vez, ela não se encontra deles dicotomizada, como se fosse um mundo à parte, misterioso e estranho, que os esmague. [...], a investigação do tema gerador, que se encontra contido no universo temático mínimo” (os temas geradores em interação), se realiza por meio de uma metodologia conscientizadora, além de nos possibilitar sua apreensão, insere ou começa a inserir os homens numa forma de crítica de pensarem seu mundo. (FREIRE, 2018b, p. 134).

Como verifica-se, a metodologia dialógica apontada na assertiva acima, deve ser trabalhada a partir de tema gerador, os sujeitos da relação ensino e aprendizagem (professor e aluno), constroem juntos os temas a serem trabalhados a partir da visão de mundo dos próprios educandos, não é algo nascido de uma relação apenas de sala de aula. Nesse contexto, o professor precisa de um conhecimento interdisciplinar amplo, relacionado ao contexto global dos temas geradores, adquiridos por meio de adequada formação específica e continuada.

Sobre o assunto, Andriola (2018) considera que a possibilidade de alunos presos se tornarem “cidadãos ativos, críticos e reflexivos” dependerá, sobretudo, da “proposta formativa e da atuação dos professores formadores”. Segundo o autor, para isso acontecer, será necessário “desenvolver uma perspectiva teórica que redefina a referida situação dos aprendizes” (ANDRIOLA, 2018, p. 187).

Como bem explicita Andriola (2018):

Cabe aos professores, tomarem consciência do seu potencial como estudiosos e profissionais ativos, reflexivos, e intelectuais, de modo a demonstrar aos seus alunos que educação no sistema prisional tem como função não somente a escolarização (alfabetização de adultos e/ou remição de pena), mas compreender os aspectos econômicos, sociais e culturais que estão intimamente atrelados ao poder e ao controle (do indivíduo e da sociedade). (ANDRIOLA, 2018, p.187).

Porém, cabe aos estados brasileiros ofertar o ensino formal para todas as pessoas privadas de liberdade e em todos os estabelecimentos penais, bem como “assegurar a formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração” (BRASIL, 2018d).

Quanto à formação específica, o estado do Ceará conta com ações exitosas tanto na área de formação de profissionais do sistema prisional como para professores em EJA nas prisões, conforme explanado por Andriola (2018):

No que tange às ações de formação de recursos humanos em EJA nas prisões, há que se destacar o curso de aperfeiçoamento destinado aos gestores e aos agentes do sistema prisional do estado do Ceará, implementado em 2010 e financiado pela SECAD/MEC. O referido curso foi executado pela UFC, em parceria com a Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR) da Secretaria de Justiça (SEJUS) do Ceará, para 220 profissionais do sistema prisional. Tratou-se de uma ação pioneira, que proporcionou a formação de 220 profissionais do sistema prisional. [...], a proposta fundamentou-se em dois blocos, a saber: bloco de conteúdos básicos e blocos de conteúdos específicos. Os conteúdos básicos referiram-se à Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto os conteúdos específicos estavam associados à EJA em prisões [...]. (ANDRIOLA, 2018, p. 184-185).

Andriola (2018) esclarece ainda, que a formação em EJA destinada aos gestores e agentes prisionais do Ceará foi alinhada à proposta de formação dos professores do sistema prisional. Assim, reafirma o entendimento de Ireland (2018) a respeito do engajamento de todos os sujeitos do quadro administrativo da instituição prisional em relação as ações educativas, ou seja, todos os membros devem ter formação técnica amparada na responsabilidade social e política.

A formação específica para os professores das escolas no sistema prisional, no entendimento de Andriola (2018), precisa embutir uma atitude reflexiva tanto na prática pedagógica do professor, quanto na formação do educando e o ponto de partida para qualquer atividade desenvolvida no sistema prisional é a “conscientização do formando frente à realidade social” (ANDRIOLA, 2018, p. 188).

Neste entendimento, Andriola (2018) apresenta a proposta curricular do Curso de Especialização (*lato sensu*) para 120 Professores do Sistema Prisional do estado do Ceará, na

área de EJA nas prisões. A elaboração da proposta, segundo o autor, foi a partir do diagnóstico das necessidades e dos interesses dos professores, assim especificado:

A primeira ação da Equipe Pedagógica responsável pela organização e elaboração da proposta de Formação de Professores do Sistema Prisional do Ceará consistiu em reunir-se com o grupo de professores, com o intuito de solicitar a escolha das áreas nas quais houvesse maior interesse e necessidade de formação, dentre as quais, foram identificadas: - Temas associados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), [...]; - Temas associados à Educação Prisional [...]; - Temas associados às Ciências Humanas [...]. (ANDRIOLA, 2018, p. 189).

É importante ressaltar que as ações exitosas apresentadas por Andriola (2018), desenvolvidas pelo estado do Ceará, infelizmente, não se replicam em outros estados brasileiros, bem como nos países da América Latina, como demonstrado por Ireland (2018):

O Mapa regional latinoamericano sobre *educación en prisiones* tem o grande mérito de representar o registro mais completo das políticas penitenciárias do continente e aponta a precariedade e a baixa qualidade da oferta de educação de adultos nos sistemas penitenciários, o financiamento inadequado, a descontinuidade de programas, a falta de formação específica para os profissionais e a inexistência de bibliotecas na grande maioria dos presídios. Na sua resenha, Helen Lucena frisa a importância do estudo em dar maior visibilidade para o tema, apesar da dificuldade de acessar dados confiáveis. (IRELAND, 2018, p. 11).

Nesta seara, a EJA ofertada tanto para jovens e adultos extramuros, como para os privados de liberdade, não vislumbra projetos pedagógicos específicos, tampouco um quadro próprio de professores e servidores com formação específica para trabalhar com o público de EJA.

A este respeito, Moreira (2016), desenvolveu sua tese de doutorado voltada para a educação prisional em cinco estados brasileiros (São Paulo/SP, Paraná/PR, Mato Grosso/MT, Amapá/AP e Maranhão/MA) e sua pesquisa apontou que “nenhum deles possuía uma proposta de formação específica de professores atuantes nas escolas em prisões.” (MOREIRA, 2016, p. 97 - 98).

Por esse entendimento, a formação específica dos professores, será a mola propulsora para impulsionar a educação à sua real função, de elevar o nível de escolaridade dos alunos em situação de privacidade, fator primordial para mudar essa realidade social e oportunizar a inserção destes no mercado de trabalho, quando do cumprimento da pena ou quando passarem a responder em liberdade.

Andriola (2018) cita alguns aspectos do cenário prisional brasileiro, entre eles:

[...] população carcerária formada basicamente por jovens, pobres, homens, com baixo nível de escolaridade, com mais da metade dos presos com menos de trinta anos, com profissionais ansiosos por formação. Essa realidade deverá ser alvo de transformações substanciais, através da poderosa ação proporcionada pela Educação. (ANDRIOLA, 2018, p. 202).

A formação específica de professores das escolas no sistema prisional tem se constituído cada vez mais como uma necessidade para complementar as lacunas deixadas pela formação inicial. Esse entendimento é comungado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[...] a Capes incentiva as instituições de educação superior a reconhecerem nas escolas públicas um espaço de produção e de apropriação de conhecimento, tornando-as, simultaneamente, partícipes e beneficiárias dos estudos e dos programas desenvolvidos. Paralelamente, essa integração contribui para unir ensino, pesquisa e extensão, respeitando o direito de aprender dos professores, valorizando os atores envolvidos e comprometendo a comunidade educacional com a elevação do padrão de qualidade da educação brasileira. (BRASIL, 2018f, p. 6).

O entendimento da Diretoria de Professores da Educação Básica (DEB), é de que a CAPES, possui a atribuição “de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 2018f, p. 6). Dá autonomia às instituições de ensino superior para fomentar parcerias em prol do desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão, inclusive na área de EJA em prisões, enquanto modalidade da Educação Básica.

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação: [...], (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola. (BRASIL, 2018f, p.6).

A Educação Básica, além de ser um direito universal para todas as pessoas, deve ser feito ao longo da vida, independentemente do local onde os sujeitos se encontram. Nesse sentido, a DEB considera a formação de professores da Educação Básica:

Componente essencial para a universalização e a democratização da educação de qualidade, para o desenvolvimento humano e social do país e para seu crescimento inclusivo e sustentável. O cenário contemporâneo de alta complexidade impõe um sentido de urgência quanto ao desenvolvimento de políticas públicas de valorização docente e, na esfera de suas atribuições

legais, a Capes, desde 2009 vem investindo de modo crescente na concretização dessas políticas. (BRASIL, 2018f, p.11).

Enfatiza-se, portanto, a ineficiência das políticas públicas penais, enquanto desafio político global, existe uma separação evidente quanto ao propósito da instituição prisional e o da escola em prisões. A primeira busca a segurança e a manutenção da ordem, já a segunda, anseia que o ensino se der através de uma prática de “ensinagem”<sup>12</sup> significativa.

Assim, a formação específica para os professores das escolas em prisões precisa ser articulado através de um programa de formação contínuo, devidamente regulamentado nas secretarias de educação, cujo objetivo deva ser a promoção da qualificação profissional dos professores e profissionais do sistema prisional, com metodologias adequadas e diversificadas capazes de transformar o espaço da escola em prisão em um ambiente de aprendizagem apto a promover a ressocialização por intermédio do conhecimento formal.

---

<sup>12</sup> Termo usado para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, resultante de ações efetivadas na, e fora da, sala de aula (ANASTASIOU, 2019).

### **3 ESTADO DA ARTE: CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL**

Nesta seção são apresentadas as informações relacionadas ao sistema prisional brasileiro e as bases legais da EJA aos privados de liberdade no Brasil.

As informações relacionadas aos dados da população prisional no estado do Tocantins serão apresentadas em um item próprio, com o objetivo de destaque.

Os dados da população prisional no Brasil foram retirados do INFOPEN/2016 (BRASIL, 2018b) e os relacionados as bases legais da EJA foram apresentadas de forma linear, conforme a legislação.

Quanto aos dados do Tocantins, foram retirados tanto do INFOPEN/2016 (BRASIL, 2018b), quanto do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)/ Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL 2019d), cadastrados pelo Tribunal de Justiça do Tocantins; do Requerimento SEDUC/TO/Nº 2019/27009/37306 (Anexo A), de 25 de abril de 2019, e ainda, do Requerimento SECIJU/TO/Nº 2019/17019/004277 (Anexo B), de 12 de março de 2019.

#### **3.1 Sistema Prisional brasileiro (junho, 2016)**

A população prisional no Brasil ultrapassou a marca histórica de 700 mil pessoas privadas de liberdade, houve um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 90 (BRASIL, 2018b).

Desses, 55% compõem a faixa etária<sup>13</sup> entre 18 e 29 anos, isso representa mais da metade da população carcerária brasileira formada por jovens e adultos, conforme demonstrados na Tabela 2 abaixo.

---

<sup>13</sup> As informações sobre faixa etária consideram a idade das pessoas privadas de liberdade em anos completos em 30/06/2016, conforme registros mantidos pelos estabelecimentos penais, dados retirados do INFOPEN/2016 (BRASIL, 2018b)

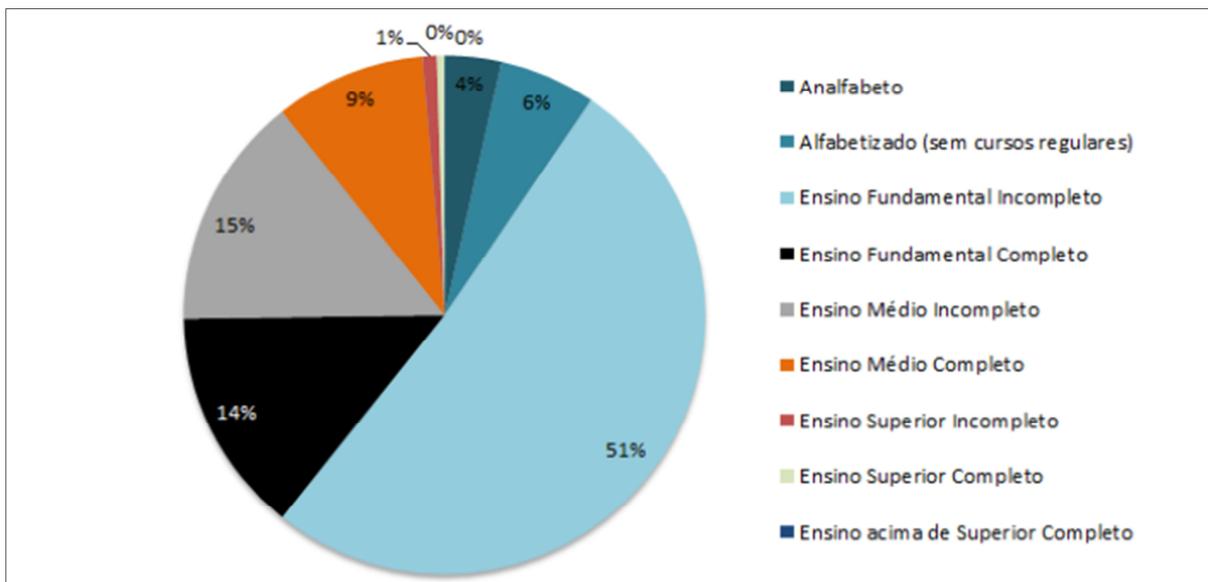
Tabela 2 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação

UF	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 45 anos	46 a 60 anos	61 a 70 anos	Mais de 70 anos
AC	45%	25%	14%	13%	4%	1%	0%
AL	29%	31%	18%	15%	6%	1%	0%
AM	40%	24%	17%	15%	4%	0%	0%
AP	36%	24%	18%	18%	4%	0%	0%
BA	38%	23%	17%	16%	5%	1%	0%
CE	32%	24%	18%	18%	7%	1%	0%
DF	29%	24%	19%	21%	6%	1%	0%
ES	39%	25%	15%	15%	6%	1%	0%
GO	30%	30%	20%	13%	6%	1%	0%
MA	32%	27%	21%	14%	6%	1%	0%
MG	32%	25%	18%	18%	6%	1%	0%
MS	24%	23%	20%	23%	9%	1%	0%
MT	26%	29%	19%	18%	6%	1%	0%
PA	37%	28%	17%	12%	4%	1%	0%
PB	30%	27%	19%	16%	6%	1%	0%
PE	36%	25%	15%	13%	8%	2%	0%
PI	33%	24%	18%	17%	6%	1%	0%
PR	28%	26%	19%	18%	8%	1%	0%
RJ	37%	22%	15%	18%	7%	1%	0%
RN	37%	22%	14%	17%	6%	3%	2%
RO	28%	27%	22%	17%	6%	1%	0%
RR	28%	23%	19%	18%	9%	2%	0%
RS	25%	22%	21%	22%	8%	1%	0%
SC	23%	25%	21%	21%	9%	1%	0%
SE	36%	26%	16%	15%	6%	1%	0%
SP	28%	25%	20%	20%	7%	1%	0%
TO	39%	20%	18%	17%	5%	1%	0%
<b>Brasil</b>	<b>30%</b>	<b>25%</b>	<b>19%</b>	<b>19%</b>	<b>7%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>

Fonte: Brasil (2018b)

Em relação a escolaridade dos presos, verificou-se que as ações relacionadas à erradicação do analfabetismo no Brasil não têm alcançado a população carcerária do país. Os dados revelam a existência de uma superpopulação com baixo grau de escolaridade no sistema penitenciário brasileiro, conforme se apresenta na Figura 1. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

Figura 1 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Brasil (2018b)

A partir dos dados relativos ao grau de escolaridade das pessoas privadas de liberdade, surge a necessidade de se reorganizar de forma urgente a educação formal de EJA, prioritariamente no sistema prisional brasileiro, a fim de garantir o direito à educação básica dessas pessoas.

### 3.2 O Estado do Tocantins

A população prisional no estado do Tocantins era constituída por 3.468 pessoas privadas de liberdade. Possuía 42 unidades prisionais, sendo 37 estabelecimentos de recolhimento de presos provisórios, 2 de cumprimento de pena em regime fechado e 3 de cumprimento de pena em regime semiaberto (BRASIL, 2018b).

Dessas, 468 pessoas privadas de liberdade, o que correspondia à 13%, da população prisional se encontravam em atividades de ensino escolar e 407, relativos à 12% estavam em atividades educacionais complementares, conforme se ver na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 - Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação

UF	Pessoas em atividades de ensino escolar		Pessoas em atividades educacionais complementares		% total de pessoas presas em atividades educacionais
	N	%	N	%	
AC	226	4%	0	0%	4%
AL	367	6%	0	0%	6%
AM	907	9%	50	0%	9%
AP	49	2%	0	0%	2%
BA	2.296	18%	168	1%	20%
CE	1.701	7%	0	0%	7%
DF	1.600	11%	22	0%	11%
ES	3.660	19%	817	4%	23%
GO	506	3%	23	0%	3%
MA	887	12%	95	1%	13%
MG	8.060	13%	1.838	3%	15%
MS	1.239	7%	32	0%	7%
MT	1.316	13%	111	1%	14%
PA	1.259	9%	0	0%	9%
PB	1.089	10%	0	0%	10%
PE	5.062	15%	12	0%	15%
PI	382	9%	50	1%	11%
PR	5.723	14%	2.316	6%	19%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI
RN	87	1%	48	1%	2%
RO	976	9%	191	2%	11%
RR	330	14%	0	0%	14%
RS	2.185	6%	158	0%	7%
SC	1.945	9%	839	4%	13%
SE	240	5%	15	0%	5%
SP	19.092	8%	5.706	2%	10%
TO	458	13%	407	12%	25%
<b>Brasil</b>	<b>61.642</b>	<b>10%</b>	<b>12.898</b>	<b>2%</b>	<b>12%</b>

Fonte: Brasil (2018b)

O Tocantins foi um dos estados brasileiros com destaque na oferta de atividades educacionais, assim demonstrado:

Destacam-se os estados da Bahia, Espírito Santo e Tocantins, que possuem os maiores percentuais de pessoas envolvidas em atividades educacionais, acima da média nacional. Em relação às atividades complementares, 2% da população prisional total do país encontra-se envolvida em atividades de remição pela leitura ou pelo esporte e demais atividades educacionais complementares. O estado do Tocantins se destaca pelo maior percentual de pessoas envolvidas neste tipo de atividade. (BRASIL, 2018b, p. 54).

Dados de agosto/2018 do BNMP 2.0/CNJ (BRASIL, 2019d), portanto, mais recentes, atualizaram o número da população prisional para 3.639 pessoas privadas de liberdade no Estado, conforme Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 - Situação das pessoas privadas de liberdade cadastradas pelo Tribunal de Justiça do estado do Tocantins

<b>Privados de Liberdade - TJTO</b>		
<b>Natureza da Prisão</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Presos sem Condenação	1.382	37,98
Presos Condenados em Execução Provisória	445	12,23
Presos Condenados em Execução Definitiva	1.797	49,38
Internados Provisórios	0	0,00
Internados em Execução Provisória	0	0,00
Internados em Execução Definitiva	3	0,13
Presos Civis	12	0,33
<b>Total</b>	<b>3.639</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Brasil (2019d)

Os dados constantes da Tabela 4, relativo ao número de pessoas privadas de liberdade no Estado, serviram de parâmetro para visualizar a oferta de ensino nas escolas em prisões no ano de 2019/1.

Em termos numéricos, 310 pessoas privadas de liberdade, equivalente à 8,52% da população informada (agosto/2018) estavam em atividades de ensino escolar no ano letivo de 2019/1, conforme especificado na Tabela 5 abaixo:

Tabela 5 - Número de professores lotados e alunos matriculados no ano letivo de 2019/1 nas escolas em prisões do Tocantins

<b>Cidades do estado do TO que possuem escolas em prisões</b>	<b>Escolas</b>	<b>Número de professores</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Outras informações</b>
15	16	56	310	04 escolas com as aulas suspensas

Nota: Os alunos matriculados na Escola Estadual Nova Geração, estão incluídos nesse percentual, no entanto, as aulas da escola foram suspensas a partir de março de 2019/1.

Fonte: SEDUC/TO (2019) obtidos através do Requerimento SEDUC/TO/nº 2019/27009/37306 (Anexo A) e Requerimento SECIJU/TO/nº 2019/17019/004277 (Anexo B)

Os dados refletem a crescente realidade do caos prisional que se alastra em todo país. No Tocantins o número de pessoas presas aumentou entre 2016 e 2018 e o número de alunos privados de liberdade em atividade de ensino escolar reduziu.

### **3.3 Bases legais que asseguram a Educação de Jovens e Adultos para os privados de liberdade no Brasil**

No Brasil, a educação formal ofertada à população carcerária tem seus primórdios históricos em meados do século XIX. Os registros demonstram a inicialização da oferta da instrução escolar como direito do preso por volta de 1.865 (VASQUEZ, 2013), na Casa de Correção do Rio de Janeiro, também chamada Casa de Correção da Corte, criada em 6 de julho de 1850 pelo Decreto nº 678 (BRASIL, 2018g). Neste, havia a previsão de uma escola em cada uma das divisões da Casa de Correção (art. 167).

Tanto a “Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos”, como também uma prisão que assegurasse a dignidade do preso, assim determinado: “Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circunstancias, e natureza dos seus crimes” (BRASIL, 2018h, *online*), tinham previsão legal na Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (art. 179, XXI, XXXII).

Entretanto, o Brasil chegou ao século XXI e, ainda, não conseguiu incluir em suas metas prioritárias a educação formal como direito para todas as pessoas, principalmente para as pessoas privadas de liberdade, sem falar no caos carcerário em todo país, reflexo de um sistema falido e sem proposições efetivas para redução do número de presos provisórios, bem como, das medidas efetivas com previsibilidade legal para redução da pena, através do estudo e do trabalho.

O Estado brasileiro tem participado de muitas ações no campo internacional, assumiu compromissos coletivos junto à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e com outros países membros para encontrar soluções efetivas na redução do analfabetismo de pessoas acima de 15 anos de idade.

Ainda assim, a população de analfabetos existentes no país, comprovada em dados estatísticos públicos, denota a omissão em relação as metas propostas para erradicação do analfabetismo dessa população.

O aparato legal, que assegura a EJA para as pessoas privadas de liberdade, será apresentado por ordem cronológica, no entanto, esta, não implicará em importância legislativa entre uma ou outra norma, exceto a CF/1988 (BRASIL, 2018a), por sua supremacia.

a) LEP/1984 (BRASIL, 2019b)

A LEP/1984 (BRASIL, 2019b), do ponto de vista formal é a lei que determina e assegura a instrução escolar e formação profissional do preso e do internado garantidos nos art. 17 a 21, recepcionados pela CF/1988 (BRASIL, 2018a), art. 205. Bem como, as alterações

que foram incluídas posteriormente na LEP/1984 (BRASIL, 2019b) pela Lei nº 13.163 de 2015 (BRASIL, 2019e), a qual assegura a oferta do Ensino Médio em obediência ao preceito constitucional de sua universalização, além de atribuir responsabilidades aos entes federados, entre outras obrigações para o cumprimento integral da oferta do ensino para todos os presos.

Aqui interessa especialmente o art. 21 da LEP/1984 (BRASIL, 2019b), pois este dispositivo se preocupou em regulamentar em cada local considerado adequado para oferecer educação em prisões a inserção de uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos. Estas práticas de incentivo à leitura representam uma forma complementar do sistema formal de ensino.

Ter uma biblioteca em um espaço prisional oportuniza aprimorar o conhecimento, tanto para os presos regularmente matriculados na escola quanto para os não inseridos na educação formal, e contribui inclusive com a preparação para o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL)<sup>14</sup> e Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL)<sup>15</sup> aplicados pelos Estados, através de Termos de Adesão e Cooperação.

Outro fator benéfico ao condenado é a remição pelo estudo e pelo trabalho, esta prevê 1 dia de pena para cada 12 horas de frequência escolar, tanto no regime presencial ou ensino à distância, certificados pelas autoridades educacionais competentes responsáveis pelos cursos frequentados (art. 126, I, § 2º) (BRASIL, 2019b).

b) CF/1988 (BRASIL, 2018a)

A CF/1988 (BRASIL, 2018a) assegura a educação como direito de todos e dever do Estado (art. 205), a inclusão dos Direitos Humanos na carta magna se deu pela DUDH (ONU, 2018) (art. 26º), da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil e, de forma indireta pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (1966) (art. 13), embora este último, tenha sido ratificado pelo Brasil em 1992<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Em 2017, o ENCCEJA PPL foi aplicado para cerca de 63,7 mil candidatos em 997 unidades prisionais brasileiras. O ENCCEJA PPL é resultado de uma parceria entre o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Ministério da Educação. Foi instituído pelo Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional (Decreto 7.626/2011), e busca promover ações que possam garantir o acesso à educação integral e de qualidade às pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2018i).

<sup>15</sup> Em 2016, o ENEM PPL foi programado para ser aplicado para 1.271 locais. Desses, 1.027 (80,8%) eram unidades prisionais e 244 (19,2%), unidades socioeducativas. A prova, contudo, foi cancelada em 7 locais. Esses imprevistos ocorreram nos estados de Tocantins, Sergipe, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em 2017, o resultado do ENEM PPL deixou de servir para conclusão do Ensino Médio, seguindo as mesmas regras do ENEM regular, servindo exclusivamente para a entrada no Ensino Superior (BRASIL, 2018j).

<sup>16</sup> Ratificado pelo Brasil, através do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992 (BRASIL, 2019a).

No preceito constitucional o direito à educação formal para todas as pessoas, inclui obrigatoriamente a população do sistema carcerário existente no país.

c) LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c)

A educação nacional, regida pela LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c), não contemplou em seus dispositivos a educação em espaços de privação de liberdade. Omissão esta, retificada pelo PNE/2001 (BRASIL, 2018k).

d) V Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFINTEA V) (1997)

CONFINTEA V é um evento intergovernamental realizado a cada período de 11 ou 12 anos. As conferências anteriores a 1997 aconteceram em Elsinore em 1949, seguida de Montreal em 1960, Tóquio em 1972, Paris em 1985. Todas sublinharam o papel fundamental da educação de adultos para o desenvolvimento econômico e social.

Pode-se dizer que o marco inicial da EJA no Brasil se deu na CONFINTEA V, realizada em Hamburgo, promovida pela UNESCO em 1997. Ali, foi instituído o Decênio da Alfabetização, em homenagem ao educador brasileiro Paulo Freire.

A CONFINTEA V interessou em particular ao Brasil, aos demais países da América Latina e do Caribe, “que embora tenham tido progressos no campo educacional, ainda apresentavam um contingente significativo de analfabetos” (UNESCO, 2019a, p. 7).

O direito dos detentos à aprendizagem foi discutido no Tema VIII, assim descrito:

Tema VIII: A aprendizagem para todos os adultos: direitos e aspirações dos diferentes grupos

**47. Reconhecer o direito de detentos à aprendizagem:**

- a) informando os presos sobre oportunidades de educação e de formação existentes em diversos níveis, e permitindo-lhes o acesso a elas;
- b) elaborando e pondo em marcha, nas prisões, amplos programas de educação, com a participação dos detentos, a fim de responder a suas necessidades e aspirações de aprendizagem;
- c) facilitando a ação de organizações não governamentais, de educadores e de outros agentes educativos nas prisões, permitindo, assim, aos detentos, o acesso a instituições educativas, estimulando iniciativas que tenham por fim conectar cursos dados na prisão com os oferecidos fora dela. (IRELAND; SPEZIA, 2018, p. 236, grifo nosso).

Das discussões, resultantes da conferência, foi elaborada a agenda de compromissos internacionais para o futuro.

Uma década após, com o objetivo de cumprir as orientações internacionais contidas na agenda, elaborou-se o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PIA) (2007-2015) (OEI, 2018), coordenado pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) (UNESCO, 2019b).

O objetivo do Plano Ibero-americano era no sentido de empreender esforços coletivos com vistas ao cumprimento da meta de erradicação do analfabetismo na América Latina:

Durante o desenvolvimento do Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Pessoas Jovens e Adultas 2007-2015 (PIA), e apesar dos avanços realizados, continua vigente o objetivo de melhorar os níveis de alfabetismo e oferecer alternativas de continuidade de estudos e aprendizagem ao longo da vida na Ibero-América. Na XVI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo (Montevideu, 2006), foi aprovado o início da implementação do PIA. Em 2006, na América Ibérica existiam mais de 34 milhões de adultos analfabetos e 110 milhões de jovens e adultos -40% da população da América Latina que, em plena idade ativa, não tinham finalizado os estudos de nível fundamental. (UNESCO, 2019b, p. 3).

A partir da conferência de 1997, o reconhecimento ao direito à aprendizagem dos detentos passou a ser tema integrante da agenda de compromissos internacionais.

e) PNE/2001, instituído pela Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2018k)

A omissão da LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c), quanto a falta de previsibilidade normativa para a EJA, destinada aos privados de liberdade, foi corrigida no PNE/2001 (BRASIL, 2018k), estipulado no seu item 5.3 objetivos e metas<sup>17</sup>, ação 17<sup>18</sup>, assim especificada: “implantação, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio” (BRASIL, 2018k, p. 102).

O diagnóstico constante do documento norteador para a elaboração e implementação do PNE/2001 (BRASIL, 2018k) sobre a EJA apresentou dados dos quais, existia no país cerca de 16 milhões de analfabetos com idade acima de 15 anos, retratando uma “profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais” (BRASIL, 2018k, p. 95-96).

A partir da inclusão da EJA para os privados de liberdade, os entes federados passaram a ter acesso aos recursos destinados através dos programas: Projeto Educando para a Liberdade; do Programa Brasil Alfabetizado; do Plano de Ações Articuladas (PAR), além dos recursos disponibilizados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Em relação ao Programa Brasil Alfabetizado, este transferia recursos financeiros, em caráter suplementar, para financiamento das ações, como bolsas-benefícios para alfabetizadores voluntários, inclusive com turmas formadas dentro do próprio sistema prisional.

f) Projeto Educando para a Liberdade (2005 – 2006)

<sup>17</sup> Descreve que para o cumprimento desse objetivo/meta depende da iniciativa da União (BRASIL, 2018k)

<sup>18</sup> Descreve que para esta ação é exigida a colaboração da União (BRASIL, 2018k)

O Projeto Educando para a Liberdade, fruto de parceria entre os Ministérios da Educação, da Justiça e da Representação da UNESCO no Brasil, com patrocínio do governo do Japão, teve por objetivo transpor os muros das prisões brasileiras, constituiu-se como uma referência fundamental na construção de uma política pública integrada e cooperativa, tanto no âmbito da Educação de Jovens e Adultos quanto no âmbito da Administração Penitenciária (UNESCO, 2006).

O projeto foi tido como uma oportunidade para cumprimento das metas deliberadas durante a CONFINTEA V (1997), além do cumprimento do compromisso firmado com a UNESCO relacionadas à educação e à aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas.

Para tanto, foi necessário realizar um diagnóstico da situação dos estabelecimentos prisionais nos estados brasileiros, o qual serviu para nortear as dimensões e a metodologia a ser adotada na execução do projeto.

Os dados sobre os presos em atividades educativas, apresentados pelo Ministério da Justiça, em 2004, reforçavam a necessidade e urgência quanto ao desenvolvimento do projeto, assim especificados:

240.203 pessoas presas em dezembro de 2004, apenas 44.167 desenvolviam atividades educacionais, o que equivale aproximadamente 18% do total. Isto embora a maioria dessa população seja composta por jovens e adultos com baixa escolaridade: 70% não possuem o ensino fundamental completo e 10,5% são analfabetos. (UNESCO, 2006, p. 34).

A princípio, o projeto contemplava os estados do Ceará, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul, escolhidos pelo compromisso formal dos seus governos a fim de cumprir com os objetivos da Década das Nações Unidas para a Alfabetização (2003 – 2012) (UNESCO, 2006).

No decorrer do referido projeto, o Ministério da Justiça e da Educação lançaram a proposta de financiamento de projetos semelhantes para os demais Estados. Com isso, o estado do Rio de Janeiro e do Tocantins tiveram suas propostas de projetos aceitas e foram incluídos no convênio. O último, com o “Projeto Ressocialização Educativa no Sistema Prisional do Estado do Tocantins” (VASCONCELOS, ARAÚJO, PORTO JR, 2006).

O Projeto Ressocialização Educativa, firmado pelo Convênio nº 408/2004 (TOCANTINS, 2019b), teve por objeto:

a cooperação técnica, pedagógica, material e financeira com o intuito de garantir a implantação da Educação Básica (Projeto EJA), em nível fundamental e Médio para formação dos alunos recolhidos na Casa de

Custodia de Palmas, a fim de oportunizar a sua ressocialização ao convívio social. (TOCANTINS, 2019b, p. 5).

O referido convênio foi firmado entre as Secretarias de Educação e Cultura, de Cidadania e Justiça e Segurança Pública. Dentre as várias atribuições, a de promover a formação dos professores para atuarem no projeto implantado a partir de 2005, cuja vigência seria de 12 meses.

Diante disso, no ano de 2006 foi realizada a ação de formação específica para os professores inseridos no projeto, dividida em dois módulos, assim especificados:

Módulo I – Metodologias em Educação de Adultos, composto de 10 unidades:

Concepções teóricas em educação; Educar pela pesquisa; Pedagogia de Projetos; Metodologia da problematização; Estudo da sociedade e da natureza: metodologia de história e geografia; Metodologia do ensino de ciências naturais; Metodologia do ensino de artes; Metodologia do ensino de educação física; Metodologia do ensino de língua português e; Metodologia do ensino de matemática. (GALLERT, MANSANERA, PÔRTO JR; 2006, p. 2).

Módulo II – Ensino Diferenciado: didática e práticas pedagógicas em educação de adultos, com 9 unidades, sendo:

A didática e o processo de ensinar e aprender; Interdisciplinaridade na educação; O saber pedagógico e a interdisciplinaridade; A interdisciplinaridade na sala de aula; Planejamento em educação; A aula como forma de educação do ensino; As estratégias de ensino e os recursos midiáticos; Avaliação e a relevância da qualidade educativa e; Histórias de Vida: entre a escola e a cela. (VASCONCELOS, ARAÚJO, PORTO JR, 2006, p. 2).

Ainda em 2006, aconteceu o Seminário Nacional pela Educação nas Prisões: significados e proporções, cujo objetivo era de “criar condições e possibilidades para o enfrentamento dos graves problemas que perpassam a inclusão social de apenados e egressos do sistema penitenciário” (UNESCO, 2006, p. 33).

O Projeto Educando para a Liberdade agregou responsabilidades e engajamento político entre os entes federados e instrumentalizou a política de Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, concretizados no Seminário Nacional pela Educação nas Prisões: significados e proporções, o qual resultou com criação da Resolução nº 03 de 11 de março de 2009 (BRASIL, 2019f).

- g) Resolução nº 03, de 11 de março de 2009 (BRASIL, 2019f), do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), norteia as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, e dá outras providências.

Os resultados dos esforços empreendidos através do Projeto Educando para a Liberdade sucedeu em norma para o sistema penitenciário brasileiro, nos termos da Resolução,

CONSIDERANDO, finalmente, que o projeto “Educando para a Liberdade”, fruto de parceria entre os Ministérios da Educação e da Justiça e da Representação da Unesco no Brasil, constitui referência fundamental para o desenvolvimento de uma política pública de educação no contexto prisional, feita de forma integrada e cooperativa, e representa novo paradigma de ação, a ser desenvolvido no âmbito da Administração Penitenciária. [...]. (BRASIL, 2019f, *online*)

O mérito pelas ações exitosas do projeto foi referendado no “Art. 11 – O capítulo “Seminário Nacional pela Educação nas Prisões: Significados e Proposições”, do Projeto “Educando para a Liberdade”, constitui o Anexo I da presente Resolução” (BRASIL, 2019f, *online*).

h) VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFINTEA VI) (2009)

A CONFINTEA VI foi sediada no Brasil, na cidade de Belém-PA, em dezembro de 2009. Durante o evento, foi observado pelos membros que o desafio do analfabetismo continuava enorme: “com quase 800 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever, das quais dois terços são mulheres” (IRELAND; SPEZIA, 2018, p. 257).

As discussões em torno dos desafios e do conceito de alfabetização, levantadas pelos países membros, relacionavam-se no sentido de:

[...], estabelecer a importância da educação como um direito e reconhecer a importância da alfabetização para o progresso econômico e social por meio da focalização dos grupos vulneráveis e da implementação de políticas públicas responsáveis. O equilíbrio entre a alfabetização e a necessidade de coesão social é importante, pois deixa os cidadãos melhor preparados para respeitar a diversidade cultural. (IRELAND; SPEZIA, 2018, p. 263).

Em tese, as agendas internacionais, resultantes dessas conferências, não tem demonstrado efetividade na meta de redução do analfabetismo de jovens e adultos, especialmente no Brasil.

i) Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010 (BRASIL, 2019c), dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

Merece destaque, nesta pesquisa, o art. 11, §, 1º, que assim dispõe:

Art. 11 **Educadores**, gestores e técnicos **que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada** que levem em consideração as especificidades da política de execução penal. § 1º Os docentes que atuam nos espaços penais deverão ser profissionais do magistério devidamente habilitados e com remuneração condizente com as especificidades da função. (BRASIL, 2019b, *online*, grifo nosso).

A referida normativa recomenda aos Estados e Distrito Federal a tornarem público as atividades desenvolvidas por via de relatórios anuais, bem como estimula aos órgãos responsáveis, criarem estratégias de divulgação das ações educacionais, incentivo à pesquisa e fortalecimento de parceiros de diferentes segmentos.

E ainda, que esses devem contemplar no seu planejamento a adequação dos espaços físicos e instalações disponíveis para a implementação das ações de educação de forma a atender às exigências da Resolução.

j) Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 (BRASIL, 2018l)

O Decreto acima especificado instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Os objetivos do PEESP estão previstos no seu art. 4º e incisos:

II - Incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação. (BRASIL, 2018l, *online*).

A Educação em Prisões, até o ano de 2018, integrava a pasta da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão<sup>19</sup> do Ministério da Educação (MEC).

k) PNE/2014 para o decênio (2014-2024) Anexo à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2018d)

Instituiu a EJA, destinada às pessoas privadas de liberdade e assegurou a formação específica aos professores, na Meta 9, Estratégia 9.8 e Meta 10, Estratégia 10.10.

l) Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO) (2015-2025), Anexo à Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015 (TOCANTINS, 2018a)

---

<sup>19</sup> A única referência que se encontra no MEC na estrutura administrativa a partir de 2019 é sobre Alfabetização de Jovens e Adultos, que está na pasta da Secretaria de Alfabetização, nas demais pastas não foi encontrado nenhuma referência sobre Educação em Prisões.

Foi elaborado em consonância com o PNE/2014 (BRASIL, 2018d), e prevê a oferta do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas do Estado. Ainda, assegura a valorização profissional dos profissionais que atuam na educação do sistema prisional, conforme segue:

META 10 - Universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio, no ensino regular e na modalidade de jovens e adultos, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas, em regime de colaboração com União e os Municípios.

[...];

10.5. assegurar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR auxílio periculosidade, com percentual de acréscimo adicional à remuneração dos profissionais que atuam na educação do sistema prisional e unidades socioeducativas, levando em consideração a Resolução no 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação – CNE (TOCANTINS, 2018a, *online*).

A Meta 20 assegura o programa de formação continuada para os professores que atuam na educação de jovens e adultos do sistema prisional.

META 20 - Instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.

[...];

20.18. assegurar, em regime de colaboração com a União, a formação continuada, aos profissionais da educação que atuam no ensino regular e na educação de jovens e adultos do sistema prisional e socioeducativo, conforme as diretrizes curriculares nacionais (TOCANTINS, 2018a, *online*).

Além disso, garante a implantação de política estadual para definir cargos exclusivos em atendimentos as demandas da educação em diversas modalidades, bem como, em educação em prisões.

META 21- Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de, um 1 (um) ano para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, Lei no 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.

[...];

21.6. implantar, no primeiro ano de vigência do PEE/TO, política estadual para definição de cargos exclusivos em atendimento às demandas da educação profissional, em tempo integral, especial, campo, indígena, quilombola, em prisões e Unidades Socioeducativas, com a finalidade de garantir no quadro de servidores, profissionais para atuar nestas especificidades (TOCANTINS, 2018a, *online*).

As ações previstas no PEE/2015 (TOCANTINS, 2018a), especificadas para o atendimento da EJA aos privados de liberdade, no Tocantins, na prática, ainda não foram implantadas.

m) Plano Estadual de Educação nas Prisões do Tocantins (PEEP/TO) (2012-2014) (TOCANTINS, 2019c)

O PEEP/TO, documento norteador quanto as ações relacionadas às dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras no contexto da escola, até a conclusão desta pesquisa, possuía vigência entre os anos de 2012-2014, ainda que exista um plano atualizado, este não foi localizado em nenhum órgão responsável pelo sistema prisional.

Conforme consta no referido plano, a EJA era organizada por períodos/semestres, retificada na Resolução nº 160, de 19 de dezembro de 2016 (TOCANTINS, 2018b), do Conselho Estadual de Educação da SEDUC/TO, aprova as Estrutura Curriculares, da rede estadual de ensino, assim especificados:

- 1) Alfabetização: estruturada em período único;
- 2) 1º segmento: composto de quatro períodos;
- 3) 2º segmento composto de quatro períodos; e
- 4) 3º segmento composto de três períodos.

As diretrizes estaduais previstas no PEEP/TO, de modo geral, abrangem as 16 escolas localizadas nos municípios indicados na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Cidades do estado do Tocantins que possuem escolas em prisões.



Fonte: Pereira (2019)

Na pesquisa foram nominadas 10 das 15 escolas em prisões (caracterização do espaço físico e quadro funcional)<sup>20</sup>, onde os participantes da amostra, com a intenção de manter o registro histórico, atuavam como docentes.

1) Escola Estadual Nova Geração (interna), localizada na CPP de Palmas/TO, recebe presos do sexo masculino.

A sua estrutura física é formada por 3 salas de aulas seccionadas por divisórias; 1 biblioteca; 1 corredor; 2 banheiros; 1 sala dos professores; 1 secretaria e 1 copa. Ofertava o Ensino Fundamental e Médio (1º, 2º e 3º segmentos da EJA). Possuía um quadro de servidores composto pela diretora da unidade escolar, 1 coordenador (a) pedagógico (a), 8

<sup>20</sup> As informações das escolas relacionadas a estrutura física, foram retiradas do PPP, contido no acervo do COMEP-TO e disponibilizado para a pesquisadora. O número de alunos e de professores foram atualizados com os dados de 2019/1, cujas informações foram da SEDUC/TO/SECIJU/TO. As escolas (extensão) que atendem a Cadeia Pública de Tocantinópolis e de Miracema/TO não possuíam PPP no acervo do COMEP-TO.

professores e 53 alunos no ano letivo de 2019/1. A escola possui uma boa estrutura física, conforme se verifica na foto, disponibilizada pelo Comitê Estadual de Educação em Prisões do Tocantins (COMEP-TO).

Figura 3 - Vista externa da Escola Estadual Nova Geração (Casa de Prisão Provisória de Palmas).



Fonte: Disponibilizada pelo COMEP-TO (2018) à pesquisadora

2) Escola Estadual Setor Sul (extensão) na – UPF Palmas/TO, recebe presas do sexo feminino.

A estrutura física da escola, é composta por 1 sala de aula, que nos momentos escolares faz-se necessário dividir em dois ambientes, com o uso de cortinas e cadeiras, para demarcar o espaço; 1 banheiro para uso das reeducandas e professoras e 1 sala de 1,60 m<sup>2</sup>, utilizada como diretoria, sala dos professores e secretaria. Ofertava o ensino fundamental e médio (1º, 2º e 3º segmentos da EJA), no ano letivo de 2019/1, possuía um quadro de servidores composto por 6 professores, 1 coordenadora pedagógica e 23 alunas.

Figura 4 - Sala de aula da Escola Estadual Setor Sul (Extensão localizada na Unidade Prisional Feminina, em Palmas/TO).



Fonte: Abreu (2019)

3) Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires (extensão) na CPP, no município de Porto Nacional/TO, recebe presos do sexo masculino.

A estrutura física da escola é formada por 2 salas de aulas. Ofertava o ensino fundamental e médio (1º, 2º e 3º segmentos da EJA) e no ano letivo de 2019/1, possuía um quadro de servidores composto por 8 professores e 15 alunos.

Figura 5 - Vista externa do prédio da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional/TO (Extensão da Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires).



Fonte: Google Maps (2019)

4) Escola Estadual Tarso Dutra (extensão) no Centro de Educação Luz do Amanhã, no município de Cariri do Tocantins, recebe presos do sexo masculino.

A estrutura física da escola é formada por 2 salas de aula. Ofertava ensino fundamental (1º segmento da EJA) e no ano de 2018/2, possuía um quadro de servidores composto por 2 professores e 30 alunos.

O PPP da unidade escolar não apresentou ações para serem desenvolvidas com os alunos privados de liberdade. Nessa escola, as aulas não retornaram no ano letivo de 2019/1.

Figura 6 - Vista interna (pátio aberto) do Centro de Reeducação Luz do Amanhã (Extensão da Escola Estadual Tarso Dutra).



Fonte: Oliveira (2019)

5) Escola Estadual Talismã (extensão) na CPP Feminina, no município de Talismã, recebe presas, do regime feminino.

Não existe no PPP informações sobre à estrutura física da escola. Ofertava ensino fundamental e médio (2º e 3º segmento da EJA) e no ano letivo de 2019/1, possuía um quadro de servidores composto por 7 professores e 11 alunas.

Figura 7 - Vista externa do prédio da Unidade Prisional Feminina de Talismã (Extensão da Escola Estadual Talismã).



Fonte: Lima (2019)

6) Centro de Ensino Médio Santa Terezinha (extensão) na Cadeia Pública, no município de Miracema do Tocantins, recebe presos do regime masculino.

Conforme informações da SEDUC/TO, a cadeia pública não possuía espaço físico para a extensão da escola, motivo pelo qual não abriu turma em 2019/1. Ofertava o ensino fundamental (1º e 2º segmentos da EJA) e no ano letivo de 2018/2, possuía um quadro de servidores composto por 1 professor e 14 alunos.

Figura 8 - Vista externa da Cadeia Pública de Miracema do Tocantins.



Fonte: Borges (2019)

7) Escola Estadual Giulio Moretti (Ensino Fundamental); Escola Estadual José Carneiro de Brito (Ensino Médio) (extensão) na Cadeia Pública, no município de Tocantinópolis, recebe presos do regime masculino.

A estrutura física da escola possui um espaço próprio para as atividades de ensino. Ofertava Ensino Fundamental e Médio (1º, 2º e 3º segmento) e no ano letivo de 2019/1, possuía um quadro de servidores composto por 4 professores e 22 alunos.

Figura 9 - Espaço educativo da Cadeia Pública de Tocantinópolis



Fonte: Tocantinópolis (2019)

8) Escola Estadual Nossa Senhora da Providência (extensão) na UPF, no município de Lajeado/TO, recebe presas do regime feminino.

No PPP, não continha informações sobre a estrutura física da escola. Ofertava ensino fundamental e médio e no ano letivo de 2019/1 possuía um quadro de servidores formado por 5 professoras e 12 alunas.

9) Escola Estadual Rui Barbosa (extensão) na UPF, município de Babaçulândia/TO, recebe presas do regime feminino.

Não possuía, no PPP, informações sobre a estrutura física da escola, nem sobre as modalidades de ensino da EJA. Constava que a escola possuía 2 professores e 10 alunos no ano letivo de 2019/1. Não se encontrou registros fotográficos do local.

10) Escola Estadual Silva Dourado (extensão) na Cadeia Pública no município de Arraias/TO, recebe presos do regime masculino.

As informações contidas no PPP, esclareciam que a extensão da escola, na Cadeia Pública, teve início em 2016. Possuía no quadro de lotação de 2019/1, 5 professores e 10 alunos. Não se encontrou registros fotográficos do local.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE

Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados atingidos a partir de análise de dados gerados pela pesquisa empírica, que teve como objetivos específicos: caracterizar os programas de formação específica para os professores das escolas em prisões e seus reflexos na educação prisional do estado do Tocantins; avaliar a relevância do processo de formação específica dos professores que atuam nas escolas em prisões do estado do Tocantins; interpretar o sentido que os professores estabelecem entre a importância da formação específica e o processo de aprendizagem.

Quanto aos dados coletados, foram analisados dentro de uma abordagem quali-quantitativa na perspectiva da Análise de Conteúdo. Para tanto, utilizou-se das diferentes fases, quais sejam: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação, conforme o entendimento de Bardin (2011).

A análise dos dados foi realizada de forma linear, conforme sequência do questionário estruturado em três seções: 1. Caracterização, 2. Desenvolvimento profissional e, 3. Práticas de ensino, tempo pedagógico e atitudes. O instrumento continha 19 questões objetivas de múltipla escolha e uma aberta de modo a permitir alguma subjetividade, tratados a partir da frequência dos conteúdos e, assim, gerou a dimensão quantitativa.

Em relação a análise qualitativa, foi considerado a presença ou a ausência de uma dada característica num determinado fragmento da mensagem emitida pelo professor, que foi o sujeito respondente.

Os dados relativos às perguntas de múltiplas escolhas, foram coletados e distribuídos em planilhas, que geraram tabelas tabuladas conforme detalhadamente descrito no campo metodologia.

### 4.1 Amostra proposta no Projeto de Pesquisa (inicial)<sup>21</sup>

Inicialmente, a pesquisa seria aplicada para 45 professores, relativo a 66% da população dos professores lotados em 8 escolas em prisões do estado do Tocantins, localizadas nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Araguaína, Gurupi<sup>22</sup> (Talismã e Cariri

---

<sup>21</sup> A proposta inicial do projeto de pesquisa houve alteração em relação a estrutura do questionário, exclusão da escola localizada no Presídio Barra da Grota em Araguaína, suspensão das atividades da escola localizada na CPP de Palmas, sendo realizada a pesquisa de forma parcial e a inclusão das escolas localizadas em Lajeado, Babaçulândia e Arraias.

<sup>22</sup> DRE/GURUPI, responsável pelas escolas localizadas nos municípios de Talismã e Cariri do TO.

do Tocantins), Miracema do Tocantins e Tocantinópolis, em conformidade com a modulação dos professores no ano letivo de 2018/2.

A princípio, houve questionamentos a respeito da pesquisa por alguns professores, como por exemplo, se a SEDUC/TO sabia da pesquisa, se não iria prejudicá-los, no entanto, esses foram esclarecidos pela pesquisadora e sanadas as indagações.

Os documentos de aprovação da pesquisa pelo CEP/UFT foram apresentados e protocolizados no setor responsável pelas escolas em prisões no estado do Tocantins, Gerência Prisional da SEDUC/TO, e encaminhados também pela pesquisadora, via e-mail tanto para as DREs como para as escolas jurisdicionadas a essas, para obtenção dos e-mails dos professores e agendamentos da pesquisa *in loco*, caso fosse necessário.

Nesse procedimento não houve intercorrências, os e-mails e números de celulares dos professores informados pelas escolas eram válidos e a pesquisadora pôde encaminhar o questionário para os 45 professores e, ainda, uma mensagem via WhatsApp com os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa.

Das 16 escolas em prisões existentes no estado do Tocantins, quatro (4) sofreram algumas intercorrências entre os anos letivos de 2018/2 e 2019/1, que impediram o retorno das aulas, fato que prejudicou a aplicação da amostra inicial da pesquisa.

A primeira intercorrência aconteceu com o advento da fuga dos presos, em outubro de 2018/2, na escola interna Sonho de Liberdade, localizada no Presídio Barra da Grota, no município de Araguaína,<sup>23</sup> esta possuía no seu quadro de lotação 10 professores e 293 alunos nos três segmentos da EJA. Em função do evento fuga, ocorreu a suspensão das aulas, esta, mantida no ano letivo seguinte (2019/1). A garantia da segurança foi a justificativa dada pela Gerência Prisional da SEDUC/TO para manter as aulas suspensas.

Assim, com o fito de encaminhar o questionário aos professores, a pesquisadora entrou em contato com o diretor da referida unidade escolar, que prontamente encaminhou os e-mails e número de celulares de toda equipe docente.

Por se tratar da maior escola do sistema prisional do Estado, na expectativa de receber as contribuições para a pesquisa, realizou-se vários contatos com os professores, entretanto, nenhum formulário de pesquisa foi devolvido, exceto o do próprio diretor, o qual não preencheu os requisitos. Tal evento excluiu a escola da amostra.

---

<sup>23</sup> As atividades do Colégio Estadual Sonho de Liberdade estão suspensas desde de outubro de 2018/2, com o advento da Rebelião, seguida de fuga no presídio Barra da Grota, em Araguaína/TO. Ao todo 28 homens saíram pela porta da frente levando a professora e o agente como escudo humano (G1 TOCANTINS, 2018).

A outra intercorrência aconteceu na Escola Estadual Nova Geração em Palmas, com a prisão em flagrante de um professor na entrada/revista da CPP,<sup>24</sup> o que levou à suspensão imediata das aulas e de todas as atividades administrativas da escola, fato ocorrido em 27 de março de 2019.

A mencionada escola, terceira maior do Estado, possuía 8 professores e 53 alunos. Nessa, por não ter acontecido a aplicação *in loco*, conforme agendado pela pesquisadora com a diretora da unidade escolar, a amostra foi parcialmente prejudicada, pois, somente 50% responderam à pesquisa posteriormente.

As escolas localizadas na Cadeia Pública de Miracema do Tocantins e no Centro de Ressocialização Luz do Amanhã em Cariri do Tocantins, também não iniciaram as aulas no ano letivo em curso (2019), porém, os professores lotados em 2018/2 responderam ao questionário via e-mail.

Quanto ao não cumprimento do prazo determinado para devolução do questionário, no momento em que a pesquisadora entrou em contato com os professores, 3 deles, de municípios diferentes, manifestaram grande interesse em participar da pesquisa, no entanto, justificaram que tinham apenas a internet do aparelho celular, fato que os impedia de responder ao questionário.

Para colaboração desses três profissionais e possivelmente de outros professores que não devolveram o questionário, a pesquisadora criou e encaminhou um link no Google Formulários,<sup>25</sup> que dava acesso ao questionário via WhatsApp.

Salienta-se que com o advento do link, além dos três professores, mais 5 participaram da pesquisa, estes lotados nas escolas de Palmas (CPP), Miracema do Tocantins, Babaçulândia e Talismã. Os questionários foram impressos na sua integralidade e salvos para fins de comprovação da pesquisa.

A Figura 10 representa, em tese, a amostra inicial da pesquisa, com a indicação dos municípios onde se pretendia realizar a aplicação.

---

<sup>24</sup> Conforme noticiado por Voz do Bico (2019) e RESPLANDES (2019).

<sup>25</sup> <https://docs.google.com/forms/d/1sr1VAVuJVA201Zkxkx41Ku48PbvpmjpnhgF4fZffnEY/closedform#responses>.

Figura 10 - Infográfico das cidades do Tocantins onde a pesquisa seria desenvolvida inicialmente



Fonte: Pereira (2019)

## 4.2 Amostra aplicada e analisada

A pesquisa foi aplicada no período entre 31 de janeiro e 10 de maio de 2019, nessa considerou-se os questionários respondidos pelos professores que tinham experiência na docência em uma escola em prisões por pelo menos 1 ano letivo.

Responderam à pesquisa 33 professores, igual a 59% dos lotados em 10 escolas, sediadas em 9 municípios do Estado, no ano letivo de 2018/2.

Os professores participantes faziam parte do quadro de lotação das escolas/municípios:

1. Palmas: Escola Estadual Nova Geração, na CPP<sup>26</sup>;
2. Palmas: Escola Estadual Setor Sul – Extensão na UPF;
3. Miracema: Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão na Cadeia Pública<sup>27</sup>;
4. Porto Nacional: Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires – Extensão na CPP;
5. Talismã: Escola Estadual Talismã – Extensão na UPF;
6. Cariri do Tocantins - Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã<sup>28</sup>;
7. Tocantinópolis: Escola Estadual Giulio Moretti/Ens. Fundamental e, Escola Estadual José Carneiro de Brito/ Ens. Médio – ambas Extensão na Cadeia Pública;
8. Arraias: Escola Estadual Silva Dourado – Extensão na Cadeia Pública;
9. Babaçulândia: Escola Estadual Rui Barbosa – Extensão na UPF; e
10. Lajeado: Escola Estadual Nossa Senhora da Providência – Extensão na UPF.

Para preservar a identificação dos professores, estes foram nominados por U (unidade), I - IX (corresponde nº dos municípios) e 01 - 33 (corresponde a numeração dos questionários), assim representado: U-I-01 a U-IX-33.

A amostra analisada cobre de forma estratificada todo o território do estado do Tocantins, conforme apresentado na Figura 11, as regiões coloridas são as que possuíam escolas em prisões.

---

<sup>26</sup> Nessa unidade escolar as aulas foram suspensas em 27 mar. 2019/1.

<sup>27</sup> Nessa unidade escolar as aulas não reiniciaram no ano de 2019/1, SEDUC/TO, alega falta de espaço físico na cadeia pública.

<sup>28</sup> Nessa unidade escolar as aulas não reiniciaram no ano letivo de 2019/1.

Figura 11 - Infográfico das cidades do Tocantins onde a pesquisa desenvolveu-se



Fonte: Pereira (2019)

### 4.3 Caracterização: perfil dos professores pesquisados

A população pesquisada, é formada por 33 professores lotados em 10 escolas em prisões do estado do Tocantins, localizadas em 9 municípios das cidades já citadas.

#### a) Sexo, idade e estado civil

Dos respondentes, 88% dos professores são do sexo feminino e 12% do sexo masculino. Destes, 64% disseram que estão na faixa etária entre 36 e 50 anos de idade, 22% na faixa etária a partir de 51 anos de idade, 13% entre 25 e 35 anos e um pequeno grupo correspondendo a 0,04% da amostra estavam na faixa etária menor de 25 anos de idade.

Em relação ao estado civil, 54% informaram que são casados, 42% solteiros e menos de 4% informaram a opção outro.

b) Escola interna ou escola externa

No estado do Tocantins existiam 2 escolas internas e 14 escolas extensões, na amostra analisada consta apenas 1 escola interna e 9 escolas extensões. Dos participantes 84% responderam que são lotados em uma escola externa (extensão) e 16% em uma escola interna.

c) Nível de escolarização

Perguntado sobre o nível mais elevado de educação formal do professor, 39% dos pesquisados disseram que têm especialização (*lato senso*), 29% responderam que têm curso superior - Pedagogia e 29% licenciatura, apenas 1% informou que é mestrando e 2% não responderam.

d) Tempo de trabalho como professor

Em relação ao tempo de trabalho exercido como professor, a Tabela 6 representa o tempo de trabalho dos pesquisados como professor de forma geral.

Tabela 6 - Tempo de trabalho como professor

Tempo de trabalho como professor (anos)						
1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	+ de 20	Sem resposta
-	9	5	5	4	7	3

Fonte: Pereira (2019)

Observou-se que 30% dos pesquisados responderam que trabalharam entre 3 e 5 anos como docente. E os demais, que correspondeu a 70% disseram possuírem experiência como docente há mais de seis anos.

e) Tempo de trabalho como professor em uma escola em prisões

A Tabela 7 representa o tempo (ano) que o professor trabalha em uma escola em prisões.

Tabela 7 - Tempo de trabalho como professor em uma escola em prisões

Tempo de trabalho como professor em uma escola em prisões (anos)						
1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	+ de 20	
14	16	2	1	-	-	

Fonte: Pereira (2019)

Observou-se que 42,4% dos pesquisados responderam que trabalharam em uma escola em prisões entre 1 e 2 anos, 48,5% que trabalharam entre 3 e 5 anos e 9,1% acima de 5 anos. Ou seja, 90,9% trabalharam em uma escola em prisões entre os períodos de 1 a 5 anos.

f) Vínculo empregatício

Em relação ao vínculo empregatício, somente 21,2% afirmaram ser professores de carreira da SEDUC/TO, os demais 78,8% responderam serem contratados por tempo determinado por período igual ou superior a um ano letivo.

Tabela 8 - Vínculo empregatício como professor no exercício da função

Vínculo empregatício como professor no exercício da função			
Profº efetivo/SEDUC/TO	Profº efetivo/Outro órgão	Profº c/Contrato > 1 ano	Profº c/ Contrato por período de 1 ano
7	-	7	19

Fonte: Pereira (2019)

O alto índice de professores contratados por tempo determinado nas escolas em prisões é um problema que obsta o investimento público em formação continuada. Não que os professores contratados não sejam importantes e dignos de formação continuada. O professor contratado deve ser uma exceção no serviço público, no entanto, o alto percentual passou a se configurar em uma prática recorrente do estado do Tocantins.

Os dados demonstraram que todos os professores possuem formação superior, com experiência na docência, entretanto, se encontram dentro de uma situação temporária no quadro de lotação da escola em que trabalham.

O programa de formação continuada deve ser uma política pública de médio e longo prazo e, sendo o quadro formado em quase totalidade por professores contratados temporariamente, a formação continuada passará a ser uma ação de curto prazo e/ou investimento na pessoa do professor, em razão destes não possuírem estabilidade e permanência no quadro das escolas em prisões do Estado.

Desse modo, tal esforço se orienta ao indivíduo, no profissional e não no investimento público direcionado à uma equipe de servidores do quadro permanente, com capacidade de replicabilidade de boas práticas e aperfeiçoamento contínuo ao longo do tempo.

A Lei nº 2.977 de 08 de julho de 2015 – Anexo PEE/TO (2015-2025) (TOCANTINS, 2018a), determina na meta 21, estratégia 21.6, que o estado do Tocantins deverá: “implantar no primeiro ano de vigência do PEE/TO uma política estadual para definição de cargos exclusivos em atendimento às demandas [...] em prisões [...], com a finalidade de garantir no quadro de servidores, profissionais para atuar nestas especificidades”. O que poderá ser feito

por via de concurso público específico para as áreas estipuladas nessa meta/estratégia. Entretanto, já se passaram quatro anos e a referida meta ainda não foi implantada.

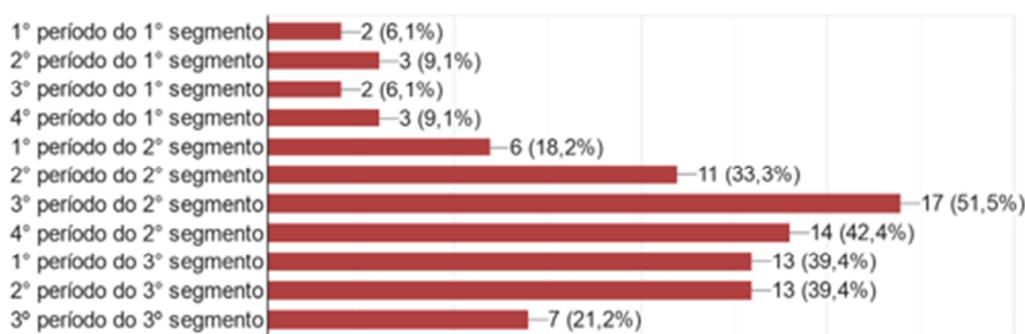
Outra forma legal do Estado criar um quadro de professores efetivos, de carreira, para atuarem nas escolas em prisões, encontra-se determinado na meta 10, estratégia 10.5, *in verbis* “assegurar até o segundo ano de vigência, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), auxílio periculosidade com percentual de acréscimo adicional na remuneração dos profissionais que atuam na educação do sistema prisional [...]” (TOCANTINS, 2018a, *online*)

Além da formação do quadro específico dos professores das escolas em prisões, uma forma de valorização desses profissionais de carreira da educação que queiram integrar a modalidade de EJA em prisões, poderia ser a articulação de um concurso interno promovido pelo órgão responsável pela educação básica, no caso, a SEDUC/TO.

#### g) Oferta de ensino (modalidades)

A oferta de ensino formal aos privados de liberdade no sistema prisional do Estado é feita em todas as modalidades de ensino da EJA (1º, 2º e 3º segmentos), conforme apresentado na Figura 12 abaixo.

Figura 12 - Séries que os professores lecionam aos privados de liberdade no sistema prisional do Tocantins



Fonte: Pereira (2019)

Esses dados demonstraram, em tese, que o estado do Tocantins tem garantido a oferta de educação básica aos privados de liberdade e assim, oportunizado a continuidade dos estudos.

#### 4.4 Desenvolvimento Profissional nos últimos 2 anos (2017 - 2018)

Os dados referentes ao tempo de trabalho como professor em uma escola em prisões condensados na Tabela 7 demonstraram que mais de 90% dos pesquisados trabalharam na escola em prisões num período entre 1 e 5 anos. Nesse contexto, foram analisados os dados

referentes as ações de formação profissional dos professores nos últimos dois anos (2017-2018), conforme se apresenta abaixo.

a) Formação profissional nos últimos 2 anos (2017-2018)

Foi perguntado aos professores se nos últimos 2 anos tinham participado de atividades de desenvolvimento profissional e qual o impacto que tais atividades haviam gerado no seu aprimoramento profissional como professor em uma escola em prisões.

Os dados encontrados são apresentados na Tabela 9, tabulados em ordem decrescente, conforme os professores responderam às perguntas relacionadas ao aprimoramento profissional.

Tabela 9 - Aprimoramento profissional dos professores, nos últimos 2 anos (2017-2018)

Atividades	Participação		Impacto				
	(A)		(B)				
	Sim	Não	Nenhum impacto	Pequeno impacto	Impacto médio	Grande impacto	Sem resp.
Curso de qualificação	2	29	1	1	0		2
Visita de observação em outra escola	6	25	3	1	0	2	2
Participação em atividades específicas para os professores da escola em prisões	6	24	2	0	3	1	3
Cursos/oficinas	9	23	2	3	3	1	1
Conferências ou seminários	10	21	2	1	5	2	2
Planejamento de aulas	24	8	3	6	10	5	1
Atividades de formação em serviço	17	14	6	4	6	1	2
Leitura de livros e artigos científicos	17	16	3	5	4	5	0

Fonte: Pereira (2019)

A frequência apontada na tabela acima, evidencia que 64% dos professores pesquisados não participaram efetivamente de atividades de formação continuada em serviço nos últimos 2 anos, nas atividades: 1) cursos de qualificação, 2) visita de observação em outra escola, 3) participação em atividades específicas para os professores da escola em prisões, 4) cursos e oficinas e, 5) conferências ou seminários.

Por outro lado, mais de 51,5% responderam a alternativa sim, para as atividades relacionadas: 1) planejamento de aulas, 2) atividades de formação em serviço e, 3) leitura de livros e artigos. Tais atividades de formação são realizadas pela própria escola, pelos professores com suporte da coordenação pedagógica, portanto, não envolvem diretamente a SEDUC/TO, órgão responsável por fomentar as ações de formação continuada dos professores e servidores.

O único item respondido afirmativamente por 75% dos professores foi o relacionado às atividades de planejamento de aulas, no entanto, apenas 47% afirmaram ter causado um

médio ou grande impacto no aprimoramento profissional, e 28% dos pesquisados, afirmaram que gerou um pequeno ou nenhum impacto no desenvolvimento das atividades em sala de aula.

As atividades de formação em serviço, 55% dos professores responderam a alternativa sim; apenas 23% afirmaram ter causado um médio ou grande impacto e 32% afirmaram que gerou um pequeno ou nenhum impacto nas atividades de sala de aula.

O mesmo ocorre com a leitura de livros e artigos científicos: 51% responderam a alternativa sim, destes, 27% afirmaram que gerou um médio ou grande impacto e para 24% afirmaram ter gerado um pequeno ou nenhum impacto nas suas atividades docentes.

Amparada na Lei nº 2.849, de 30 de abril de 2014 (TOCANTINS, 2019d), que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública e adota outras providências, o planejamento de aulas, atividades de formação em serviço e leitura de livros e artigos, são ações previstas na carga horária docente do professor, deveriam acontecer dentro de um planejamento semanal, conforme art. 3º e 28, respectivamente:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se: [...] XXIII-Hora-atividade, o tempo atribuído ao Docente **para preparação e avaliação do trabalho didático, a colaboração com a administração da unidade escolar, as reuniões pedagógicas, o estudo, a articulação com a comunidade e o planejamento da Educação.**

Art. 28. A jornada semanal de trabalho da função de magistério [...]; §2º Ao professor, no exercício da docência em sala de aula, serão destinadas 40% da jornada de trabalho para hora-atividade, sendo que, destas, 50% serão cumpridas na Unidade Escolar e, 50% de livre escolha do Profissional da Educação. (TOCANTINS, 2019d, *online*, grifo nosso).

Os resultados da análise não apontaram a possibilidade de o Estado possuir um programa de formação continuada para os professores da educação que atuam nas escolas em prisões. Até mesmo a ação de planejamento de aulas, não demonstrou ter um impacto satisfatório para os professores que responderam a alternativa sim.

A este respeito, o (a) professor(a) se posiciona, como segue:

“A minha formação inicial Licenciatura em Educação Física não dava nenhuma base para trabalhar com privativos de liberdade, mas no decorrer do ano letivo com as formações a prática pedagógica foi melhorando, as aprendizagens adquiridas foram adequando à realidade da educação prisional. Acredito que a falta de preparação na faculdade para trabalhar com o público EJA prisional é o maior ponto negativo, pois os conhecimentos adquiridos lá são distantes da prática do cotidiano carcerário. O ponto positivo é que os conhecimentos

adquiridos na Licenciatura modelados servem como base para a prática no sistema penitenciário. Não estou dizendo que os conhecimentos teóricos não valem, o que quero referir é que esses sem aprender como funciona a rotina educacional prisional de nada valem. Ou seja, **a educação prisional requer um olhar diferenciado, e o mais urgente um currículo específico para esse público, levando em consideração o perfil das pessoas atendidas. Trabalhar com um currículo EJA nas prisões é desafiador, pois os conteúdos ali mencionados são distantes de suas práticas e por isso, na maioria das vezes não acontece a ressocialização.** Cumprir com o currículo nas prisões levando em conta a rotatividade do sistema é um desafio muito grande, somando ainda, o perfil dos reeducandos”. (U-I-04, grifo nosso).

O programa já citado precisaria, principalmente, complementar a formação inicial em termos teóricos e metodológicos, além de capacitá-los para trabalhar em uma escola totalmente diversa da tradicional, o que deverá ser feito antes da inserção do professor na escola, conforme pontuado pelo(a) professor(a), veja-se:

**“É uma experiência bastante diferenciada em relação aos demais contextos educacionais onde ministrei aula.** Ao passo que é de extrema relevância para os reeducandos, deve-se ter o máximo de cuidado e privacidade em relação ao ambiente da unidade prisional. **Acredito ser necessário uma formação anterior a entrada de professores em qualquer unidade prisional, pois é preciso ter uma preparação para se inserir nesse ambiente haja visto que influencia o psicológico da pessoa.** Dentre os aspectos positivos pode-se citar a oferta para os reeducandos e a experiência gerada para o profissional da educação que é de extrema importância. **Dos pontos negativos pontua-se a falta de formação específica para quem trabalha em prisões,** falta de instrumento dentro de uma unidade como notebook disponível para os professores, falta de um bebedouro dentro da sala, bem como a oferta de minicursos e oficinas por área de conhecimento para a educação em prisões”. (U-II-13, grifo nosso).

b) Carga horária dos cursos feitos pelos professores

Outro ponto pesquisado, foi em relação a carga horária das atividades de formação que os professores participaram nos últimos 2 anos (2017-2018); o resultado ratificou a inexistência de um programa de formação estadual para este grupo de professores. Os dados foram assim apresentados, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Carga horária das atividades de formação nos últimos 2 anos dos professores

<b>Carga horária (Horas)</b>	<b>Professores (%)</b>
0 Horas (nenhuma atividade de formação)	54,5%
Até 20 horas	18,2%
Entre 20 horas e 60 horas	18,2%
Acima de 60 horas	09,1%

Fonte: Pereira (2019)

Um grupo pequeno de professores participou de algumas atividades de formação em educação em prisões nos últimos 2 anos, logo, demonstrou-se que as ações realizadas pelo Estado não alcançaram todos os professores como por exemplo, na ação de conferências e seminários, à qual, apenas 30,3% responderam a alternativa sim. Esse fato pode indicar que falta articulação entre o responsável pela atividade e a SEDUC/TO, na inclusão de todos os professores em ações específicas da educação em prisões ofertadas no Estado.

Questionados a respeito de leitura de livros e artigos científicos sobre a temática, 51,5% responderam a alternativa sim. Esse tipo de ação é de iniciativa individual e autônoma do professor, pois, sua participação em eventos, cursos e oficinas mantém os níveis de motivação e estimulam as leituras e, assim, alimentam seu intelecto à criação de novas práticas a partir dos conteúdos lidos.

c) Atividade de formação antes do ano letivo de 2019/1

Perguntou-se aos pesquisados se participaram de alguma formação antes do início do ano letivo atual (2019/1), com o intuito de realizar o planejamento de aula, conforme as diretrizes nacionais e estaduais do EJA em situação de privação de liberdade.

Para essa indagação, expressiva maioria dos professores, 73% responderam que não participou de nenhuma atividade, 18% responderam a alternativa sim e 0,9% responderam que participaram de uma oficina de leitura, conforme reproduzido a seguir, na Tabela 11.

Tabela 11 - Atividade de formação antes do ano letivo de 2019

<b>Formação no início do ano letivo de 2019</b>	<b>Respondentes (%)</b>
Não participaram	73%
Participaram	18%
Outra atividade	0,9%

Fonte: Pereira (2019)

Ao analisar esses dados com as falas dos professores é possível inferir que, diante da ausência de formação específica, o professor passa a ministrar conteúdos considerados importantes para ensinar a matéria, assim, uma vez que pauta suas ações pela intuição, experiências sem referenciais ou indicativos estatais ou coletivos, desempenha um trabalho

independente e talvez não afinado com as reais necessidades dos alunos privados de liberdade.

#### 4.5 Práticas de Ensino, Tempo Pedagógico e Atitudes

Os dados dessa sessão estão relacionados diretamente com o trabalho do professor na sala de aula, a partir das seguintes dimensões: a) organização e realização do trabalho em sala de aula; b) carga horária do tempo de aula; c) espaço e equipamento; d) relacionamento interpessoal na unidade escolar; e) sobre ser professor na escola.

Mantém-se a sistematização dos dados na ordem decrescente de avaliações pelos professores.

##### a) Organização e realização do trabalho em sala de aula

Os itens relacionados ao tempo disponível para o planejamento, recursos audiovisuais e material didático para uso do aluno foram avaliados pelos professores como sendo suficientes e adequados, pois a resposta concordo/concordo totalmente foi dada por mais de 60,6% dos pesquisados.

Em relação ao livro didático, biblioteca e material didático pedagógico para uso do professor, foram considerados não adequados com a resposta discordo totalmente/discordo, por mais de 51,5% dos pesquisados, conforme Tabela 12 abaixo.

Tabela 12 - Organização e realização do trabalho em sala de aula

<b>Organização e realização do trabalho em sala de aula</b>	<b>Discordo totalmente<sup>1</sup></b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
O tempo disponível para o planejamento é suficiente.	4	1	20	8
Existem recursos audiovisuais como suporte pedagógico	5	8	17	3
O material didático do aluno (livros, cadernos, lápis, borracha, caneta) é suficiente e atende todos os alunos de forma individual.	4	7	17	5
O livro didático é adequado à modalidade de ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os segmentos.	6	14	10	3
Existe biblioteca para uso do aluno	7	13	9	4
O material didático pedagógico para uso do professor é adequado	6	11	11	5

Fonte: Pereira (2019)

Nota:

<sup>1</sup> Para encontrar o percentual mínimo será considerado a soma constante do grupo (discordo totalmente + discordo) e a soma do grupo (Concordo + concordo totalmente). Exemplo: letra a) Grupo concordo + grupo concordo totalmente, item 2.  $17+3=20:33 \times 100\% = 60,60\%$  (sendo esta a referência para todo os grupos).

Sobre a biblioteca e o livro didático, existe previsão legal, como direito do preso estabelecido no art. 21, da LEP/1984 (BRASIL, 2019b), que determina: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”.

Neste sentido, se não em todos os estabelecimentos prisionais, pelos menos o estabelecimento prisional que possui escola, deveria ter uma biblioteca provida de livros, conforme estabelecido pela LEP/1984 (BRASIL, 2019b).

#### b) Carga Horária/tempo de aula

Nos itens descritos na Tabela 13, constam que mais de 56% dos pesquisados consideraram o tempo de aula, a carga horária e a frequência semanal das aulas suficiente para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Observa-se então, que o Estado tem cumprido com o mínimo exigido na LDBEN/1996 (BRASIL, 2018c).

Tabela 13 - Tempo de aula (carga horária)

<b>Carga horária</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Sem resposta</b>
O tempo em sala de aula é suficiente	4	0	19	9	1
A carga horária atende o mínimo exigido na legislação de 4h/aula.	0	3	18	10	2
As aulas acontecem todos os dias da semana	2	1	18	11	1

Fonte: Pereira (2019)

#### c) Espaço e Equipamentos

Os itens pesquisados relacionados as salas conjugadas (professor, direção, secretaria), sala de professor, refeitório, banheiro para uso do professor e sala de aula relativamente ao tamanho (espaço físico), mobiliário, iluminação, foram considerados não adequados por 69,6% dos professores respondentes.

Os itens relacionados ao banheiro para uso do aluno e materiais para uso diário do professor tais como: pincel, fotocópia, papel A4, lápis de cor, [...], foram considerados adequados e suficientes por 69,6% dos pesquisados como ficou demonstrado na Tabela 14.

Tabela 14 - Espaço e equipamentos

<b>Espaço e Equipamentos</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Sem resposta</b>
As Salas conjugadas (professor, direção, secretaria) são adequadas	19	10	1	1	2
O Banheiro para uso do aluno é acessível	4	6	16	7	0
A Sala de professor é adequada	10	15	6	2	0
O Refeitório (lanche escolar) atende todos os alunos	14	10	6	2	1
O Banheiro para uso do professor é acessível	14	9	5	4	1
A Sala de aula é adequada para os alunos (tamanho, mobiliário, iluminação)	7	13	10	2	1
Os materiais para uso diário do professor são suficientes (pincel de quadro branco, xerox, papel A4, lápis de cor, etc)	2	6	13	12	0

Fonte: Pereira (2019)

#### d) Relacionamento interpessoal dentro da unidade escolar

Os quesitos relacionados sobre professor x aluno, professor x equipe de segurança, bem-estar dos alunos e apoio pedagógico para os alunos com dificuldade de aprendizagem, foram positivamente avaliados pelos respondentes, uma vez que 51,5% responderam concordar que existe um bom relacionamento, acreditam na importância do bem-estar do aluno privado de liberdade e que existe orientação pedagógica para os alunos com dificuldade de aprendizagem.

Tabela 15 - Relação interpessoal dentro da unidade escolar

<b>Relacionamento interpessoal dentro da unidade escolar</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
Nesta escola, os professores e os alunos geralmente se dão bem uns com os outros.	1	2	18	12
A equipe de segurança articula as atividades administrativas visando garantir o horário integral das aulas	2	4	15	12
A maior parte dos professores desta escola acreditam que o bem estar dos alunos é importante.	0	5	13	15
A escola oferece apoio e orientação pedagógica para os alunos com dificuldades de aprendizagem.	3	11	12	7

Fonte: Pereira (2019)

#### e) Sobre o(a) senhor(a) como professor(a) nessa escola

Para os itens relacionados na Tabela 16, a) se o professor considera sua prática pedagógica e metodológica adequada para trabalhar na escola em prisões, mais de 84% dos professores responderam concordar ou concordar totalmente; b) se é bem sucedido com os

alunos, mais de 84% dos professores responderam concordar ou concordar totalmente; c) se de modo geral está satisfeito com o trabalho, mais de 78% responderam estarem satisfeitos com seu trabalho; d) se a formação inicial lhe habilitou para lecionar na modalidade de EJA em uma escola em prisões, mais de 60% responderam a alternativa discorda totalmente ou discorda.

Tabela 16 - Autoavaliação do professor

<b>Sobre o(a) senhor(a) como professor(a) nessa escola</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Sem resposta</b>
Eu considero minha prática teórica e metodológica adequada para trabalhar nesta escola.	1	4	22	6	0
Sou bem-sucedido com os alunos da minha turma.	2	3	19	9	0
De modo geral, estou satisfeito com meu trabalho.	0	6	15	11	1
Minha formação inicial me habilitou para lecionar na modalidade de EJA em uma escola em prisões.	9	11	8	5	0

Fonte: Pereira (2019)

Existem quatro pontos preocupantes que emergiram das respostas dos professores e por assim relevantes:

- 1) mais de 54% responderam terem 0 horas de formação nos últimos 2 anos (2017-2018);
- 2) mais de 73% responderam não terem participado de nenhuma atividade de formação com o intuito de realizar o planejamento de aula, conforme as diretrizes nacionais e estaduais da EJA em prisões, antes do início do ano letivo de 2019/1;
- 3) mais de 60% responderam a alternativa discorda totalmente ou discorda que a formação inicial lhe habilitou para trabalhar na modalidade EJA em uma escola em prisões; e,
- 4) mais de 84% responderam a alternativa concorda ou concorda totalmente que a sua prática teórica e metodológica é adequada para trabalhar na escola em que atua.

Os professores se contradizem em relação ao item “eu considero minha prática teórica e metodológica adequada para trabalhar nesta escola.” Nesse, os professores avaliaram o dia a dia da ação docente, de forma a considerar o repasse de conteúdo, a disciplina dos alunos como respostas positivas em relação ao ensino. Ocorre que, em tese, indisciplina em uma escola em prisões, dificilmente acontecerá, porém, isso não implica que o repasse do conteúdo em si, possa trazer reflexos positivos na aprendizagem e consequentemente na ressocialização.

Quanto aos posicionamentos negativos dos professores sobre a capacitação adquirida na formação inicial, para o adequado trabalho nas prisões, as lacunas apontadas por esses poderão ser supridas pela formação específica, pilar adequado para o exercício da docência, na modalidade de ensino nas escolas em prisões.

Neste sentido Freire (1996) pontua:

[...], na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se funda com a prática. [...]. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1996, p. 39)

Para tanto, nessa concepção sobre os desafios da prática docente, buscou-se compreender os “ditos pelos não ditos”.

Neste contexto, se insere a importância da formação específica dos professores, ainda de acordo com Freire (1996), como segue:

[...], alguns saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e que, por isso mesmo, devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente. Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática educadora. [...], se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção. (FREIRE, 1996, p. 22).

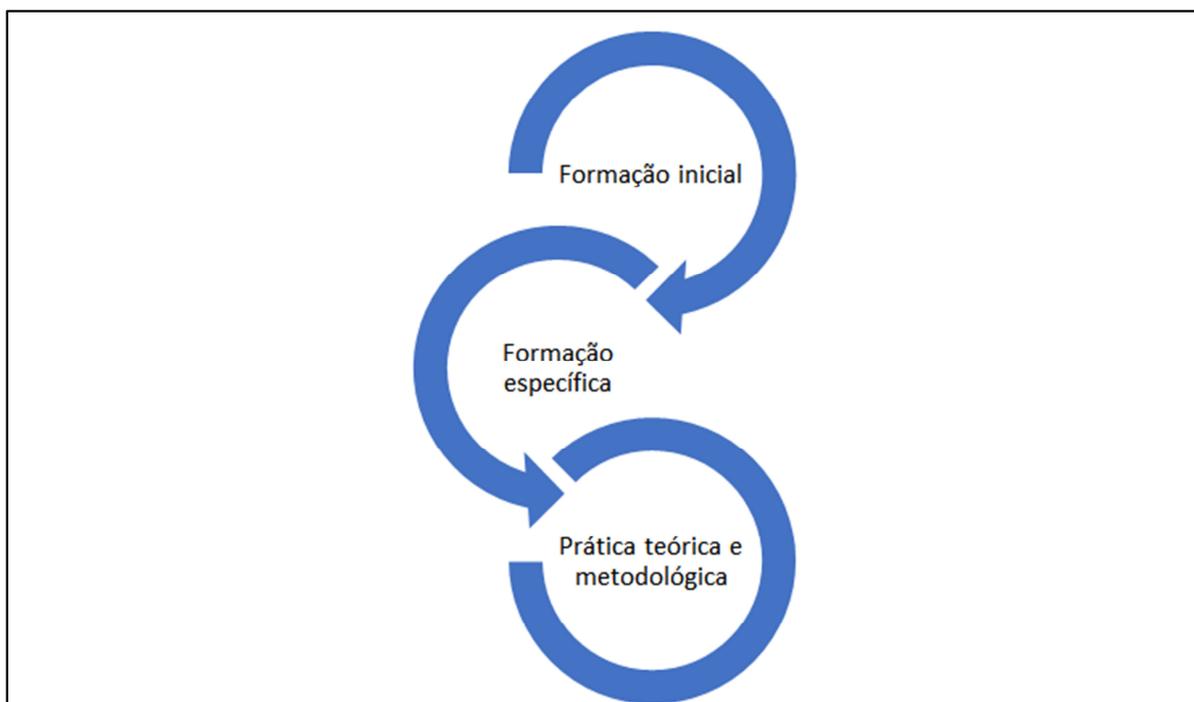
A ausência da formação específica do professor leva à falsa cultura de que a prática do dia-a-dia, habilita-o para exercer a docência. No entanto, o professor desprovido de formação contínua acaba fazendo do processo de ensino e aprendizagem uma transferência de conteúdo, sem significância para as reais necessidades do aluno no contexto de privação de liberdade.

Em relação a esse entendimento, Antunes (2001) compreende que dentro de um ensino mecânico, cabia ao professor repassar ao aluno informações especializadas de sua disciplina, no entanto, por se tratar de alunos adultos, embora estes se encontrem em situação de privação de liberdade, são conscientes de suas habilidades e experiências, e por assim, exigem mais envolvimento no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o professor como agente de transformação deve oportunizar aos alunos uma aprendizagem significativa, a qual o autor se refere como “múltiplas linguagens” e/ou “alfabetizador de linguagens” (ANTUNES, 2001, p. 20). Isso acontecerá mediante a prática de ensino por meio de processo de ensinagem.

A Figura 13 representa em síntese, a estrutura teórica metodológica para o exercício da docência, conforme manifestam os professores em relação aos desafios enfrentados para exercer a docência em uma escola em prisões.

Figura 13 - Estrutura teórica e metodológica no exercício da docência



Fonte: Pereira (2019)

f) Quanto ao acesso do prédio escolar

Uma das práticas corriqueiras de acesso aos ambientes carcerários diz respeito aos conjuntos de procedimentos de segurança. Dentre eles a revista, que consiste em uma vistoria pessoal, com intuito de garantir que nenhum dispositivo ilegal adentre ao ambiente carcerário. Submeter-se a certos procedimentos invasivos quer do “visitante” grande controle emocional e resiliência psicológica.

Neste sentido, foi perguntado aos professores se ao entrar na unidade prisional passavam por uma ou mais revistas e se, em caso afirmativo, causava algum constrangimento; 76% dos professores responderam que passavam por uma ou mais revista, 24% responderam a alternativa não. Quanto ao item constrangimento, 76% responderam a alternativa não e 24% afirmaram sentir-se constrangidos e 32% dos professores não responderam ao questionamento.

g) Participação e tomada de decisão

Este tópico refere-se diretamente ao princípio de gestão democrática do ensino público, estabelecido pela CF/1988 (BRASIL, 2018a), art. 206, VI c/c art. 14 e 15 da LDBEN/96 (BRASIL, 2018c).

A concepção de gestão escolar democrática está vinculada diretamente aos princípios constitucionais que a escola se apropriou para atender sua real função frente à comunidade que está inserida, articulada com seu PPP, construído a partir da participação dessa.

A não garantia da participação dos atores que constituem a escola fere diretamente o direito de participação nos processos de decisões e assim impede a intervenção desses na construção de políticas educacionais garantidoras dos direitos constitucionais dos alunos, principais sujeitos do processo de gestão da escola.

A Tabela 17 trata da participação e tomada de decisão dos professores nas atividades relacionadas a educação escolar.

Tabela 17 - Participação e tomada de decisão

Participação e tomada de decisão	Nunca	Duas vezes por ano	Uma vez por ano	Mensal mente	Semanal mente	Sem resposta
Participo das reuniões de elaboração, revisão e/ou implementação do Plano de Educação em Prisões do estado do Tocantins (PEEP)	25	1	3	3	1	0
Participo da escolha dos materiais didáticos (livros, cadernos, apostilas).	19	4	7	2	1	0
Participo de reuniões com professores que trabalham com as mesmas séries.	8	1	3	6	14	1
Participo de reuniões para discutirem o processo de ensino e aprendizagem (avaliação, recuperação dos alunos)	3	4	3	9	14	0
Participo de reuniões da equipe para discutir a visão e a missão da escola	4	5	1	8	13	2
Participo de reuniões promovidas pelo diretor da unidade escolar para definição de metas a serem alcançadas pela equipe escolar.	3	5	6	12	6	1
Participo de reuniões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.	4	8	11	9	1	0

Fonte: Pereira (2019)

Para o item, se participaram de reuniões de elaboração, revisão e/ou implementação do PEEP/TO, 76% dos pesquisados responderam que nunca participaram dessa ação.

Esse ponto merece destaque, pois a última versão do PEE/TO é de 2012-2014, sendo este, um instrumento importante para a educação em prisões, carece ser revisado, inclusive, com a participação dos professores atuantes nas escolas em prisões.

Para o item, participou da escolha dos materiais didáticos do aluno (livros, cadernos, apostilas), 57,5% responderam que nunca participaram dessa ação. Aqui, restou demonstrado, a inexistência de livro didático para esta modalidade de ensino. Como sabido, o livro didático é um importante instrumento no processo de aprendizagem do aluno. Razão pela qual o Estado poderá implementar uma ação para o fim de elaborar de uma apostila que possa subsidiar o processo de ensino e aprendizagem.

Em relação a participação em reuniões com os professores da mesma série, reuniões para discutirem o processo de ensino e aprendizagem e reuniões para discutir a visão e missão da escola, mais de 42% responderam terem participados dessas ações semanalmente e, quanto às reuniões promovidas pelo diretor da unidade escolar, 37,5% responderam que participaram mensalmente dessa ação. Para a participação na elaboração do PPP, 33% responderam terem participados uma vez por ano.

#### h) Modulação das aulas na unidade escolar

Visando conhecer como está estruturado a modulação das aulas da unidade escolar foi perguntado aos professores sobre as disciplinas de EJA (1º, 2º e 3º segmentos) que o(a) senhor(a) leciona nesta escola, no atual ano letivo, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Disciplinas - Modulação do professor

<b>Em relação as disciplinas de EJA (1º, 2º e 3º segmentos) que o(a) senhor(a) leciona nesta escola, no atual ano letivo:</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sem resposta</b>
Trabalho em salas multisseriadas	24	8	1
Trabalho com disciplinas da minha área e fora da área para completar a carga horária	22	9	2
As disciplinas que leciono são disciplinas afins da minha área de formação.	17	10	6
Em todos os segmentos que leciono, estão dentro de minha área de formação.	15	13	10

Fonte: Pereira (2019)

Em relação ao espaço físico da sala de aula, 75% dos professores responderam que trabalharam em sala de aula com classes multisseriadas, ou seja, todos os alunos de várias turmas (1º ao 3º segmento) ocupavam o mesmo espaço. 71% disseram trabalhar com disciplinas fora de área de formação para completar a carga horária de lotação; 63% salientaram que ministraram disciplinas afins da formação inicial e 65% responderam lecionarem totalmente na área de formação, neste item, 30% não responderam ao questionamento.

No item relacionado as salas multisseriadas, a pesquisa demonstrou que 75% dos professores afirmaram trabalharem em sala com classes dessa modalidade. As classes

multisseriadas, dentro de um contexto histórico se encontram nas escolas do campo, conforme demonstrado no projeto base da escola ativa, assim pontuado:

As **escolas com classes multisseriadas**, de acordo com o censo escolar de 2008, correspondem a 56,45% das **escolas do campo**, no entanto, **suas limitações em termos de infra-estrutura** e no que diz respeito à **formação específica dos educadores para atuar com esta forma de organização escolar** têm gerado um crescente debate. (BRASIL, 2019g, p. 6, grifo nosso).

Essa forma de organização de aprendizagem está relacionada diretamente a falta de infraestrutura, de espaço físico, assim todos os alunos ocupam o mesmo espaço com séries diferentes. Trabalhar com sala de classes multisseriadas é um processo muito difícil, portanto, o professor necessita de formação específica, com metodologias diferenciadas que favoreça o processo de ensino e aprendizagem nessa forma de organização da sala de aula.

Diante dos resultados apresentados em relação as especificidades da escola, no tangente à forma de organização da sala de aula com agrupamento de séries distintas, sala de aula multisseriadas, será incluída na proposta de formação específica a temática metodologias ativas.

Por último, o item relacionado às disciplinas que ministra, se estas, estão dentro da área de formação, mais de 70% dos professores afirmaram ministrar aulas em disciplinas fora da formação inicial para completar a carga horária de lotação. Sendo este, um problema que de igual modo, soma com a própria formação inicial que não habilita o professor para trabalhar em EJA nas prisões.

4.5.1 Temas avaliados pelos professores que apontam as necessidades profissionais para propositura de uma formação específica que supra as lacunas deixadas na formação inicial para atuarem na docência em escola em prisões

Frisa-se, que os temas/disciplinas sugeridos para os professores analisarem e apontarem os relevantes para suprir as suas necessidades profissionais, e que irão compor a ementa da proposta de formação específica, referenciam-se na pesquisa de Andriola (2018). Nessa análise considerou-se a ordem de relevância (decrecente) para a composição dos temas que serão apresentados.

a) Temas associados a EJA

No eixo apresentado na Tabela 19, composto de 8 temáticas relacionadas a educação de EJA, 5 foram consideradas de grande necessidade pelos pesquisados e 3 foram consideradas de moderada necessidade.

Tabela 19 - Temas associados a Educação de Jovens e Adultos em prisões

<b>Temas associados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>	<b>Sem resposta</b>
Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional	2	4	6	21	0
Currículo de EJA	2	2	10	19	0
Legislação e didática em EJA	0	5	12	16	0
Estrutura de funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio	2	6	10	15	0
Ensino em um ambiente multicultural	4	7	8	14	0
Alfabetização em EJA	0	8	12	12	1
Pedagogia de Paulo Freire	2	5	20	6	0
Educação popular	5	3	17	8	0

Fonte: Pereira (2019)

b) Temas associados a Educação Prisional

Nesse eixo foram apresentados 3 temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e EJA; Educação Prisional no Brasil e Introdução ao Direito Penal e a LEP/1984 (BRASIL, 2019b), todas as temáticas foram consideradas de grande necessidade pelos pesquisados, conforme se apresenta na Tabela 20 abaixo.

Tabela 20 - Temas associados a Educação em Prisões

<b>Temas associados a Educação Prisional</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>
Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos	1	4	11	17
Educação Prisional no Brasil	1	6	10	16
Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP)	3	4	12	14

Fonte: Pereira (2019)

c) Temas associados as Ciências Humanas (Grandes áreas)

Na temática relacionada as ciências humanas (Tabela 21) foram apresentados 8 temas gerais para análise e avaliação. Destes, o tema relações humanas foi considerado de grande necessidade e os demais de moderada necessidade. Nessa análise, será necessário fazer um estudo de forma a abordar as especificidades dessas temáticas na educação de EJA em prisões, quando da sua efetivação.

Tabela 21 - Temas associados as Ciências Humanas (grandes áreas)

<b>Temas associados as Ciências Humanas</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>	<b>Sem resposta</b>
Relações Humanas	2	3	11	16	1
Psicologia Social	0	5	16	12	0
Filosofia da Educação	2	9	16	5	1
Avaliação	2	4	15	12	0
Sociologia da Educação	1	10	15	7	0
Psicopedagogia	0	7	15	11	0
Metodologia da Pesquisa	1	9	12	10	1
Antropologia Cultural	3	9	12	8	1

Fonte: Pereira (2019)

- d) Temas associados a Legislação Nacional e Estadual que regulamenta a EJA para privados de liberdade

Na temática apresentada sobre a legislação estadual e nacional, que regulamentam a EJA para privados de liberdade, ambas, foram considerados de grande necessidade para os pesquisados, conforme apresentado na Tabela 22.

Tabela 22 - Temas associados a Legislação Nacional e Estadual

<b>Temas associados Legislação Nacional e Estadual</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>	<b>Não resp</b>
Legislação Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	4	10	17	1
Legislação Nacional (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	3	10	17	2

Fonte: Pereira (2019)

Na sequência foi perguntado ao professor, mediante seu grau de necessidade de desenvolvimento profissional, qual atividade educacional, dentre 1) Especialização (*lato sensu*) em Educação em Unidades Prisionais (carga horária mínima de 360h/a); 2) aperfeiçoamento profissional (carga horária de 180h/a); c) cursos de curta duração (carga horária menor ou igual a 40h/a) e d) outra que indicaria considerada adequada para suprir os *déficits* no seu processo de formação docente.

Diante da sistematização dos dados, 67% dos pesquisados indicaram como atividade educacional, “Especialização (*lato sensu*) em Educação em Unidades Prisionais” (carga horária mínima de 360h/a), conforme ordenado na Tabela 23.

Tabela 23 - Grau de necessidade de desenvolvimento profissional do professor.

Atividade de formação específica	Respostas (%)
Especialização ( <i>lato sensu</i> ) em Educação em Unidades Prisionais (carga horária mínima de 360h/a)	67%
Aperfeiçoamento profissional (carga horária de 180h/a)	24%
Cursos de curta duração (carga horária menor ou igual a 40h/a)	0,3%
Outro	0,6%

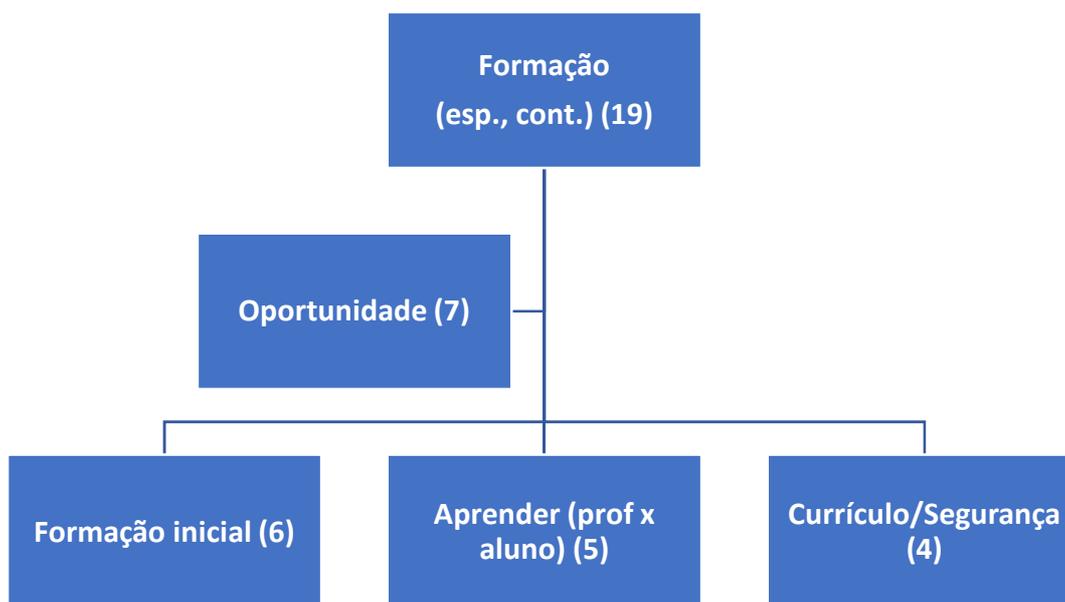
Fonte: Pereira (2019)

#### 4.6 Aspectos positivos e negativos da atuação docente em uma escola em prisões na concepção dos professores

Perguntado aos pesquisados: Como o(a) senhor(a) caracterizaria sua experiência profissional no ambiente carcerário, levando em consideração a sua formação docente (inicial e continuada). Aspectos positivos e aspectos negativos? Dos 33 pesquisados, 76% responderam ao questionamento e 24% não se manifestaram

A análise da questão subjetiva levou em consideração a presença ou ausência da informação no contexto do texto, como também a frequência com que as informações apareceram no texto, para tanto, a Figura 14 representa a frequência (palavras) com que a informação apareceu na mensagem relacionada ao eixo principal da informação, isto é, a importância dada a formação específica no contexto do ambiente carcerário, pontos positivos e negativos relacionados à docência em uma escola em prisões.

Figura 14 - Unidade de sentido das percepções dos professores em uma escola em prisões.



Fonte: Pereira (2019)

Compreender os sentidos que os professores atribuíram à sua atuação no contexto de uma escola em prisões envolveram os sentimentos, assim especificados: “experiência transformadora” (U-I-01), “grande desafio” (U-I-02 e U-I-07), “crescimento pessoal” (I-III-17), “trabalho relevante” (U-V-25 e U-II-13), “novo aprendizado” (U-VI-27), “olhar diferenciado” (U-I-04), “oportunidade (07)<sup>29</sup>”, levando em consideração que através de sua ação educadora estarão contribuindo “com os dias e um futuro melhor de pessoas consideradas e ou excluídas da sociedade” (U-III-17).

Ser professor em uma escola em prisões implica em uma oportunidade de trabalho, o profissional se depara com uma situação até então desconhecida, como bem retrata a fala do(a) professor(a):

**“Eu me deparei com o ensino no sistema prisional por um acaso, fui convidada a trabalhar e fiquei surpresa, pois não sabia que as pessoas privadas de liberdade recebiam esse tipo de educação. A princípio iniciei meu trabalho com insegurança e medo, pois não conhecia o ambiente e tinha um olhar bastante ‘preconceituoso’ para os detentos. Aos poucos, com a ajuda dos colegas mais experientes fui aprimorando meu trabalho e ganhando mais confiança com o local. Hoje, já faz 3 anos que trabalho no sistema prisional, e esse tempo me proporcionou um olhar diferente para as pessoas privadas de liberdade: são pessoas esquecidas pela sociedade e por mais que sejam criminosos, são**

<sup>29</sup> A palavra oportunidade, está relacionada pelo professor tanto no sentido de aprender, ensinar e de poder contribuir com o processo de ressocialização e de reinserção do preso no mercado de trabalho.

peças que necessitam de socorro. Apesar da maioria dos alunos estarem na escola, simplesmente pela remissão de pena, temos também uma minoria que realmente está esperando uma oportunidade para a ressocialização. **Acredito que se os professores aproveitarem a experiência da convivência junto a cursos de formação voltada para o sistema prisional, possivelmente conseguiríamos contribuir para a transformação de vida de mais reeducandos**". (U-III-16, grifo nosso).

Em relação a formação inicial do professor, é notório que se a docência fosse realizada em uma escola regular de ensino, estes professores estariam aptos para desenvolverem seu trabalho, no entanto, quando se trata de escola em unidades prisionais, alunos adultos em situação de privação de liberdade, a formação inicial não é suficiente para exercer a docência.

Como pontuado abaixo:

**"Minha experiência como docente na educação carcerária se apresenta de modo regular**, pois questões basilares para a formação cognitiva do aluno não são acessíveis. Questões como espaço físico, material didático e acesso a pesquisa, são contumazes escassos na escola. Outro fator preponderante é a total falta de segurança aos professores e os mesmos não recebem auxílio periculosidade. Além disso, **a falta de formação específica revela a ausência de interesse no processo de ressocialização porque a mesma é proporcionada por uma educação de qualidade**. Mas, diante de tantas agrúrias, a educação carcerária em [...] possui alguns pontos positivos como: o horário de aula, o lanche, a comunicação razoável com os agentes. **No que diz respeito a minha formação, percebo que tenho capacidade plena para ministrar as aulas, porém, uma formação específica corrobora de maneira direta para o bom andamento das aulas**". (U-III-18, grifo nosso).

Os professores pesquisados demonstraram ser otimistas, pois, se consideraram importantes no processo de formação dos alunos, afirmaram acreditar que os presos são capazes de mudar, tornarem-se pessoas melhores, trabalhadores e aptos a viverem em sociedade. Ponderaram também que são professores diferenciados no trabalho desenvolvido em sala de aula, falaram do interesse do aluno em aprender, da disciplina, do respeito, da segurança que os presos passam para eles e se orgulharam quando falaram dos alunos privados ingressos na faculdade.

O medo e o receio que trazem ao entrar pela primeira vez na escola em prisões, aos poucos desaparecem e toma espaço a crença de que é possível mudar e por meio da educação de qualidade: [...], "com cursos de formação, conseguirão contribuir para a transformação de vida de mais reeducandos" (U-III-16).

A esse respeito, o depoimento do(a) professor(a) transcrito a seguir, reflete os sentimentos ao entrar pela primeira vez em uma escola em prisões e as considerações que faz em relação ao espaço carcerário, assim expressado:

**“Uma experiência nova, no momento que entrei para lecionar aulas no sistema prisional achei muito perigoso mais com o passar do tempo acostumei com a situação, os alunos têm interesse em aprender e também para ganhar as remições. O negativo que ficamos sem segurança nenhuma no local, tem somente uma câmera dentro da sala para nos vigiar contra o perigo presente mais não temos apoio de agente presente em sala de aula ou até mesmo grades dividindo alunos de professores. Por **já estarmos acostumados com o local de ensino, não estamos escapos de alguma ameaça que venha da parte carcerária**”.** (U-III-15, grifo nosso).

A educação ofertada na escola em prisões é considerada pelo professor: “[...], trabalho que tem resultados positivos em relação à postura atual e futura do ser humano, mesmo não tendo formação continuada e acompanhamentos pedagógicos por equipes de suporte pedagógico.” (U-VII-29).

A formação específica é vista pelo professor pesquisado em análise, como de grande importância para se ter uma educação de qualidade: “[...], a falta de formação específica revela a ausência de interesse no processo de ressocialização porque a mesma é proporcionada por uma educação de qualidade” (U-III-18).

Nessa concepção, o processo de ensino e aprendizagem dos alunos está ligado diretamente à qualificação profissional do professor, porém, essa deve estar relacionada às características de uma escola, com alunos adultos, privados de liberdade e excluídos da sociedade, mas, que têm na educação formal a chance de terem respeitadas as suas singularidades e potencialidades além-crime, uma vez que o contexto carcerário, tão parco de outras oportunidades edificantes, a educação poderá se constituir a única oportunidade.

## 5 CONCLUSÃO

Falar sobre a temática de formação específica para professores atuantes nas escolas em prisões foi um grande desafio, uma vez que a oferta de ensino para os privados de liberdade não tem sido prioridade para o governo brasileiro. Com isto, buscou-se identificar os dados relacionados as ações de formação específica dos professores atuantes nas escolas em prisões no estado do Tocantins, nos últimos 2 anos (2017-2018).

O estado do Tocantins já foi referência nacional em atividades de educação formal para privados de liberdade. Assim, a partir da composição de um programa estadual de educação que promova e valorize o ensino em prisões, articulado entre a SEDUC/TO e os órgãos responsáveis pelo sistema prisional, em princípio devolveriam ao Tocantins, o *status* de estado brasileiro referência na promoção do ensino como garantia de direitos humanos aos privados de liberdade.

Desse modo, houve um encaminhamento dos objetivos da pesquisa, primeiro para caracterizar os programas de formação específica para os professores das escolas em prisões e seus reflexos na educação prisional do estado do Tocantins. Segundo, procurou-se avaliar a relevância do processo de formação específica dos professores que atuam nas escolas em prisões; e, por último, interpretar o sentido que os professores estabeleceram entre a importância da formação específica e o processo de aprendizagem.

Optou-se por aplicar o questionário aos professores atuantes nas escolas em prisões, por entender que eles estariam diretamente ligados ao *corpus* da pesquisa, não sendo, portanto, aplicado o questionário aos demais servidores da escola.

Da análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos professores, constatou-se que esses possuíam formação docente em nível superior em pedagogia ou licenciatura e alguns em pós-graduação (*lato senso*).

Quanto ao tempo (ano) em docência, todos os pesquisados disseram possuir experiência acima de 3 anos no ensino regular, mas, na atuação em uma escola em prisões a grande maioria se encontrava na faixa entre 1 a 5 anos. Sobre o vínculo empregatício predominou contrato por tempo determinado igual ou maior que 1 ano letivo, fator que frustra a formação específica, visto que esta ação é um investimento público, e, sendo o quadro temporário passa a ser um investimento na pessoa do profissional.

Em relação as atividades de desenvolvimento profissional dos professores nos últimos 2 anos (2017-2018), o quadro apresentado requer atenção por parte da instituição promotora do ensino nas escolas em prisões. Mais de 54% dos professores afirmaram não ter feito

nenhuma ação de formação durante o período pesquisado e sobre a formação antes do ano letivo vigente (2019), 73% dos pesquisados afirmaram não ter participado de nenhuma formação para subsidiar o planejamento de aula.

Ainda assim, foram apontadas pelos professores ações como, o planejamento de aulas, atividades de formação em serviço, leitura de livros e artigos científicos, porém, o impacto gerado pelo desenvolvimento dessas atividades é inexpressivo para a prática da docência na escola em prisões, ou seja, possui um impacto médio para a primeira atividade e um pequeno impacto para as duas últimas, na visão dos pesquisados.

Nesse contexto, comprova - se a inexistência de um programa de formação específica para os professores atuantes nas escolas em prisões no Tocantins. As atividades desenvolvidas pelos professores com o apoio da coordenação pedagógica na escola durante a hora - atividade não resultaram em um grande impacto para o desenvolvimento das aulas no contexto de EJA em prisões.

O que leva a crer, que o currículo, a falta do livro didático específico para EJA, os espaços e equipamentos inadequados apontados pelos professores como sendo distante da realidade dos alunos, reforçam, como já mencionado, a importância de um programa estadual de formação específica para este público, cuja função e objetivo estejam alinhados à promoção da formação específica, da produção de materiais didáticos, do estudo e reestruturação do currículo para atender os alunos de EJA em prisões, da elaboração de apostila com conteúdos que atendam aos alunos nos diversos segmentos da EJA e, ainda, a composição de um grupo de estudo permanente formado por professores das escolas em prisões em parcerias com universidades, comunidade e interessados na temática educacional nas prisões.

Os resultados demonstraram também, que os professores possuíam “sentimento de pertença” ao relatarem o trabalho na escola em prisões como uma “experiência transformadora”, um “novo aprendizado”, um “crescimento pessoal”, um “grande desafio”, uma “oportunidade”, no sentido de aprender, ensinar e contribuir com o outro (ressocialização).

Dessa maneira, por meio da análise dos sentidos atribuídos pelos professores, é possível deduzir dos “ditos” pelos “não ditos” ao responderem que “consideram sua prática teórica – metodológica adequada para o exercício da docência na escola em prisões;” afirmaram “não terem participado de nenhuma atividade de formação com o intuito de realizar o planejamento de aula, [...]”; e, enfatizaram “discordarem totalmente que a formação inicial lhe habilitou para trabalhar na modalidade EJA em uma escola em prisões”; resta, que

a formação específica constituirá, em tese, o tripé entre a formação inicial e a prática teórico e metodológico do processo de ensinagem.

De certo, os dados revelaram que todos os professores pesquisados possuíam formação superior inicial necessária para atuar na educação básica. No que tange à docência em uma escola em prisões, com alunos adultos e privados de liberdade, a maioria considerou a formação inicial insuficiente para desenvolver uma educação com qualidade, capaz de ressocializar e reinserir o aluno privado de liberdade na sociedade.

Nessa linha, os professores indicaram os temas associados a EJA em prisões, necessários à complementação da formação inicial para atuar com alunos em situação de privação de liberdade, a partir da sua realidade em uma escola em prisões. Os temas foram condensados e classificados por ordem decrescente de maior para menor prioridade.

Por último, apresentou-se a proposta de formação específica voltada para os professores da modalidade em estudo. Para tanto, considerou-se o grau de necessidade de desenvolvimento profissional apontado por 67% dos professores – Especialização (*lato sensu*) em Educação em Unidades Prisionais, com carga horária mínima de 360h/a. Proposta esta, constante do Apêndice A.

### **5.1 Contribuições da Dissertação**

A pesquisa desenvolvida teve sua importância e relevância técnico-científica na sociedade em geral, acadêmica e para os professores das escolas em prisões. A temática da formação específica foi discutida com alunos do curso de pedagogia da UFT, com a realização de duas oficinas ministradas pela pesquisadora em conjunto com os professores orientadores, além de envolver as professoras da UPF/Palmas em uma das oficinas para que as mesmas pudessem dar depoimentos a respeito dos desafios enfrentados em uma escola em prisões.

As oficinas foram realizadas na V e VI Semana Pedagógica da UFT, respectivamente em 2018/2 e 2019/1, *Campus* Palmas, do Curso de Pedagogia, com as seguintes temáticas:

- 1) A formação do pedagogo e a educação nas prisões

A temática foi apresentada aos acadêmicos tendo por premissa a formação do pedagogo para atuar na escola em prisões, objetivou-se ampliar a visão dos acadêmicos em relação ao mercado de trabalho, diverso da escola regular. Nesta discussão, foram apresentados os dados históricos e atuais relacionados às escolas existentes no sistema prisional do Tocantins, os desafios enfrentados pelos professores em face da ausência de

formação, seja inicial e/ou específica. Ressaltou-se, a necessidade do (s) acadêmico (s) do curso de pedagogia buscar uma complementação pedagógica relacionada a temática.

2) **Mente livre em corpo encarcerado: Os desafios da atuação docente no ensino em prisões**

Essa oficina teve dois momentos distintos, sendo o primeiro a explanação teórica relacionada a temática, na concepção fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty, direcionada pela professora orientadora Patrícia Medina e a segunda, direcionada pela pesquisadora, com base no panorama atual das escolas em prisões existentes no Estado, suas nuances, desafios e ainda os depoimentos de quatro professoras da UPF/Palmas, sobre os desafios docentes e seus aspectos negativos e positivos. Nessa oficina, além dos acadêmicos de pedagogia participaram ainda, acadêmicos do curso de Direito, com interesse na temática e uma acadêmica do curso de Pedagogia que contribuiu ativamente com a oficina.

Outras ações realizadas pela pesquisadora foram: apresentação no I Seminário de Educação em Prisões, realizado pela SECIJU/TO em maio de 2019; apresentação de artigo científico no Seminário Internacional XIV Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), Escola de Direito da Universidade de Minho (UMinho), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Universidade de Santiago de Compostela (USC) e Centro de Estudos de Seguridade (CESEG). As temáticas apresentadas, estão assim especificadas:

3) **I Seminário de Educação em prisões do Tocantins: Apresentação dos dados parciais da pesquisa**

- **Temática:** Professores que atuam em prisões: desafios e oportunidades. O público alvo desse seminário foram profissionais da educação que atuam em unidades prisionais da regional administrativa III e servidores do sistema penitenciário (Palmas, Lajeado, Miracema, Paraíso, Porto Nacional, Barrolândia, Pium e Cristalândia).

4) **Apresentação de Artigo Científico - Seminário Internacional XIV Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional - Apresentado em Palmas/TO (17/06/2019) e em Brasília/DF (18/06/2019).**

- **Temática intitulada:** Educação e Formação: reflexões sobre a educação como direito constitucional para os privados de liberdade no estado do Tocantins. O público alvo desse seminário foram magistrados e servidores, estudantes, professores, profissionais, integrantes do sistema de justiça brasileiros e estrangeiros e membros da sociedade em geral.

Dentro da temática da pesquisa, foram aceitos e/ou publicados os artigos científicos:

5) Artigo “Formação Específica e Continuada de Professores/as atuantes nos estabelecimentos prisionais do Tocantins: análises e reflexões” (PEREIRA; MELO, 2018a).

6) Apresentação de Artigo Científico “Mente Livre em corpo encarcerado: prática educativa de professoras de UPF e Extensão Universitária na Universidade Federal do Tocantins” no VII Seminário Interfaces Pedagógicas: Licenciaturas em Diálogo. Cidade Plural: Escolas, Convivências e Resistências intitulado, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Outros artigos científicos relacionados a temática do Programa de Mestrado, foram publicados e/ou aceitos em revistas científicas:

7) Artigo “O Multiculturalismo na contemporaneidade e sua relação com as minorias” (PEREIRA, PINHERO, MELO, 2019).

8) Artigo “Estudo da ciência da educação fundamentada na interdisciplinaridade por Olga Pombo: um estudo de revisão”, aceito para publicação na Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.

9) Artigo “Inclusão Escolar e Direitos Humanos: um olhar invisível dentro da escola” (PEREIRA; MELO, 2018b) apresentado no II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tema: “Direitos Humanos, Educação e Conflitos Sociais”. Universidade do Tocantins – UNITINS, junho de 2018.

10) Artigo “A Educação Como Fundamento da Percepção Ambiental do Poder Público-Judiciário do Estado do Tocantins”. Aceito para publicação na Revista *Nature and Conservation* (V12 N03 2019).

A pesquisadora ministrou ainda, juntamente com seus orientadores o minicurso em:

11) Minicurso (ministrante) - Direitos Humanos em procedimentos educativos para o ensino superior, VIII Congresso Internacional em Direitos Humanos, realizado como atividade do Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), realizada em 7 de novembro de 2018.

## 5.2 Trabalhos Futuros

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificadas algumas possibilidades de melhoria do ensino em escolas em prisões em salas multisseriadas e as percepções dos professores e dos alunos privados de liberdade em uma escola, cujo espaço físico possui grade de proteção entre alunos e professores. A partir de futuras pesquisas, as

quais incluem os problemas detectados nesta pesquisa, poderão ser apontadas soluções para os problemas abaixo:

a) Sala de aula multisseriadas: dos 33 professores das 10 escolas pesquisadas, 75% responderam trabalhar em salas multisseriadas, 25% responderam a alternativa não e 1 professor não respondeu.

Considera-se um viés para uma pesquisa futura, vez que esses espaços de ensino têm sido uma temática bastante discutida nas escolas do campo, onde os alunos estão em níveis distintos de aprendizagem e são ensinados pelo mesmo professor.

Os problemas estão elencados em vários motivos, entre eles, falta de infraestrutura das escolas; dificuldades de transporte e falta de incentivo aos professores com formação adequada. “Além do ensino precário e das desigualdades históricas que vem sofrendo os alunos do campo e se apresenta de forma mais visível nas escolas com turmas multisseriadas” (BRASIL, 2019g, p. 7).

Nesse contexto, a pesquisa nas escolas em prisões seguiria duas hipóteses: a primeira, um único professor ensina todos os alunos de séries diversas em um ou mais segmentos da EJA; e a segunda, o professor divide o mesmo espaço (sala) com outros professores de séries diferentes.

Diante de uma pesquisa aprofundada, os resultados demonstrados implicariam não só em treinamentos dos professores em metodologias adequadas para os espaços de salas multisseriadas, mas, principalmente para desencadear ações civis públicas promovidas pela sociedade, Ministério Público, Defensoria Pública em face do estado do Tocantins, que visem a obrigatoriedade legal, para promover ações de: construir, reformar e ampliar espaços adequados para a oferta do ensino escolar nas unidades prisionais, com observância das especificidades de cada unidade prisional, cujo escopo legal do país, não prevê escolas com classes multisseriadas para a educação desenvolvidas em espaços urbanos, que é o caso das escolas em prisões.

b) As percepções dos professores e dos alunos privados de liberdade em uma escola, cujo espaço físico possui grade de proteção entre alunos e professores.

Na pesquisa realizada, um(a) professor(a) se referiu “a falta de segurança devido a escola não ter grades entre ele(a), professor(a) e os alunos, os privados de liberdade.” Justificou que na sala de aula, existia apenas uma câmera, não tinha presença do agente penitenciário.

Neste sentido, as hipóteses seriam tanto do ponto de vista do professor, como dos alunos privados de liberdade para entender os sentimentos de segurança por eles relatados

tendo em vista, a estrutura física da grade que separa os professores dos alunos privados de liberdade no espaço da sala de aula.

Outra hipótese, seria em relação ao ensino enquanto ressocialização, se a grade influenciaria nesse processo e se os professores e os alunos compreendem que a mesma é necessária para a segurança do professor em relação ao aluno privado de liberdade e/ou, se a proteção advém dos outros fatores não relacionados diretamente aos alunos.

Tais temáticas seriam as possibilidades de futuras pesquisas, cuja base serão os dados constantes da Dissertação que despertou na pesquisadora uma inquietação para uma possível pesquisa futura envolvendo uma das duas temáticas apresentadas.

Em conclusão, a formação específica para professores atuantes nas escolas em prisões precisa ser vista como uma das ferramentas primordiais, capaz de garantir que a “educação” é base para uma cultura de respeito à dignidade humana, que transcenda à cultura das “armas” como instrumento de manutenção de segurança para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Cinthia. Detentas da Unidade Prisional Feminina recebem atividade com foco na inteligência emocional. **Defensoria Pública Estado do Tocantins**, Palmas, 08 mar. 2019. Disponível em: <http://www.defensoria.to.def.br/nadep/noticia/32354>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ANASTASIOU, Léa da Graça Camargo. **Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem**. Disponível em: [http://www.adventista.edu.br/\\_imagens/asped/files/ensinar%20aprender%20apreender%20e%20processos%20de%20ensinagem.pdf](http://www.adventista.edu.br/_imagens/asped/files/ensinar%20aprender%20apreender%20e%20processos%20de%20ensinagem.pdf). Acesso em: 20 de out. 2019.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 179-204, mar. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362013000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 de out. 2018.
- ANTUNES, Celso. **Como transformar informações em conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Educ. Mat. Pesqui.**; São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.
- BORGES, Wilian. Cadeia Pública de Miracema adota sistema de monitoramento por câmeras. **Governo do Tocantins**, Palmas, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2018/12/13/cadeia-publica-de-miracema-adota-sistema-de-monitoramento-por-cameras/>. Acesso em 15 jun. 2019.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 fev. 2018a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias: INFOPEN** (junho de 2016). SANTOS, ROSA, Marlene Inês da (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf). Acesso em: 04 jul. 2018b.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 19 jan. 2018c.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 04 jul. 2018d.

BRASIL. **Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm). Acesso em: 20 ago. 2018e.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior. **Relatório de Gestão PARFOR (2009 – 2013).** Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/1892014-relatorio-PARFOR.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018f.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 678, de 6 de Julho de 1850 Dá Regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-678-6-julho-1850-560002-publicacaooriginal-82510-pe.html>. Acesso em: 04 de set. 2018g.

\_\_\_\_\_. **Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824).** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 04 de set. 2018h.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Mais de 63 mil pessoas privadas de liberdade farão o Encceja.** [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/mais-de-63-mil-pessoas-privadas-de-liberdade-farao-o-encceja>. Acesso em 26 de ago. 2018i.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Acordo prevê formação para pessoas privadas de liberdade.** [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35433-privados-de-liberdade>. Acesso em 26 de ago. 2018j.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018k.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. DOU de 25.11.2011, Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm). Acesso em: 10 fev. 2018l.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm). Acesso em: 16 de jun. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm). Acesso em: 10 jan. 2019b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 jan. 2019c.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019d.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.163, de 9 de setembro de 2015. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13163.htm). Acesso em: 10 jan. 2019e.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais**. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpecp/resolucoes/2009/resolucao03de11demarcode2009.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019f.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Projeto Base - Escola Ativa**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5716-escola-ativa-projeto-base&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5716-escola-ativa-projeto-base&Itemid=30192). Acesso em: 28 mai. 2019g.

DAMÉ, Luiza. Prisões são o principal nó da segurança, diz ministro. **Agência Brasil**, [s.l.], 23 jun. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/ministro-diz-que-sistema-penitenciario-e-o-principal-no-da-seguranca>. Acesso em: 23 out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade**. 43º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 66 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

G1 TOCANTINS. O que se sabe sobre a rebelião e fuga do presídio Barra da Grota, em Araguaína. **G1 TOCANTINS**, Palmas, 03 de out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/10/03/o-que-se-sabe-sobre-a-rebeliao-e-fuga-do-presidio-barra-da-grota-em-araguaina.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2018.

GALLERT, Adriana Ziemer; MANSANERA, Cristiane de Quadros; PÔRTO JR, Gilson. **Metodologias em educação de Adultos**. Módulo I, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins; Gerência de Jovens e Adultos, Palmas, 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GOOGLE MAPS. **Vista externa do prédio da Casa de Prisão Provisória de Porto Nacional/TO**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-10.6868823,-48.3999717,3a,75y,209.46h,92.52t/data=!3m6!1e1!3m4!1sW3BDFQoLH3dHrZeVHkE9gA!2e0!7i13312!8i6656>. Acesso em: 15 fev. 2019.

IRELAND, Timothy Denis (org.). Educação em Prisões. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, nov. 2011. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Educa%C3%A7%C3%A3o+em+pris%C3%B5es/8b4d6cb0-12db-4ad8-87fc-47e7c52a6153?version=1.3>. Acesso em: 20 jan. 2018.

IRELAND, Timothy Denis; SPEZIA, Carlos Humberto (org.). **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA**. Brasília: UNESCO, MEC, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002305/230540por.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, Tom. Governo inaugura Unidade Prisional Feminina de Talismã. **Governo do Tocantins**, Palmas, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://portal.to.gov.br/noticia/2017/6/16/governo-inaugura-unidade-prisional-feminina-de-talisma/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MOREIRA, Fábio Aparecido. **Educação Prisional: gênese, desafios e nuances do nascimento de uma política pública de Educação**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS (OEI). **Plano Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao longo da Vida 2015-2021**. XXIV Ibero-americana Conferência dos Ministros da Educação. Cidade do México, 2014. Disponível em: [https://nanopdf.com/download/plano-ibero-americano-de-alfabetizaaao-e-prendizagem-ao-longo\\_pdf](https://nanopdf.com/download/plano-ibero-americano-de-alfabetizaaao-e-prendizagem-ao-longo_pdf). Acesso em out. 2018.

OLIVEIRA, Amanda. Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã é o primeiro a usufruir da municipalização da saúde. **Governo do Tocantins**, Palmas, 01 nov. 2013. Disponível em: <https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2013/11/1/centro-de-reeducacao-social-luz-do-amanha-e-o-primeiro-a-usufruir-da-municipalizacao-da-saude/>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 16 de out. 2018.

PEREIRA, Maria Leda Melo Lustosa; MELO, José Wilson Rodrigues. Formação Específica e Continuada de Professores/as atuantes nos estabelecimentos prisionais do Tocantins: análises e reflexões. **Sodebrás**, v. 13, n. 153, p. 64-69, 2018. Disponível em: <http://www.sodebras.com.br/edicoes/N153.pdf>. Acesso em 25 out. 2018a.

\_\_\_\_\_. Inclusão Escolar e Direitos Humanos: um olhar invisível dentro da escola. **Caderno de Resumos do II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Palmas, 2018. Disponível em: <https://www.unitins.br/cms/Arquivos/Download/EE6B608C30512497B10F6962601DE90C2419CA85>. Acesso em: 24 set. 2018b.

PEREIRA, Maria Leda Melo Lustosa; PINHEIRO, Ailk de Souza; MELO, José Wilson Rodrigues. O Multiculturalismo na contemporaneidade e sua relação com as minorias. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 4, p.105-115, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Desktop/959-Article%20Text-4443-2-10-20190508.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças; SOUSA Sandoval Antunes de (org.). **Educação Prisional e Práticas Pedagógicas: Construindo experiências**. Palmas: Unitins, 2008.

RESPLANDES, Cássio. Professor é preso em flagrante tentando entrar com celulares na CPP de Palmas. **Folha capital**, [s.l.], 27 mar. 2019. Disponível em:

<https://www.folhacapital.com.br/portal/noticias/view/8170/portal/noticias>. Acesso em: 27 mar. 2019.

TOCANTINÓPOLIS: Instituições inauguraram espaço educativo em Cadeia Pública. **Folha do Bico**, [s.l.], 25 jan. 2018 Disponível em: <https://www.folhadobico.com.br/tocantinopolis-instituicoes-inauguraram-espaco-educativo-em-cadeia-publica/>. Acesso em: 15 jun. 2019.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências.** Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/412370/>. Acesso em: 18 jan. 2018a.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 160, de 19 de dezembro de 2016. Aprova as estruturas curriculares, da rede estadual de ensino, SEDUC-TO.** Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/343073/>. Acesso em: 18 jan. 2018b.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 1, de 1º de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências.** Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/429053/>. Acesso em: 15 fev. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Convênio nº 408/2004 - Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria da Cidadania e Justiça, Secretaria da Segurança Pública.** Disponível em: <file:///C:/Users/DELL/Desktop/doi-1847-21012005.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Plano Estadual de Educação nas Prisões.** Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/peep-to.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019c.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2.859, de 30 de abril de 2014. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública, e adota outras providências.** Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/269622/>. Acesso em: 06 jun. 2019d.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educando para a Liberdade:** Trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras. Brasília: UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conferência internacional sobre a educação de adultos.** Brasília: SESI, UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000006.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação em prisões na América Latina:** Direito, Liberdade e Cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID, 2009. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162643\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162643_por). Acesso em: 04 jun. 2019b.

VASCONCELOS, Cristiane Tavares Jordão de; ARAÚJO, Fabíola Peixoto de; PORTO JR., Gilson. **Ensino Diferenciado: didática e práticas pedagógicas em educação de adultos.** Módulo II da ação de formação específica do Projeto Ressocialização Educativa, Secretaria de Educação do Estado do Tocantins; Gerência de Jovens e Adultos, Palmas, 2006.

VASQUEZ, Eliane Leal. **Ciência Penitenciária no Brasil Império**: Disciplina para construir a imagem da nação civilizada. Tese (Doutorado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VOZ DO BICO. Professor é preso em flagrante quando tentava entrar com celulares Casa de Prisão Provisória de Palmas. **Voz do Bico**. [s.l.], 27 mar. 2019. Disponível em: <https://www.vozdobico.com.br/plantao-190/professor-e-preso-em-flagrante-quando-tentava-entrar-com-celulares-casa-de-prisao-provisoria-de-palmas/>. Publicação em 27 de mar. 2019.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - PROPOSTA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA NAS PRISÕES, PARA PROFESSORES DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO TOCANTINS**

Propõe Formação Específica em Educação nas prisões, para professores das escolas localizadas no Sistema Prisional do Tocantins, em Nível de Especialização (*lato sensu*) com carga horária mínima de 405 h/a.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A pesquisa teve como objetivo apresentar a Proposta de Formação Específica para professores em atuação no contexto da educação em prisões no estado do Tocantins.

O texto proposto apresenta as temáticas consideradas pelos professores, essenciais para complementação da formação inicial, de modo a suprir as lacunas do currículo da graduação e qualificá-los para atuar em uma escola em prisão.

Semelhantemente o estado do Ceará, através do financiamento da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ofertou Curso de Especialização em EJA para 120 professores do Sistema Prisional do Estado, na área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas prisões, em nível de especialização (*lato sensu*) composto de três módulos de Disciplinas: 1) Módulo Básico, composto por disciplinas presenciais, 2) Módulo Específico, composto por disciplinas presenciais, e, 3) Módulo de Formação em Pesquisa, pautado no desenvolvimento de um projeto de pesquisa educacional no ambiente carcerário, resultado do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Referido Estado é referência nacional, inclusive na afirmação de parceria quanto ao objeto proposto. (ANDRIOLA, 2013)

O estado do Tocantins, possui um quadro de profissionais altamente qualificados para desenvolverem a especialização contida na proposta, lotados na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), na Escola Superior de Gestão Penitenciária e Prisional do Estado do Tocantins (ESGEPEN), além da Universidade Federal e/ou instituições privadas em regime de parcerias.

Com isso, os custos financeiros para desenvolvimento do curso serão reduzidos, bem como, ainda existe a possibilidade do sistema do Ensino à Distância (EAD) da própria UNITINS.

Segundo dados da pesquisa, em números de 2019/1 da SEDUC/TO e da SECIJU/TO, o Tocantins possuía 59 professores que atuavam no sistema prisional, número suficiente para a formação da primeira turma composta exclusivamente de professores, e/ou a formação de duas turmas, nestas inclusos gestores, coordenadores e servidores da escola. Sem desconsiderar a inclusão futura dos servidores do sistema prisional lotados em unidades que possuem escolas.

Ao considerar todos os fatores expostos, o Curso de Especialização (*lato senso*) em EJA para os professores das escolas localizadas no Sistema Prisional do Tocantins, contribuirá com uma educação de qualidade tanto do ponto de vista da prática teórico-pedagógica do professor quanto da formação do aluno, e poderá contribuir com a reinserção social dos alunos privados de liberdade.

É, portanto, absolutamente procedente e viável a implantação da proposta de formação específica, ora apresentada, pela relevância social no contexto da educação em prisões e dos direitos humanos relacionados aos privados de liberdade.

Cientes da importância da formação específica, submete-se a referida proposta ao estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, com base legal nos pressupostos ora apresentados:

CONSIDERANDO o Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988 – CF/88, assegura: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

CONSIDERANDO o Art. 206, inciso V, da CF/88, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:”

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas.

CONSIDERANDO o Art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á [...]”.

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério;

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

CONSIDERANDO o Art. 18 da Lei nº 7.210, de 8 de julho de 1984 Lei de Execução Penal – LEP assegura: “O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa”.

CONSIDERANDO o Art. 18-A da LEP/84, assim específica: “O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização”.

CONSIDERANDO a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, meta 9, estratégia 9.8, meta 10, estratégia 10.10, resolve:

9.8. Assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.10. Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, art. 4º “São objetivos do PEESP”:

V - Promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais.

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, art. 9º - “O plano de ação a que se refere o § 2º do art. 8º deverá conter”:

III - Atribuições e responsabilidades de cada órgão do ente federativo que o integrar, especialmente quanto à adequação dos espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais, à formação e à contratação de professores e de outros profissionais da educação, à produção de material didático e à integração da educação de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica.

CONSIDERANDO a Resolução nº 03, de 11 de março de 2009 do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária/CNPPC, dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais, art. 3º define que “A oferta de educação no contexto prisional deve”:

I – Atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação em prisões; e c) aspectos pedagógicos.

CONSIDERANDO a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010 do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais normatiza que:

Art. 11. Educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal.

CONSIDERANDO o Anexo Único à Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), Meta 9, estratégia 9.6, resolve:

[...];

9.6. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, instrumentos de avaliação, acesso a equipamentos e laboratórios e formação continuada específica, presencial e a distância, para professores(as) das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos, articulada à educação profissional;

CONSIDERANDO o Anexo Único à Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), Meta 10, estratégia 10.5, resolve:

[...];

10.5. Assegurar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR auxílio periculosidade, com percentual de acréscimo adicional à remuneração dos profissionais que atuam na educação do sistema prisional e unidades socioeducativas, levando em consideração a Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Educação – CNE.

CONSIDERANDO o Anexo Único à Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), Meta 20, estratégia 20.18, resolve:

[...];

20.18 – Assegurar, em regime de colaboração com a União, a formação continuada, aos profissionais da educação que atuam no ensino regular e na educação de jovens e adultos do sistema prisional e socioeducativos, conforme as diretrizes curriculares nacionais.

CONSIDERANDO o Anexo Único à Lei Nº 2.977, de 8 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), Meta 21, estratégia 21.6, resolve:

[...];

21.6. implantar, no primeiro ano de vigência do PEE/TO, política estadual para definição de cargos exclusivos em atendimento às demandas da educação profissional, em tempo integral, especial, campo, indígena, quilombola, em prisões e Unidades Socioeducativas, com a finalidade de garantir no quadro de servidores, profissionais para atuar nestas especificidades.

CONSIDERANDO a pesquisa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos sobre a Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais do estado do Tocantins, a qual apontou as necessidades de desenvolvimento profissional dos professores das escolas em prisões do estado do Tocantins, com amostra de 9 dentre os 15 municípios sede das escolas em prisões, com aplicação da pesquisa para 59% dos professores, propõe que seja:

- a) analisada e implementada pela Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do estado do Tocantins “Formação Específica em Educação nas prisões, para professores das escolas localizadas no Sistema Prisional do Tocantins, em Nível de Especialização (*lato sensu*) com carga horária mínima de 405 h/a”, em observância aos resultados demonstrados na pesquisa em que 67% dos professores pesquisados consideraram essa, a formação específica adequada para a atuação em uma escola em prisões;
- b) incluída na proposta de formação, metodologias ativas adequadas para capacitar o professor para trabalhar em espaços de sala de aula com classes multisseriadas;
- c) analisada a dimensão das Ciências Humanas (grandes áreas), nos quais, os conteúdos das disciplinas deverão abordar as especificidades da educação de EJA em prisões;
- d) analisadas as dimensões apresentadas e transformadas em V Módulos, na ordem de prioridade das disciplinas apontadas pelos professores pesquisados, conforme quadro - Dimensões e Disciplinas (créditos e carga horária).

<b>Dimensões</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Créditos</b>	<b>H/aulas</b>
Módulo I Temas associados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional	3	45
	Currículo de EJA	3	45
	Legislação e didática em EJA	2	30
	Estrutura e funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio	2	30
Módulo II Temas associados a Educação Prisional	Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos	2	30
	Educação Prisional no Brasil	1	15
	Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP)	1	15
Módulo III	Relações Humanas	1	15

Temas associados as Ciências Humanas	Psicologia Social	1	15
	Filosofia da Educação	1	15
	Avaliação	2	30
Módulo IV Temas associados Legislação Nacional e Estadual	Legislação Nacional e Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	15
Módulo V Temas associado ao trabalho de professor em sala de aula com classes multisseriadas	Metodologias Ativas	1	15
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Metodologia da Pesquisa	2	30
	TCC – Projeto desenvolvido no contexto da escola em prisões (Definir)	4	60
TOTAL		27	405

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Código Identificador da Unidade Escolar (cidade) \_\_\_\_\_

Código Identificador do respondente \_\_\_\_\_

Dia e Hora \_\_\_\_\_

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO**  
**PROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E**  
**DIREITOS HUMANOS**

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA E CONTINUADA DE PROFESSORES QUE**  
**ATUAM NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS DO ESTADO DO TOCANTINS**

### QUESTIONÁRIO<sup>30</sup>

<b>1. CARACTERIZAÇÃO</b>
--------------------------

1. **Qual é seu sexo?** ( ) masculino ( ) feminino ( ) outro
2. **Qual é sua idade:** ( ) menos de 25 ( ) 25 – 35 ( ) 36 – 50 ( ) a partir de 51
3. **Qual é seu estado Civil:** ( ) casado ( ) solteiro ( ) outro
4. **A sua escola de lotação é:** ( ) Interna ( ) Externa (extensão)
5. **Qual o nível mais elevado de educação formal que o(a) senhor(a) concluiu?**  
**Marque apenas uma alternativa.**

- ( ) Inferior à Educação Superior
- ( ) Educação Superior - Pedagogia
- ( ) Educação Superior – Licenciatura
- ( ) Educação Superior - Outro curso. Qual? \_\_\_\_\_
- ( ) Especialização (Lato Sensu)
- ( ) Mestrado (Stricto Senso)
- ( ) Doutorado (Stricto Senso)

6. **Há quanto tempo o (a) senhor(a) trabalha como professor?**  
\_\_\_\_\_

<sup>30</sup> Alguns dados foram retirados do TALIS questionário do professor e adaptados à realidade da pesquisa. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/internacional/talis/talis\\_questionario\\_do\\_professor\\_br.pdf](http://download.inep.gov.br/download/internacional/talis/talis_questionario_do_professor_br.pdf)> Acesso em: 12 fev. 2019.

1 – 2 anos  3-5 anos  6-10 anos  11-15 anos  16-20 anos  há mais de 20 anos

**7. Há quanto tempo o (a) senhor(a) trabalha como professor em uma escola em prisões?**

1 – 2 anos  3-5 anos  6-10 anos  11-15 anos  16-20 anos  há mais de 20 anos

**8. Qual sua forma de contratação como professor (a) dessa escola?**

- Professor Efetivo – concursado na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/TO)  
 Professor Efetivo – concursado de outro órgão (cedido)  
 Professor com contrato por tempo determinado para um período maior do que 1 ano letivo  
 Professor com contrato por tempo determinado temporário para o período de 1 ano letivo ou menos  
 Outro: Qual:

**9. Marque a (s) séries que o(a) senhor(a) leciona nesta escola:**

- Alfabetização – Programa Tocantins Alfabetizado  
 1º período,  2º período,  3º período,  4º período do 1º SEGMENTO  
 1º período,  2º período,  3º período,  4º período do 2º SEGMENTO  
 1º período,  2º período,  3º período do 3º SEGMENTO

**2. DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

**10. Nos últimos 2 anos, o(a) senhor(a) participou de qualquer um dos tipos de atividades de desenvolvimento profissional listados e qual foi o impacto dessas atividades no seu aprimoramento profissional como professor em uma escola em prisões?**

Atividades	Participação (A)		Impacto (B)			
	Sim	Não	Nenhum impacto	Um pequeno impacto	Um impacto médio	Um grande impacto
a) Cursos/oficinas (por exemplo, confecção de material didático pedagógico, disciplinas ou métodos relacionados a EJA em prisões acima de 20h/aulas.						
b) Conferências ou seminários sobre educação de Jovens e Adultos (EJA)						
c) Curso de qualificação (pós-graduação, aperfeiçoamento, com certificado), na área de EJA						
d) Visita de observação em outra escola em prisões						

e) Participação em atividades específicas para os professores da escola em prisões (rede de professores formada pelos professores das escolas em prisões do Tocantins)						
f) Planejamento de aulas (semanal, quinzenal ou mensal) com orientação pedagógica						
g) Atividades de formação em serviço realizada pela equipe da escola (oficina de leitura, de temas específicos, de confecção de material; de produção textual de curta duração).						
h) Leitura de livros e artigos científicos						
i) Outro. Qual?						

**11. Nas atividades relacionadas no item 10, qual foi a carga horária total do desenvolvimento profissional de que o(a) senhor(a) participou nos últimos dois anos?**

			Horas
--	--	--	-------

**12. Das atividades relacionadas no item 10, houve dispensa, durante o período regular de trabalho, para frequentá-lo?**

( ) Sim ( ) Não ( ) Não realizei nenhuma atividade de desenvolvimento profissional nesse período

**13. Participou de alguma formação antes do início do ano letivo atual com o intuito de realizar o planejamento de aula, conforme as diretrizes nacionais e estaduais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em situação de privação de liberdade?**

( ) sim  
 ( ) não  
 ( ) outra formação continuada. Qual:

<b>1. PRÁTICAS DE ENSINO, TEMPO PEDAGÓGICO E ATITUDES</b>
---

**14. Nas questões que seguem, marque a afirmativa que mais se aproxima com a sua realidade**

Organização e realização do trabalho em sala de aula	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a) O tempo disponível para o planejamento é suficiente.				

b) O material didático pedagógico para uso do professor é adequado				
c) Existem recursos audiovisuais como suporte pedagógico				
d) O material didático do aluno (livros, cadernos, lápis, borracha, caneta) é suficiente e atende todos os alunos de forma individual.				
e) Existe biblioteca para uso do aluno				
f) O livro didático é adequado à modalidade de ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os segmentos.				
<b>Carga horária</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
g) O tempo em sala de aula é suficiente				
h) A carga horária atende o mínimo exigido na legislação de 4h/aula.				
i) As aulas acontecem todos os dias da semana				
<b>Espaço e Equipamentos</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
j) A Sala de aula é adequada para os alunos (tamanho, mobiliário, iluminação)				
k) A Sala de professor é adequada				
l) As Salas conjugadas (professor, direção, secretaria) são adequadas				
m) O Refeitório (lanche escolar) atende todos os alunos				
n) O Banheiro para uso do aluno é acessível				
o) O Banheiro para uso do professor é acessível				
p) Os materiais para uso diário do professor são suficientes (pincel de quadro branco, xerox, papel A4, lápis de cor, etc)				
<b>Relacionamento interpessoal dentro da unidade escolar</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
q) Nesta escola, os professores e os alunos geralmente se dão bem uns com os outros.				
r) A maior parte dos professores desta escola acreditam que o bem estar dos alunos é importante.				

s) A escola oferece apoio e orientação pedagógica para os alunos com dificuldades de aprendizagem.				
t) A equipe de segurança articula as atividades administrativas visando garantir o horário integral das aulas				
<b>Sobre o(a) senhor(a) como professor(a) nessa escola</b>	<b>Discordo Totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo Totalmente</b>
u) De modo geral, estou satisfeito com meu trabalho.				
v) Sou bem-sucedido com os alunos da minha turma.				
w) Eu considero minha prática teórica e metodológica adequada para trabalhar nesta escola.				
x) Minha formação inicial me habilitou para lecionar na modalidade de EJA em uma escola em prisões.				

**15. Quanto ao acesso do (a) professor (a) ao prédio escolar, o(a) senhor(a):**

- passa por uma revista diária  
 passa por mais de uma revista diária  
 não passa por revista

**15.1 No caso de passar por revista, sente-se constrangida (o)?**

- sim  
 não

**16. Nas questões que seguem, marque a afirmativa que mais se aproxima com a sua realidade profissional.**

<b>Participação e tomada de decisão</b>	<b>Nunca</b>	<b>Duas vezes por ano</b>	<b>Uma vez por ano</b>	<b>Mensalmente</b>	<b>Semanalmente</b>
a) Participo de reuniões da equipe para discutir a visão e a missão da escola					
b) Participo da escolha dos materiais didáticos (livros, cadernos, apostilas).					
c) Participo de reuniões com professores que trabalham com as mesmas séries.					
d) Participo de reuniões para discutirem o processo de ensino e aprendizagem (avaliação, recuperação dos					

alunos)					
e) Participo de reuniões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.					
f) Participo das reuniões de elaboração, revisão e/ou implementação do Plano de Educação em Prisões do estado do Tocantins (PEEP)					
g) Participo de reuniões promovidas pelo diretor da unidade escolar para definição de metas a serem alcançadas pela equipe escolar.					

<b>17. Em relação as disciplinas de EJA (1º, 2º e 3º segmentos) que o(a) senhor(a) leciona nesta escola, no atual ano letivo:</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
a) Em todos os segmentos que leciono, estão dentro de minha área de formação.		
b) As disciplinas que leciono são disciplinas afins da minha área de formação.		
c) Trabalho com disciplinas da minha área e fora da área para completar a carga horária		
d) Trabalho em salas multisseriadas		

**18. Reflita a partir de suas próprias necessidades profissionais pelas áreas identificadas, em seguida marque em cada uma das linhas a resposta que mais se aproxima da sua realidade.**

<b>Temas associados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>
a) Legislação e didática em EJA				
b) Currículo de EJA				
c) Estrutura de funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio				
d) Alfabetização em EJA				
e) Ensino em um ambiente multicultural				
f) Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional				

g) Educação popular				
h) Pedagogia de Paulo Freire				
<b>Temas associados a Educação Prisional</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>
a) Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos				
b) Educação Prisional no Brasil				
c) Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP)				
<b>Temas associados as Ciências Humanas</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>
a) Relações Humanas				
b) Avaliação				
c) Psicologia Social				
d) Psicopedagogia				
e) Sociologia da Educação				
f) Filosofia da Educação				
g) Antropologia Cultural				
h) Metodologia da Pesquisa				
<b>Temas associados Legislação Nacional e Estadual</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>
a) Legislação Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)				
b) Legislação Nacional (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)				

**19. Mediante seu grau de necessidade de desenvolvimento profissional o(a) senhor(a) considera que para sanar essas necessidades nas áreas indicadas deverá participar de qual dessas atividades educacionais. Indique apenas uma.**

- ( ) Cursos de curta duração (carga horária menor ou igual a 40h/a)  
 ( ) Aperfeiçoamento profissional (carga horária de 180h/a)  
 ( ) Especialização em Educação em Unidades Prisionais (carga horária mínima de 360h/a)  
 ( ) outro (por favor especificar): \_\_\_\_\_

**20. Como o(a) senhor(a) caracterizaria sua experiência profissional no ambiente carcerário, levando em consideração a sua formação docente (inicial e continuada). Aspectos positivos e aspectos negativos:**

---



---



---

Muito obrigada!

## APÊNDICE C - GRELHA DA SISTEMATIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

### 1. CARACTERIZAÇÃO

<b>Sexo</b>	<b>M</b>	<b>F</b>		<b>Sem resposta</b>									
	4	29		-									
<b>Idade</b>	<b>&lt; 25</b>	<b>25 / 35</b>		<b>36 / 50</b>		<b>&gt; 51</b>							
	1	4		21		7							
<b>Estado civil</b>	<b>Casado</b>	<b>Solteiro</b>		<b>Outro</b>		<b>Sem resposta</b>							
	14	11		1		7							
<b>Escola de Lotação</b>	<b>Interna</b>	<b>Externa (extensão)</b>		<b>Sem resposta</b>									
	5	26		2									
<b>Nível mais elevado de educação formal</b>	<b>Educação Básica</b>	<b>E.S. Pedagogia</b>		<b>E.S. Licenc.</b>		<b>Outro</b>	<b>Espec. Lato Sensu</b>	<b>Ms</b>	<b>Dr.</b>	<b>Sem resposta</b>			
	-	9		9		-	12	1	-	2			
<b>Tempo de trabalho como docente (anos)</b>	<b>1 a 2</b>	<b>3 a 5</b>	<b>6 a 10</b>	<b>11 a 15</b>	<b>16 a 20</b>	<b>+ de 20</b>	<b>Sem resposta</b>						
	-	9	5	5	4	7	3						
<b>Tempo de trabalho como professor na escola em prisões (anos)</b>	<b>1 a 2</b>	<b>3 a 5</b>	<b>6 a 10</b>	<b>11 a 15</b>	<b>16 a 20</b>	<b>+ de 20</b>							
	14	16	2	1	-	-							
<b>Vínculo funcional na escola</b>	<b>Prof. Efetivo/Seduc/TO</b>		<b>Prof. Efet./Outro Órgão</b>		<b>Prof. c/ Contrato &gt;1 ano</b>		<b>Prof. c/ Contrato &lt;/= 1 ano</b>						
	7		-		7		19						
<b>Séries Lecionadas na escola</b>	<b>Alfabetização PTA</b>	<b>1º segmento (período)</b>				<b>2º segmento (período)</b>				<b>3º segmento (período)</b>			
		<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	<b>4º</b>	<b>1º</b>	<b>2º</b>	<b>3º</b>	
	-	2	3	2	3	6	11	17	14	13	13	7	

10) Nos últimos 2 anos, o(a) senhor(a) participou de qualquer um dos tipos de atividades de desenvolvimento profissional listados e qual foi o impacto dessas atividades no seu aprimoramento profissional como professor em uma escola em prisões?

Atividades	Participação		Impacto				
	(A)		(B)				
	Sim	Não	Nenhum impacto	Pequeno impacto	Impacto médio	Grande impacto	Não resp
Cursos/oficinas	9	23	2	3	3	1	1
Conferências ou seminários	10	21	2	1	5	2	2
Curso de qualificação	2	29	1	1	0		2
Visita de observação em outra escola	6	25	3	1	0	2	2
Participação em atividades específicas para os professores da escola em prisões	6	24	2	0	3	1	3
Planejamento de aulas	24	8	3	6	10	5	1
Atividades de formação em serviço	17	14	6	4	6	1	2
Leitura de livros e artigos científicos	17	16	3	5	4	5	0

11) Nas atividades relacionadas no item 10, qual foi a carga horária total do desenvolvimento profissional de que o(a) senhor(a) participou nos últimos dois anos?

Carga horária total	0h	Até 20h	20 a 60h	> de 60h
	18	6	6	3

12) Das atividades relacionadas no item 10, houve dispensa, durante o período regular de trabalho, para frequentá-lo?

Sim	Não	Não realizei nenhuma atividade	Sem resposta
7	10	15	1

13) Participou de alguma formação antes do início do ano letivo atual com o intuito de realizar o planejamento de aula, conforme as diretrizes nacionais e estaduais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em situação de privação de liberdade?

Sim	Não	Outra formação
6	24	3 Oficina de leitura

## 2. PRÁTICAS DE ENSINO, TEMPO PEDAGÓGICO E ATITUDES

14) Nas questões que seguem, marque a afirmativa que mais se aproxima com a sua realidade

Organização e realização do trabalho em sala de aula	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
O tempo disponível para o planejamento é suficiente.	4	1	20	8
Existem recursos audiovisuais como suporte pedagógico	5	8	17	3
O material didático do aluno (livros, cadernos, lápis, borracha, caneta) é suficiente e atende todos os alunos de forma individual.	4	7	17	5
O material didático pedagógico para uso do professor é adequado	6	11	11	5
O livro didático é adequado à modalidade de ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os segmentos.	6	14	10	3
Existe biblioteca para uso do aluno	7	13	9	4

Carga horária	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Sem resposta
O tempo em sala de aula é suficiente	4	0	19	9	1
A carga horária atende o mínimo exigido na legislação de 4h/aula.	0	3	18	10	2
As aulas acontecem todos os dias da semana	2	1	18	11	1

Espaço e Equipamentos	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Sem resposta
As Salas conjugadas (professor, direção, secretaria) são adequadas	19	10	1	1	2
O Banheiro para uso do aluno é acessível	4	6	16	7	0
A Sala de professor é adequada	10	15	6	2	0
O Refeitório (lanche escolar) atende todos os alunos	14	10	6	2	1
O Banheiro para uso do professor é acessível	14	9	5	4	1
Os materiais para uso diário do professor são suficientes (pincel de quadro branco, xerox, papel A4, lápis de cor, etc)	2	6	13	12	0
A Sala de aula é adequada para os alunos (tamanho, mobiliário, iluminação)	7	13	10	2	1

<b>Relacionamento interpessoal dentro da unidade escolar</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>
Nesta escola, os professores e os alunos geralmente se dão bem uns com os outros.	1	2	18	12
A maior parte dos professores desta escola acreditam que o bem estar dos alunos é importante.	0	5	13	15
A equipe de segurança articula as atividades administrativas visando garantir o horário integral das aulas	2	4	15	12
A escola oferece apoio e orientação pedagógica para os alunos com dificuldades de aprendizagem.	3	11	12	7

<b>Sobre o(a) senhor(a) como professor(a) nessa escola</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo</b>	<b>Concordo</b>	<b>Concordo totalmente</b>	<b>Sem resposta</b>
Eu considero minha prática teórica e metodológica adequada para trabalhar nesta escola.	1	4	22	6	0
Sou bem-sucedido com os alunos da minha turma.	2	3	19	9	0
De modo geral, estou satisfeito com meu trabalho.	0	6	15	11	1
Minha formação inicial me habilitou para lecionar na modalidade de EJA em uma escola em prisões.	9	11	8	5	0

15) Quanto ao acesso do(a) professor(a) ao prédio escolar, o(a) senhor(a):

<b>Passa por uma revista</b>	<b>Passa por mais de uma revista</b>	<b>Não passa por revista</b>	<b>Sem resposta</b>
12	13	8	-

15.1) No caso de passar por revista, sente-se constrangido(a)?

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sem resposta</b>
6	19	8

16) Nas questões que seguem, marque a afirmativa que mais se aproxima com a sua realidade profissional

<b>Participação e tomada de decisão</b>	<b>Nunca</b>	<b>Duas vezes por ano</b>	<b>Uma vez por ano</b>	<b>Mensal mente</b>	<b>Semanal mente</b>	<b>Sem resposta</b>
Participo das reuniões de elaboração, revisão e/ou implementação do Plano de Educação em Prisões do estado do Tocantins (PEEP)	25	1	3	3	1	0
Participo da escolha dos materiais didáticos (livros, cadernos, apostilas).	19	4	7	2	1	0
Participo de reuniões com professores que trabalham com as mesmas séries.	8	1	3	6	14	1
Participo de reuniões para discutirem o processo de ensino e aprendizagem (avaliação, recuperação dos alunos)	3	4	3	9	14	0

Participo de reuniões da equipe para discutir a visão e a missão da escola	4	5	1	8	13	2
Participo de reuniões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.	4	8	11	9	1	0
Participo de reuniões promovidas pelo diretor da unidade escolar para definição de metas a serem alcançadas pela equipe escolar.	3	5	6	12	6	1

17) Em relação as disciplinas de EJA (1º, 2º e 3º segmentos) que o (a)senhor(a) leciona nesta escola, no atual ano letivo

Em relação as disciplinas de EJA (1º, 2º e 3º segmentos) que o(a) senhor(a) leciona nesta escola, no atual ano letivo:	Sim	Não	Sem resposta
Trabalho em salas multisseriadas	24	8	1
Trabalho com disciplinas da minha área e fora da área para completar a carga horária	22	9	2
As disciplinas que leciono são disciplinas afins da minha área de formação.	17	10	6
Em todos os segmentos que leciono, estão dentro de minha área de formação.	15	13	10

18) Reflita a partir de suas próprias necessidades profissionais pelas áreas identificadas, em seguida marque em cada uma das linhas a resposta que mais se aproxima da sua realidade.

Temas associados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Nenhuma necessidade	Pouca necessidade	Moderada necessidade	Grande necessidade	Sem resposta
Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional	2	4	6	21	0
Pedagogia de Paulo Freire	2	5	20	6	0
Currículo de EJA	2	2	10	19	0
Educação popular	5	3	17	8	0
Legislação e didática em EJA	0	5	12	16	0
Estrutura de funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio	2	6	10	15	0
Ensino em um ambiente multicultural	4	7	8	14	0
Alfabetização em EJA	0	8	12	12	1

Temas associados a Educação Prisional	Nenhuma necessidade	Pouca necessidade	Moderada necessidade	Grande necessidade
Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos	1	4	11	17
Educação Prisional no Brasil	1	6	10	16
Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP)	3	4	12	14

Temas associados as Ciências Humanas	Nenhuma necessidade	Pouca necessidade	Moderada necessidade	Grande necessidade	Sem resposta
Relações Humanas	2	3	11	16	1
Filosofia da Educação	2	9	16	5	1
Psicologia Social	0	5	16	12	0
Avaliação	2	4	15	12	0

Sociologia da Educação	1	10	15	7	0
Psicopedagogia	0	7	15	11	0
Metodologia da Pesquisa	1	9	12	10	1
Antropologia Cultural	3	9	12	8	1

<b>Temas associados Legislação Nacional e Estadual</b>	<b>Nenhuma necessidade</b>	<b>Pouca necessidade</b>	<b>Moderada necessidade</b>	<b>Grande necessidade</b>	<b>Sem respota</b>
Legislação Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	4	10	17	1
Legislação Nacional (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	3	10	17	2

19) Mediante seu grau de necessidade de desenvolvimento profissional o(a) senhor(a) considera que para sanar essas necessidades nas áreas indicadas deverá participar de qual dessas atividades educacionais. Indique apenas uma.

<b>Atividade educacional</b>	<b>Número de respostas</b>
Especialização em Educação em Unidades Prisionais (carga horária mínima de 360h/a)	22
Aperfeiçoamento profissional (carga horária de 180h/a)	8
Cursos de curta duração (carga horária menor ou igual a 40h/a)	1
outro	2

**APÊNDICE D - GRELHA DE CATEGORIZAÇÃO DO CONTEÚDO DA QUESTÃO  
SUBJETIVA**

<b>CÓDIGO E SUPORTE</b>	<b>GRUPO DE PROFESSORES</b>	<b>RESPONDERAM</b>	<b>N/R</b>
<b>ESCRITO</b>	<b>33</b>	<b>25</b>	<b>8</b>
		<b>ASPECTOS</b>	
<b>PERGUNTA</b>	<b>UNIDADE DE SENTIDO</b>	<b>POSITIVO (X)</b>	<b>NEGATIVO (AUSÊNCIA) (X)</b>
<p>Como o(a) senhor(a) caracterizaria sua experiência profissional no ambiente carcerário, levando em consideração a sua formação docente (inicial e continuada). Aspectos positivos e aspectos negativos:</p>	<p>“Trabalhar nas escolas de sistema prisional, trouxe uma experiência transformadora, ao entrar no ambiente de trabalho se depara com um universo completamente diferente daquele encontrado no mundo social. Diante da experiência no sistema prisional, trouxe muito conhecimento, pois minha formação inicial não me habilita totalmente para educação em prisões, mas ao longo de três anos tive oportunidade de aprender novos conhecimentos, e hoje eu considero minha prática teórica e metodológica adequada para trabalhar nesta escola. Percebo que é necessário ter uma proposta do currículo de educação em prisões, uma proposta curricular e metodologias adequadas as características desses alunos. Não há dúvidas de que a educação oferecida no âmbito do sistema penitenciário se encontra entre uma das principais ações no processo de reinserção social dos apenados. No entanto, é preciso ter ciência de que não é qualquer oferta educacional que poderá trazer reais benefícios. Principalmente pelo fato de que no sistema prisional o professor não está lidando com uma demanda de alunos quaisquer, os alunos além de adultos, também se encontram privados de liberdade”. (U-I-01)</p> <p>“Boa” (U-I-06)</p> <p>“Considero boa” (U-VII-31)</p> <p>“Um desafio muito grande, mais que estou conseguindo transmitir para os alunos os conteúdos”. (U-I-02)</p> <p>“Um grande desafio visto que é uma experiência nova pra mim e ao mesmo tempo assustadora pela frágil segurança hoje em nosso país.”(U-I-07 )</p> <p>“No aspecto positivo trabalhar com turma pequena de alunas, mesmo com turma multiseriada podemos assim individualizar atenção especial ao aluno. No aspecto negativo a necessidade de acompanhamento psicopedagógico para podermos identificar, necessidades especiais dos alunos”. (U-I-03)</p>	<p>Oportunidade (7)</p> <p>Aprender (5)</p> <p>Segurança (pessoa preso) (2)</p>	<p>Formação (esp./cont./inic.) (19)</p> <p>Currículo (EJA) (4)</p> <p>Segurança (local) (4)</p> <p>Bebedouro (4)</p> <p>Material didático (3)</p> <p>Mini-curso (1)</p> <p>Oficinas (1)</p>

	<p>“O ambiente é um pouco propício, e um ambiente acolhedor no qual são responsáveis pela proposta no qual o professor propõe. Aspectos positivos que temos alunos cursando faculdade em várias instituições”. (U-III-20)</p> <p>“Um dos aspectos positivos seria os reeducandos do CPP/PN ter alunos que estão cursando nível superior. outro ponto positivo seria a união da equipe que atua no sistema. Aspecto negativo material didático não condizente com a realidade dos alunos”. (U-III-19)</p> <p>“Minha experiência como docente na educação carcerária se apresenta de modo regular, pois questões basilares para a formação cognitiva do aluno não são acessíveis. Questões como espaço físico, material didático e acesso a pesquisa, são contumazes escassos na escola. Outro fator preponderante é a total falta de segurança aos professores e os mesmos não recebem auxílio periculosidade. Além disso, a falta de formação específica revela a ausência de interesse no processo de ressocialização porque a mesma é proporcionada por uma educação de qualidade. Mas, diante de tantas agrurias, a educação carcerária em[...] possui alguns pontos positivos como: o horário de aula, o lanche, a comunicação razoável com os agentes. No que diz respeito a minha formação, percebo que tenho capacidade plena para ministrar as aulas, porém, uma formação específica corrobora de maneira direta para o bom andamento das aulas”. (U-III-18)</p> <p>“Positivos: crescimento pessoal, possibilidade de contribuir com os dias e um futuro melhor de pessoas consideradas e, ou excluídas da sociedade. Negativos: falta de valorização profissional”. (U-III-17)</p> <p>“Eu me deparei com o ensino no sistema prisional por um acaso, fui convidada a trabalhar e fiquei surpresa, pois não sabia que as pessoas privadas de liberdade recebiam esse tipo de educação. A princípio iniciei meu trabalho com insegurança e medo, pois não conhecia o ambiente e tinha um olhar bastante "preconceituoso" para os detentos. Aos poucos, com a ajuda dos colegas mais experientes fui aprimorando meu trabalho e ganhando mais confiança com o local. Hoje, já faz 3 anos que trabalho no sistema prisional, e esse tempo me proporcionou um olhar diferente para as pessoas privadas de liberdade: "são pessoas esquecidas pela sociedade e por mais que sejam criminosos, são pessoas que</p>		
--	--	--	--

	<p>necessitam de socorro". Apesar da maioria dos alunos estarem na escola, simplesmente pela remissão de pena, temos também uma minoria que realmente está esperando uma oportunidade para a ressocialização. Acredito que se os professores aproveitarem a experiência da convivência junto a cursos de formação voltada para o sistema prisional, possivelmente conseguiríamos contribuir para a transformação de vida de mais reeducandos". (U-III-16)</p> <p>“Uma experiência nova, no momento que entrei para lecionar aulas no sistema prisional achei muito perigoso mais com o passar do tempo acostumei com a situação, os alunos têm interesse em aprender e também para ganhar as remições. O negativo que ficamos sem segurança nenhuma no local, tem somente uma câmara dentro da sala para nos vigiar contra o perigo presente mais não temos apoio de agente presente em sala de aula ou até mesmo grades dividindo alunos de professores. Por já estamos acostumados com o local de ensino, não estamos escapos de alguma ameaça que venha da parte carcerária”. (U-III-15)</p> <p>“Os grandes desafios e dificuldade são enormes com a falta de valorização do profissional como os auxílios que "nunca" recebemos, seguranças entre outros. Creio que falta Políticas Públicas voltada para o ambiente carcerário, não é somente ir ministrar as aulas tem todo um processo que não depende apenas de nós uma vez que a nossa unidade é extensão da escola e a mesma necessita desse apoio. Acreditamos que 2019 será melhor segundo a fala da Secretária de Educação”. (U-IX-33)</p> <p>“A minha experiência como docente em um espaço escolar prisional tem sido de grande relevância, cito aqui alguns aspectos positivos com relação ao desenvolvimento entre professor e aluno, busco sempre priorizar o lado humano. Aspectos negativos envolve vários fatores como o relacionamento com alguns profissionais do quadro dos agentes carcerários”. (U-V-24)</p> <p>“Considero um avanço na minha vida profissional pois, a educação dentro do sistema carcerário me proporcionou a adquirir conhecimentos até então estranhos, trabalhar com pessoas que não aproveitaram as oportunidades que tiveram e agora surge uma nova oportunidade isso faz com que a nossa responsabilidade seja maior, até a nossa formação não nos</p>		
--	--	--	--

	<p>oferecia situações esta.”(U-V-25)</p> <p>“Foi gratificante essa minha atuação dentro do sistema, e um novo aprendizado. Teve uma formação continuada. Negativos: Ter mais formação, para que o professor possa atuar melhor em sala de aula”. (U-VI-27)</p> <p>“Aspectos positivos - foi muito bom o trabalho na EJA, mesmo com uma formação para professores que atuam no sistema, foi produtivo. Aspectos negativos - não ter formação continuada”. (U-VI-28)</p> <p>“Caracterização de uma maneira segura e competente, ao lidar com esse ambiente”. (U-VI-26)</p> <p>“O cidadão prisional acima de tudo é um ser humano são presentes, atentos, interessados nas aulas sempre. O ponto negativo é o sistema que nos impede de trabalharmos diversificando as aulas. Necessitamos bebedouros, armários e relógio”. (U-II-14)</p> <p>“É uma experiência bastante diferenciada em relação aos demais contextos educacionais onde ministrei aula. Ao passo que é de extrema relevância para os reeducandos, deve-se ter o máximo de cuidado e privacidade em relação ao ambiente da unidade prisional. Acredito ser necessário uma formação anterior a entrada de professores em qualquer unidade prisional, pois é preciso ter uma preparação para de inserir nesse ambiente haja visto que influencia o psicológico da pessoa. Dentre os aspectos positivos pode-se citar a oferta para os reeducandos e a experiência gerada para o profissional da educação que é de extrema importância. Dos pontos negativos pontua-se a falta de formação específica para quem trabalha em prisões, falta de instrumento dentro de uma unidade como notebook disponível para os professores, falta de um bebedouro dentro da sala , bem como a oferta de minicursos e oficinas por área de conhecimento para a educação em prisões”. (U-II-13)</p> <p>“Aspectos negativos - necessita -se de bebedouro, relógio apropriado para que possamos dar aula com mais comodidade. Falta computador, internet, para uma boa aula. Aspectos positivos - é uma forma de reeducar as alunas em prisões, onde as mesmas podem ter uma nova expectativa de vida”. (U-II-12)</p> <p>“Sendo a minha primeira experiência em um ambiente carcerário, estou gostando muito. Existe muita disciplina, respeito e segurança. As reeducandas na maioria são participativas e realmente estudam a</p>		
--	--	--	--

	<p>necessidade de concluírem o estudo. Em relação ao esforço físico poderia ter um bebedouro e armários na sala de aula, relógio na sala e um computador para uso do professor e que permanecesse na escola”. (U-II-11)</p> <p>“Levando em consideração a formação é de suma importância a relação de professor aluno, principalmente pelo fato de que esta é uma situação diferenciada da sala de aula em uma escola. Um dos aspectos positivos é o fato de que as meninas são muito interessadas nas aulas, tem muita vontade de aprender e passam muita segurança e confiança para nós professores. Um dos pontos negativos é a falta de estrutura física da sala dos professores e o fato de que por muitas vezes a sala de aula se entra úmida e suja”. (U-II-10)</p> <p>“Aspectos positivos: a oportunidade de ensinar as educandas e dar a oportunidade de elas terem um oportunidade de serem inseridas no mercado de trabalho e de descobrirem que podem voltar a aprender e enriquecer os conhecimentos. Aspectos negativos: a falta de capacitação, de material didático para trabalhar com as educandas de forma mais objetiva”. (U-II-09)</p> <p>“Aspectos positivos: É importante, mesmo não tendo formação continuada e acompanhamentos pedagógicos por equipes de suporte pedagógico para este publicam. Acredito que o trabalho tem resultados positivos em relação à postura atual e futura do ser humano.</p> <p>Aspectos negativos: Assistência pedagógica.” (U-VII- 29)</p> <p>“A minha formação inicial Licenciatura em Educação Física não dava nenhuma base para trabalhar com privativos de liberdade, mas no decorrer do ano letivo com as formações a prática pedagógica foi melhorando, a aprendizagens adquiridas foram adequando à realidade da educação prisional. Acredito que a falta de preparação na faculdade para trabalhar com o público EJA prisional é o maior ponto negativo, pois os conhecimentos adquiridos lá são distantes da prática do cotidiano carcerário. O ponto positivo é que os conhecimentos adquiridos na Licenciatura modelados servem como base para a prática no sistema penitenciário. Não estou dizendo que os conhecimentos teóricos não valem, o que quero referir é que esses sem aprender como funciona a rotina educacional prisional de nada valem. Ou seja, a educação prisional requer um olhar diferenciado, e o mais</p>		
--	--	--	--

	<p>urgente um currículo específico para esse público, levando em consideração o perfil das pessoas atendidas. Trabalhar com um currículo EJA nas prisões é desafiador, pois os conteúdos ali mencionados são distantes de suas práticas e por isso, na maioria das vezes não acontece a ressocialização. Cumprir com o currículo nas prisões levando em conta a rotatividade do sistema é um desafio muito grande, somando ainda, o perfil dos reeducandos.” (U-I-04)</p> <p>“Procuro desenvolver meu trabalho docente conforme o conhecimento em minha formação acadêmica teórica e prática além das vivências do cotidiano. Porém no que se refere à Educação em Unidades Prisionais é um pouco mais delicado, requer bem mais dinamismo, considerando que são alunas bastante heterogêneas no nível de aprendizagem. No aspecto positivo coloco o número de alunos são 10 no máximo, trabalha se individualmente. No tocante a parte do aproveitamento dos conteúdos é significativo, não há perda de tempo, por que as alunas são adultas, não saem para os corredores e banheiros distantes como ocorrem no Ensino Regular com adolescentes. Aspecto negativo é a falta de Formação Continuada para os professores, pois às vezes nos deparamos com situações que fogem o nosso conhecimento e práticas do dia dia, bem como ansiedade por abstinência de drogas e outras as quais exige bem mais de nós enquanto profissional e pessoal.” (U-VII-30)</p>		
--	--	--	--

**APÊNDICE E - GRELHA DE SISTEMATIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES  
ACADÊMICAS – ARTIGOS CIÊNTÍFICOS**

<b>Nº</b>	<b>TEMÁTICA</b>	<b>REVISTA</b>	<b>QUALIS</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
1	Formação Específica e Continuada de Professores/as atuantes nos estabelecimentos prisionais do Tocantins: análises e reflexões  Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jose Wilson Rodrigues de Melo	Revista Sodebrás, V. 13, Nº 153, p. 64-69, setembro/2018, ISSN 1809-3957	Interdisciplinar B3.	<b>PUBLICADO</b>
2	Inclusão Escolar e Direitos Humanos: um olhar invisível dentro da escola. Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jose Wilson Rodrigues de Melo	Artigo Científico Aceito para apresentação - II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tema: "Direitos Humanos, Educação e Conflitos Sociais". Universidade do Tocantins – UNITINS, jun. 2018.	ANAIS DO EVENTO (não obsta submissão em revista)	<b>PUBLICADO</b>
3	O Multiculturalismo na contemporaneidade e sua relação com as minorias. Revista Humanidades e Inovação.  Maria Leda Melo Lustosa Pereira Ailk de Souza Pinheiro Jose Wilson Rodrigues de Melo	Revista Humanidades e Inovação, V. 6 n. 4 (2019): Literatura Moderna e Contemporânea: Paisagens Culturais de Classe, Gênero, Etnia e Pós-Coloniais I	Interdisciplinar B2	<b>PUBLICADO</b>
4	Estudo da ciência da educação fundamentada na interdisciplinaridade por Olga Pombo: um estudo de revisão  Maria Leda Melo Lustosa Pereira Patrícia MEDINA José Eudacy Feijó de Paiva	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE.	Interdisciplinar B2	<b>ACEITO AGUARDANDO PUBLICAÇÃO</b>
5	Educação e Formação: reflexões sobre a educação como direito constitucional para os privados de liberdade no estado do Tocantins  Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jose Wilson Rodrigues de Melo Patrícia MEDINA	Apresentado no Seminário Internacional XIV Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional – em Palmas/TO (17/06/2019) e Brasília/DF (18/06/2019)	ANAIS DO EVENTO	<b>AGUARDANDO PUBLICAÇÃO</b>
6	Mente Livre em corpo encarcerado: prática educativa de professoras de Unidade Prisional Feminina e Extensão	Apresentado no VII Seminário Interfaces	ANAIS DO EVENTO	<b>AGUARDANDO PUBLICAÇÃO</b>

	Universitária na Universidade Federal do Tocantins. Patrícia MEDINA Maria Leda Melo Lustosa Pereira	Pedagógicas: Licenciaturas em Diálogo. Cidade Plural: Escolas, Convivências e Resistências intitulado:		
7	Inclusão Escolar e Direitos Humanos: um olhar invisível dentro da escola. Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jadir Alves de Oliveira Jose Wilson Rodrigues de Melo	Revista Direitos Humanos e Democracia	Interdisciplinar B1	Aguardando designação
8	Formação Específica de Professores: análises e reflexões sobre a escola em prisões no estado do Tocantins Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jose Wilson Rodrigues de Melo Patrícia MEDINA	Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos	Interdisciplinar B1	Aguardando designação
9	A Educação Como Fundamento da Percepção Ambiental do Poder Público-Judiciário do Estado do Tocantins. Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jadir Alves de Oliveira Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira Jose Wilson Rodrigues de Melo Patrícia Medina	Revista Nature and Conservation (V12 N03 2019).	Interdisciplinar B2	<b>AGUARDANDO PUBLICAÇÃO</b>
10	Educação e Formação: Reflexões Sobre a Educação como Direito Constitucional para os privados de liberdade no estado do Tocantins Maria Leda Melo Lustosa Pereira Jose Wilson Rodrigues de Melo Patrícia MEDINA	Revista Humanidade & Inovação	Interdisciplinar B2	Aguardando designação

## **ANEXOS**

**ANEXO A - REQUERIMIENTO SEDUC/SGD 2019/27009/37306**

A SUA EXCELÊNCIA A SENHORA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES.

**Requerimento de dados públicos relacionados as escolas em prisões do estado do Tocantins no ano de 2019.**

Governo do Estado do Tocantins  
Secretaria da Educação  
Protocolo  
**RECEBEMOS**  
Em 26/04/2019  
As 08:00  
Eu Madalena  
Servidor

**Assunto:** Fornecimento dos dados referentes ao número de professores e alunos das escolas em prisões no ano letivo de 2019 em funcionamento.

Eu, **MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**, Mestranda no Curso de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), CPF Nº 481.810.483-34, OAB/TO 6747. Venho a presença de Vossa Excelência, requerer **dados públicos** relacionados **ao número** de professores lotados e de alunos efetivamente matriculados no ano de 2019 em todas as escolas em prisões no estado do Tocantins, para fins acadêmicos. Conforme seguem abaixo:

CIDADE	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS	OUTRAS INFORMAÇÕES
Palmas	1. Escola Estadual Nova Geração (CPP)			
	2. Escola Est. Setor Sul – Extensão na Unidade Prisional Feminina UPF			
Lajeado	3. Esc. Est. Nossa Senhora da Providência – Extensão UPF			
Porto Nacional	4. Esc. Est. Profª Alcides Rodrigues Aires – Extensão CPP			
Araguaína	5. Esc. Est. Sonho de Liberdade (presídio Barra da Grot)			
Babaçulândia	6. Esc. Est. Rui Barbosa – Extensão UPF			
Talismã	7. Esc. Est. Talismã – Extensão UPF			
Cariri do TO	8. Esc. Est. Tarso Dutra – Extensão do C. R.S.Luz do Amanhã			
Miracema	9. Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão Cadeia Pública de Miracema			
Guaraí	10. Esc. Est. Raimundo Alencar Leão – Extensão na Cadeia Pública			
Colmeia	11. Esc. Est. Serra das Cordilheiras – Extensão na Cadeia Pública			
Colinas do TO	12. Esc. Est. Lacerdino O. Campos – Extensão na Cadeia Pública			

32181446

*Madalena*

Pedro Afonso	13. Esc. Est. Ana Amorim – Extensão na Cadeia Pública			
Arraias	14. Esc. Est. Silva Dourado – Extensão na Cadeia Pública			
Tocantinópolis	15. Escola Est. Giuliano Moretti (Ens. Fundamental) - Extensão na Cadeia Publica			
	16. Esc. Est. Profº José Carneiro de Brito (Ens. Médio) - Extensão na Cadeia Pública			
<b>Outras Escolas (2019)</b>				

Os dados farão parte da pesquisa realizada pela mestranda que trata sobre “Formação Específica dos professores que atuam nas escolas em prisões do Tocantins.”

Informo ainda, que a devolutiva do referido requerimento poderá ser encaminhado no endereço eletrônico da pesquisadora [ledamlustosa@uol.com.br](mailto:ledamlustosa@uol.com.br) , ou ainda, informado via telefone para recebimento *in loco* (63) 98401 4221.

Respeitosamente

Palmas, 25 de abril de 2019.

  
**MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**



---

**Dados referentes ao número de professores e alunos das Unidades Prisionais de Ensino**

**De:** Gerência de Educação em Prisões

**Para:** ledamlustosa@uol.com.br

**Cópia:**

**Cópia  
oculta:**

**Assunto:** Dados referentes ao número de professores e alunos das Unidades Prisionais de Ensino

**Enviada em:** 26/04/2019 | 11:48

**Recebida em:** 26/04/2019 | 11:49

RELATÓRIO ... .docx **54.23 KB**

Segue anexo tabela com os dados solicitado através de documento SGD: 2019/27009/37306.

--

Simone Ferreira de Sousa Pacini  
Gerente de Educação em Prisões - SEDUC/TO  
3218-2280

---



CIDADE	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS	OUTRAS INFORMAÇÕES
Palmas	Escola Estadual Nova Geração - CPP	8	53	Aulas suspensas
	Escola estadual setor Sul – Extensão na Unidade Prisional Feminina - UPF	6	23	
Lajeado	Escola estadual Nossa senhora da Providência – Extensão UPF	5	12	
Porto Nacional	Escola Estadual Prof. Alcides Rodrigues Aires – Extensão CPP	8	15	
Araguaína	Escola Estadual Sonho de Liberdade – Presídio Barra da Grotá	-	-	Aulas suspensas
Babaçulândia	Escola Estadual Rui Barbosa – Extensão UPF	2	10	
Talismã	Escola estadual Talismã – Extensão UPF	7	11	
Cariri	Escola Estadual Tarso Dutra – Extensão do C.R.S Luz do Amanhã	-	-	Aulas suspensas
Miracema	Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão Cadeia Pública de Miracema	-	-	Não há espaço físico
Guaraí	Escola estadual Raimundo Alencar Leão – Extensão Cadeia Pública	4	64	
Colmeia	Escola Estadual Serra das Cordilheiras – Extensão Cadeia Pública	3	10	
Colinas do Tocantins	Escola Estadual Lacerdino O. Campos – Extensão Cadeia Pública	2	16	
Pedro Afonso	Escola Estadual Ana Amorim – Extensão Cadeia Pública	5	10	
Arraias	Escola Estadual Silva Dourado – Extensão Cadeia Pública	5	10	
Tocantinópolis	Escola Estadual Giulio Moretti (Ensino Fundamental) – Extensão Cadeia Pública	2	15	
	Escola Estadual Prof. José Carneiro de Brito (Ensino Médio) – Extensão Cadeia Pública	2	7	

  
**SIMONE FERREIRA E SOUZA PACINI**  
Gerente de Educação em Prisões



CIDADE	ESCOLA	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS	OUTRAS INFORMAÇÕES
Palmas	Escola Estadual Nova Geração - CPP	8	53	Aulas suspensas
	Escola estadual setor Sul – Extensão na Unidade Prisional Feminina - UPF	6	23	
Lajeado	Escola estadual Nossa senhora da Providência – Extensão UPF	5	12	
Porto Nacional	Escola Estadual Prof. Alcides Rodrigues Aires – Extensão CPP	8	15	
Araguaína	Escola Estadual Sonho de Liberdade – Presídio Barra da Grotá	-	-	Aulas suspensas
Babaçulândia	Escola Estadual Rui Barbosa – Extensão UPF	2	10	
Talismã	Escola estadual Talismã – Extensão UPF	7	11	
Cariri	Escola Estadual Tarso Dutra – Extensão do C.R.S Luz do Amanhã	-	-	Aulas suspensas
Miracema	Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão Cadeia Pública de Miracema	-	-	Não há espaço físico
Guaraí	Escola estadual Raimundo Alencar Leão – Extensão Cadeia Pública	4	64	
Colmeia	Escola Estadual Serra das Cordilheiras – Extensão Cadeia Pública	3	10	
Colinas do Tocantins	Escola Estadual Lacerdino O. Campos – Extensão Cadeia Pública	2	16	
Pedro Afonso	Escola Estadual Ana Amorim – Extensão Cadeia Pública	5	10	
Arraias	Escola Estadual Silva Dourado – Extensão Cadeia Pública	5	10	
Tocantinópolis	Escola Estadual Giulio Moretti (Ensino Fundamental) – Extensão Cadeia Pública	2	15	
	Escola Estadual Prof. José Carneiro de Brito (Ensino Médio) – Extensão Cadeia Pública	2	7	

  
**SIMONE FERREIRA E SOUZA PACINI**  
Gerente de Educação em Prisões

**ANEXO B - REQUERIMIENTO SECIJU/TO 2019/17019/004277**

2019/17019/1004277

RECEBEMOS

Em 13/03/2019

Secretaria de Cidadania e Justiça

Eva Maria da Silva Amorim

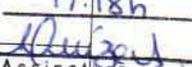
Matrícula: 101012-3

**A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIDADANIA E JUSTIÇA DO TOCANTINS**

**Requerimento de dados públicos relacionados as escolas em prisões do estado do Tocantins no ano de 2019**

**Assunto:** Fornecimento dos dados referentes ao número de professores e alunos das escolas em prisões no ano de 2019 em funcionamento.

Eu, **MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**, Mestranda no Curso de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Venho a presença de Vossa Excelência, requerer os dados relacionados ao número de professores e alunos efetivamente matriculados no ano de 2019 nas escolas em prisões no estado do Tocantins para fins acadêmicos, conforme seguem abaixo:

CIDADE	ESCOLA	Nº PROFESSORES	Nº ALUNOS	OUTRAS INFORMAÇÕES
Palmas	1. Escola Estadual Nova Geração - CPP			
	2. Escola Estadual Setor Sul – Extensão na Unidade Pública Feminina (UPF)			
Lajeado	3. Escola Est. Nossa Senhora da Providência – Extensão UPF			Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos <b>PROTOCOLO RECEBEMOS</b> 13-MAR. 2019 Horário: <u>17:18h</u>  Assinatura
Porto Nacional	4. Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires – Extensão - CPP			
Araguaína	5. Escola Estadual Sonho de Liberdade - UTPBG			
Babaçulândia	6. Escola Est. Rui Barbosa – Extensão UPF			<b>PROTOCOLO SEGURO</b> 13 MAR 2019  ASSINATURA
Talismã	7. Escola Estadual Talismã – Extensão UPF			
Cariri do Tocantins	8. Escola Est. Tarso Dutra – Extensão no Centro de Reeducação Social Luz do Amanhã			
Miracema	9. Centro de Ensino Médio Santa Terezinha –			

*Melo Lustosa Pereira*

	extensão – Cadeia Pública de Miracema			
<b>Guaraí</b>	10. Esc. Est. Raimundo Alencar Leão – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Colméia</b>	11. Esc. Est. Serra das Cordilheiras – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Colinas do Tocantins</b>	12. Esc. Est. Lacerdino O. Campos – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Pedro Afonso</b>	13. Esc. Est. Ana Amorim – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Arraias</b>	14. Esc. Est. Silva Dourado – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Tocantinópolis</b>	15. Escola Estadual Pio XII e a Escola Estadual José Carneiro de Brito – Extensão na Cadeia Pública			
<b>Outras Escolas</b>	16. 17. 18.			

Os dados farão parte da pesquisa realizada pela mestranda que trata sobre “Formação Específica dos professores que atuam nas escolas em prisões do Tocantins.”

Informo ainda, que a devolutiva do referido requerimento poderá ser encaminhada no e-mail da pesquisadora [ledamlustosa@uol.com.br](mailto:ledamlustosa@uol.com.br), ou ainda, informado via telefone para recebimento *in loco* (63) 98401 4221.

Respeitosamente.

Palmas, 12 de março de 2019

  
**MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA**

---

**De:** "Políticas de Educação do Sistema Prisional do Tocantins" <educacaoemprisoas@cidadaniaejustica.to.gov.br>

**Enviada:** 2019/05/17 16:58:31

**Para:** ledamlustosa@uol.com.br

**Assunto:** Resposta ao Requerimento

Prezada Maria Leda,

Em atendimento ao seu Requerimento, segue, em anexo, planilha com informações sobre as Escolas em Unidades Prisionais do Tocantins.

Cordialmente,

Superintendência do Sistema Prisional

Secretaria de Cidadania e Justiça-SECIJU/TO

---



SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE  
E ESPORTES

SUPERINTENDENCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
DIRETORIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM PRISÕES

MAPEAMENTO DE OFERTA DE ESCOLARIZAÇÃO - 2019

DRE/CIDADE	Nome da Unidade Educacional	Início das aulas	Turnos de Funcionamento	Turmas/Seg/Alunos/				Quantidade de Presos analfabetos	Nome do Diretor da Escola	nome do Coordenador	nome dos Professores	Vínculo efetivo / contrato	Componente Curricular que leciona (disciplina)	Nome do Responsável / DRE	Telefone	A escola possui biblioteca com acervo	Há necessidade de mobília, quais?	Quais principais dificuldade / necessidades?
				Qtd Turmas	periodo	Segmento	Qtd. Alunos											
ARRAIAS	Cadeia Pública - Extensão da Escola Silva Dourado	04/fev	vesp	4	1	3	1	Informação da SECIJU	Sergio Reis Bispo	Vilma Sonia Francisco de Carvalho	Antelina Isaias da Rocha Vieira	Contrato	Arte, Geografia	Maria Ventina Montalvão Ramos	ESCOLA: (63)3653 - 1151 DRE: (63) 3951 - 1001	OBS: NO MOMENTO AINDA NÃO TEM UM ESPAÇO ESPECÍFICO PARA O ACERVO DEVIDO AS CONDIÇÕES DA SALA DESTINADA. (GOTEIRAS E VAZAMENTOS)	PRETELEIRAS, MESAS PARA LEITURA, CADEIRAS	Aquisição de Rádio para segurança do professor
			vesp		2	3	3				Antuniana de França Rocha	Contrato	Matemática, Física, Química, Biologia					
			matut		3	3	1				Clariza Alves da Costa	Contrato	História, Filosofia, Sociologia					
			Vesp		3	2	5				Diogo Galvão Silva	Contrato	Educação Física					
											Pollyanna de Oliveira Garcia Leão	Contrato	Língua Portuguesa, LEM-Espanhol, LEM - Inglês, Aprofundamento em Leitura e Escrita					
						10												
ARAGUAÍNA	Unid. De Tratamento Penal Barra da Grota- Esc. Est. Sonho de Liberdade - Escola Interna	Não iniciou	vesp.		3	1	7	Informação da SECIJU						Cleomar...				
			vesp.		1	3	11											
			mat		2	3	10											
			vesp.		2	3	10											
			mat		2	3	2											
			mat		1	2	10											
			vesp.		2	2	13											
			vesp.		3	2	14											
			mat		4	2	7											
						84												
BABAÇULÂNDIA	Penitenciária Feminina - Extensão do Colégio Estadual Rui Barbosa - Babaçulândia	11/mar	vesp		1	1	6	Informação da SECIJU	Rogério Domingos dos Santos	Maria Simara Feitosa de Moraes Barbosa								
			vesp		2	2	1º				5							
TOCANTINOPOLIS	Cadeia Pública de Tocantinópolis - Extensão da Escola Estadual Pe. Giulio Moretti	04/fev	mat		1	3	2º	4	Iracema Gomes do Nascimento	Delinam Santos Silva	Walderice Santos Silva	contrato	Língua portuguesa, Arte, Redação, ALE, Geografia, Inglês, Filosofia, Sociologia	Josicleia de Oliveira Sousa	3471-1040	sim	sim	Si faz necessário um Coordenador Pedagógico exclusivo para atender todas as
	Cadeia Pública de Tocantinópolis - Extensão do Colégio Estadual professor José Carneiro de Brito	04/fev	vesp		1	3	3º		7	Irene Moraes Sousa Alves	José de Arruda Silva	Roberto Kenedy Cirqueira de Souza	contrato		Educação Física, Matemática, Ciências, História, Geografia, Emprego e Trabalho, Física, Química, Biologia	3471-1681	sim	sim



DRE/CIDADE	Nome da Unidade Educacional	Início das aulas	Turnos de Funcionamento	Turmas/Seg/Alunos/				Quantidade de Presos analfabetos	Nome do Diretor da Escola	nome do Coordenador	nome dos Professores	Vínculo efetivo / contrato	Componente Curricular que leciona (disciplina)	Nome do Responsável / DRE	Telefone	A escola possui biblioteca com acervo	Há necessidade de mobília, quais?	Quais principais dificuldades / necessidades?		
				Qtd Turmas	período	Segmento	Qtd. Alunos													
GRUPI / TALISMÃ	UPF Talismã- Extensão da Escola Estadual de Talismã	04/fev	mat.	1	3º	3º	5		Leidiane Aparecida Araújo de Souza	Necicleide Romualdo da Silva	Mirian de Sousa Gomes Maciel	efetiva	Língua Portuguesa - Redação- ALE- Inglês	Débora Regina de Almeida	63-33851216	SIM	Não	Falta de Espaço físico ( sala de aula muito pequena)		
				1	3º	3º	5				Rosimeire Vieira Lima Alves	efetiva	Matemática -Física							
				1	3º	3º	5				Andressa Fernandes Correia	contrato	Educação Física - Arte							
				1	3º	3º	5				Alliny Kellem Silva Santos Barbosa	contrato/ mantido por período gestacional	Biologia - Química							
				1	3º	3º	5				Stephany Heloisa Dias da Conceição Araújo	contrato	Geografia -História - Filosofia - Sociologia							
			vesp.	1	4º	2º	6				Marta Pires da Silva	efetiva	Língua Portuguesa - Arte- Redação-História- Geografia- Emprego e Trabalho -ALE- Ensino Religioso							
				1	4º	2º	6				Miriam de Souza Gomes Maciel	efetiva	Inglês							
				1	4º	2º	6				Andressa Fernandes Correia	contrato	Educação Física - Química							
				1	4º	2º	6				Sidinei Sanzone	contrato	Física - Matemática							
MIRACEMA	Cadeia Pública – Ext. Centro de Ensino Médio Santa Terezinha	Não iniciou																		
PORTO NACIONAL	CPP de Porto Nacional - Extensão da Escola estadual Prof. Alcides Rodrigues Aires	11/fev	matutino	7			Informação da SECIJU	Mízia Léia Coêlho Pereira ( Licença maternidade)	Sílvia Janete Pereira Georgette	Ana Paula Pacheco Barros	Contrato	Matemática /História/ Ed. Física.	Dhambrya Morgana Neves de Sousa	984737743	Sim	Armários, Mesas, data show, e materiais de expediente.	Construção de mais salas de aula; Melhoria do prédio; Sistema de segurança.			
										2º	2º	1						Aldeci Martins Costa	Contrato	Português/Redação.
										3º	2º	3						Gercileide Ferreira de Sousa	Contrato	ALE/Emprego e Trabalho.
										1º	1º	2						Marilene Sousa de Azevedo	Efetivo	Geografia/ História / Filosofia/ Sociologia.
										3º	3º									
										1º	1º	1						Aldo Douglas Soares Barbosa	Contrato	Português/ Redação/ Emp e Trabalho.
										4º	4º									
										1º	1º	5						Edilez Aires da Silva	Contrato	Filosofia/ Sociologia.
										2º	2º									
										2º	3º	6						David Nazareno Cerqueira	Efetivo	Ciências/ Biologia/ Química/ Física / Ed. Física.
									Naiara Pereira Melquiades	Contrato	Inglês/Redação									

DRE/CIDADE	Nome da Unidade Educacional	Início das aulas	Turnos de Funcionamento	Turmas/Seg/Alunos/				Quantidade de Presos analfabetos	Nome do Diretor da Escola	nome do Coordenador	nome dos Professores	Vínculo efetivo / contrato	Componente Curricular que leciona (disciplina)	Nome do Responsável / DRE	Telefone	A escola possui biblioteca com acervo	Há necessidade de mobiliário, quais?	Quais principais dificuldade / necessidades?	
				Qtd Turmas	período	Segm ento	Qtd. Alunos												
PALMAS	UPF Palmas - Extensão do Colégio Estadual Setor Sul	04/fev	Mat	7	3ª	2ª	2		Silmara Siqueira Rosário	Francisca Pereira de Sousa	Rosângela Guimar da Luz	Contrato	Arte, História, Geografia, ALE, Filosofia e Sociologia. Educ. Física, Redação, Ciências, Emprego e Trabalho, Biologia, Matemática, Física, Química, Emprego e Trabalho, Língua Portuguesa, Inglês, Língua Portuguesa, Arte, Matemática, Ciências, História, Geografia, Redação, ALE.	Mônica...	(63) 92210333	Não, a escola tem 2 estantes com livros na sala de aula.	2 armários, computadores, 1 mesa.	Elaboração da proposta educacional específica p/ educação em prisões, alimentação escolar (lanche para as alunas), construção de 1 sala ou mais, pois a estrutura física é inadequada e insuficiente.	
			Mat		4ª	2ª	3				Wanessa Ribeiro da Silva	Contrato							
			Mat		1ª	3ª	8				Joelma Cardoso Borges	Contrato							
			Mat		2ª	3ª	4				Maria da Glória Alves Rocha	Contrato							
			Vesp.		1ª	2ª	3				Leila Machado de Oliveira	Contrato							
			Vesp.		2ª	2ª	3												
			Vesp.		3ª	1ª	2												
	UPF Lajeado - Extensão do Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência	04/fev	Mat.	5	2ª	2ª	4		Alzirene de Sousa Vieira	Sandra Regina Souza	Leandra Sousa da C. Costa	Contrato	Língua Portuguesa, Arte, Inglês, Redação, Ensino Religioso.	(63) 3519-1013/1065	Não tem biblioteca, e conta com poucos livros literários	A escola precisa de livros literários, infantil e infanto-juvenil, 4 conjunto de mesas, 6 cadeiras e parteleiras, mobiliário para refeitório e climatização das salas de aula, 5 computadores,	Elaboração da proposta educacional específica p/ educação em prisões, a maior necessidade é climatização e reforma no telhado.		
			Mat.		3ª	3ª	1				Gisele Vieira Lopes	Contrato	Educ. Física, Biologia, Filosofia, Redação.						
			Mat.		4ª	2ª	1				Ana Cristina Campos Pompeo	Efetivo	Matemática, Física, Química.						
			Vesp.		2ª	3ª	2				Angela Maria de Brito Rodrigues	Contrato	História, Geografia, Química.						
			Vesp.		1ª	3ª	2				Fabiola Sousa Rocha	Contrato	Sociologia, Emprego e Trabalho, Ciências, Arte, Química.						
	CPP- Escola Estadual Nova Geração	04/fev	Mat.	15	3ª	1ª	1		Djanice Sales de Sena	Ivanilde Alves da Silva	Claudinéia Vitorino Mendonça (removida p/ outra escola)	Efetivo	Língua Portuguesa, Redação.	(63)3218-1496/1855	Sim - Biblioteca Cora Coralina, o acervo está em fase de catalogação.	Armários c/ chave, parteleiras, cadeiras e mesas, adequadas p/ sala de professores e salas de aula, quadros novos, microondas e armários adequados p/ cantina.	Elaboração da proposta educacional específica p/ educação em prisões, adequação do espaço físico.		
			Vesp.				4ª				1ª	2	Rubens Abadala Júnior					Efetivo	Educ. Física, Filosofia, Sociologia, Emprego e Trabalho, Ensino
			Mat.				1ª				2ª	3	Vanjosé Ursine Fudole Júnior					Contrato	Matemática,
Vesp.			1ª				2ª				2	Francisco Ednardo Ferreira de Souza	Contrato					Ciências, Física, Química, Biologia,	
Mat.			2ª				2ª				10	Flabson Manoel da Silva Araújo	Contrato					História, Geografia,	
Mat.			3ª				2ª				2	Maria da Glória Alves Rocha (removida p/ outra escola)	Contrato					Língua Portuguesa, Redação, Artes, Língua Inglesa.	
Vesp.			3ª				2ª				3	Grazielle Roquete de Araújo	Efetivo					Regente de turma	
Mat.			4ª				2ª				4								
Vesp.			4ª				2ª				4								
Mat.			1ª				3ª				6								
Vesp.			1ª				3ª				2								
Mat.			2ª				3ª				6								

DRE/CIDADE	Nome da Unidade Educacional	Início das aulas	Turnos de Funcionamento	Turmas/Seg/Alunos/				Quantidade de Presos analfabetos	Nome do Diretor da Escola	nome do Coordenador	nome dos Professores	Vínculo efetivo / contrato	Componente Curricular que leciona (disciplina)	Nome do Responsável / DRE	Telefone	A escola possui biblioteca com acervo	Há necessidade de mobília, quais?	Quais principais dificuldade / necessidades?
				Qtd Turmas	período	Segm ento	Qtd. Alunos											
			Vesp. Mat. Ves.		2ª 3ª 3ª	3ª 3ª 3ª	1 3 4											
<b>PARAÍSO</b>	CPP de <b>Paraíso</b> - Extensão Escola Estadual Professor Alcides Rodrigues Aires	08/abr	Matutino	4	2º	2º	10		Ana Maria Vieira Fernandes	Excelsa Nogueira Lima Neta	Nadir Alves Vanderley	Contrato	LÍNGUA PORTUGUESA ARTE EDUCAÇÃO FÍSICA MATEMÁTICA CIÊNCIAS HISTÓRIA GEOGRAFIA LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- INGLÊS REDAÇÃO ENSINO RELIGIOSO - OPTATIVO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EMPREGO E TRABALHO	Berenice..	3602-1225	Sim	Armário de aço pequeno	É necessário uma sala de aula com banheiro e água potável, na sala de aula. A sala é pequena, quente pega sol e não tem cortina.

OBS; incluir linhas onde for necessário, conforme numero de professores. Siga o exemplo que fizemos em Arraias e Araguaína. Aguardamos respostas até dia 25/04.

**ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Formação Específica e Continuada de Professores que atuam nos estabelecimentos prisionais do estado do Tocantins.

**Pesquisador:** MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 02315018.7.0000.5519

**Instituição Proponente:** Fundação Universidade Federal do Tocantins

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.176.464

**Apresentação do Projeto:**

Sob a perspectiva da abordagem qualitativa, que poderá vir a ser quantitativa para melhor análise dos resultados no método de pesquisa adotado, terá uma amostra de 45 professores, correspondendo a 66% dos professores lotados nas escolas em prisões do estado do Tocantins, nas cidades de Palmas, Araguaína, Miracema, Porto Nacional, Gurupi e Tocantinópolis. O instrumento de coleta de dados será um questionário, contendo 15 questões abertas e de múltipla escolha. O questionário será enviado no endereço eletrônico (e-mail) do (a) professor (a), participante da pesquisa.

Na hipótese de não atingir o número necessário da coleta, a pesquisadora irá pessoalmente nas Diretorias Regionais de Ensino das respectivas cidades, mediante autorização prévia da Secretaria Estadual de Educação, para aplicação do questionário com os professores das referidas escolas, que se dispuserem a participarem da pesquisa. Para participar da pesquisa, (o) professor(a) precisará cumprir com dois requisitos, sendo estes: ser professor na escola em prisões a mais de um (1) ano e não se encontrar com afastamento médico, por qualquer motivo de saúde.

O critério de inclusão: são os professores das escolas em prisões das cidades de: Palmas, Araguaína, Miracema, Porto Nacional, Gurupi e Tocantinópolis, perfazendo um total de 66% do número de professores atuantes nas escolas prisionais do estado do Tocantins.

O critério de exclusão: professores com menos de 1 ano de atividade na escola em prisões e os professores com saúde debilitada.

**Endereço:** Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

**Bairro:** Plano Diretor Norte

**CEP:** 77.001-090

**UF:** TO

**Município:** PALMAS

**Telefone:** (63)3232-8023

**E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.176.464

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo geral: analisar a relevância da formação específica e continuada dos professores em atuação no contexto da educação em prisões no estado do Tocantins, a partir da percepção dos próprios professores.

Objetivos específicos:

caracterizar os programas de formação específica e continuada para os professores das escolas em prisões e seus reflexos na educação prisional do estado do Tocantins;

avaliar a relevância do processo de formação específica e continuada dos professores que atuam nas escolas em prisões do estado do Tocantins; e, interpretar o sentido que os professores estabelecem entre a importância da formação continuada e o processo de aprendizagem.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os benefícios da pesquisa será a contribuindo na construção de uma reflexão à respeito da formação específica e continuada, que subsidiará a construção de uma proposta de formação específica para os professores que atuam nas escolas em prisões no estado do Tocantins, que será apresentada a SEDUC/TO para análise.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa, poderá advir de situações como: sentir-se constrangido (a), ter vergonha ou receio de responder alguma questão, ter sentimento de estar se sentindo vigiado (a) ou até mesmo sentimento de invasão de privacidade.

No entanto, será tomada todas as precauções para que os questionários sejam devidamente guardados sob a supervisão da pesquisadora.

As garantias éticas, obedecerá a norma operacional nº 001/2013. O participante da pesquisa terá como garantias éticas: 1. Poderá se recusar a participar e, caso aceite, terá a garantia de retirada do consentimento a qualquer tempo sem nenhum prejuízo (liberdade de participação); 2. Uso de códigos ou codinomes para se referir aos participantes; 3. Acesso aos dados coletados exclusivo da pesquisadora envolvida (sigilo e confidencialidade); 4. Coleta será feita via e-mail do participante, podendo este responder no momento e local que considerar mais apropriado e caso, seja insuficiente a coleta, via endereço eletrônico, será feito, de forma presencial, em ambiente privativo com a presença somente da pesquisadora e do participante (privacidade); e, 5. Nenhuma informação que possa identificá-lo ou prejudicá-lo será divulgada.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa está bem delineada em relação às garantias éticas aos participantes. Cronograma e orçamento adequados.

**Endereço:** Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

**Bairro:** Plano Diretor Norte

**CEP:** 77.001-090

**UF:** TO

**Município:** PALMAS

**Telefone:** (63)3232-8023

**E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.176.464

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Adequados.

O TCLE foi adequado, conforme solicitação anterior.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

As pendências foram sanadas. O projeto está adequado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1246557.pdf	21/12/2018 16:19:32		Aceito
Outros	CARTA.pdf	19/12/2018 19:53:53	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PRESENCIAL_ALTERADO.docx	19/12/2018 19:47:22	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ALTERADO.docx	19/12/2018 19:46:52	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_ALTERADO.docx	19/12/2018 19:45:43	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
Outros	QUESTIONARIO.docx	31/10/2018 14:40:36	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO.pdf	31/10/2018 14:40:10	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	31/10/2018 14:16:32	MARIA LEDA MELO LUSTOSA PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

**Bairro:** Plano Diretor Norte

**CEP:** 77.001-090

**UF:** TO

**Município:** PALMAS

**Telefone:** (63)3232-8023

**E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 3.176.464

PALMAS, 28 de Fevereiro de 2019

---

**Assinado por:**  
**PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

**Bairro:** Plano Diretor Norte

**CEP:** 77.001-090

**UF:** TO

**Município:** PALMAS

**Telefone:** (63)3232-8023

**E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br